

AS FACES DO ROSTO

Roberta Fiores de Oliveira

Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Lingüística.

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Roberta Fiores de Oliveira em Campinas em 1991 e aprovada pela Comissão Julgadora em 24 / 02 / 91.

OL4f

13685/BC

Roberto
por ROBERTO ILARI
orient.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

AGRADECIMENTOS

Não há por que negar que este trabalho só foi possível devido à participação de muitas pessoas. Quero agradecer, em primeiro lugar, ao Prof. Sírío Possenti, não apenas pela leitura de meu projeto de pesquisa, mas, acima de tudo, por ter tido a sensibilidade de me aconselhar a escolher o Prof. Rodolfo Ilari como orientador. Companheiro nesses três anos de contínuo esforço em busca da metáfora, verdadeiro co-autor desta Dissertação de Mestrado, ao Prof. Rodolfo Ilari devo a apaixonante descoberta da linguagem. Gostaria de agradecer também aos professores Carlos Franchi, Ingedore Villaça e Haquira Osakabe pela leitura atenta de, pelos comentários a minha pesquisa e pelas excelentes indicações bibliográficas. Ao Prof. Edson Françoso agradeço uma conversa pessoal, quase psicanalítica, sobre a metáfora. Ao Prof. Marcelo Dascal, a leitura do projeto de doutorado e a delicadeza de ter me enviado o trabalho de Liora Barash. A Elena Godói pelos inúmeros seminários juntas, pelos artigos escritos e pelo "aspecto". A Cris pela leitura da quase versão final dessa Dissertação de Mestrado. Ao Renatão e ao Zé por tomar conta do Andrezinho. Ao Capela por tudo isso, inclusive o Andrezinho.

Finalmente, agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Subcomissão de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas pelo apoio financeiro, sem o qual não teria sido possível desenvolver este trabalho.

Ao Andrezinho

Ao Parceiro

Ao Zequinha

Ao Rena

A Flávia

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo principal a definição dos conceitos de "metáfora" e "literal" a partir de um ponto de vista "cognitivista". Essa perspectiva afasta-se do modelo tradicional, aristotélico, de compreensão da metáfora, que credita a esse fenómeno lingüístico uma função meramente ornamental, estilística. Defende-se aqui a metáfora enquanto processo de "criação", por isso ela não pode ser parafraseada ou traduzida para o literal sem que ocorra uma perda no conteúdo cognitivo por ela veiculado.

Ver a metáfora como um processo cognitivo de sobreposição de um domínio-alvo a um domínio-fonte significa questionar a própria noção de literal, uma vez que a metáfora se torna essencial à edificação de qualquer linguagem, inclusive a científica. Nesse sentido, faz-se necessário redefinir "literal". Nessa Dissertação de Mestrado defende-se a idéia de que o "literal" é a "metáfora" compartilhada, socializada em um sistema-de-referência. Trata-se do uso mais convencional. Por isso a definição de "literal" só pode ser pragmática. Não haveria, então, um único literal, imutável, atemporal, mas a imbricação de vários literais. Desse ponto de vista, a "metáfora" defini-se na relação de contradição que estabelece com o literal de um sistema-de-referência. É metáfora o uso que propõe a instauração do "fingimento", da contravenção de um "literal", cuja construção deve-se ao "processo metafórico", "metáfora" no nível semântico. Da perspectiva semântica, a problemática da metáfora transforma-se no problema da conceptualização.

INDICE

<u>Introdução</u>	1
I - <u>Da Parte ao Todo</u>	5
II - <u>Do "Vírus" ao Vírus</u>	32
III - <u>A Arquitetura do Saber</u>	59
IV - <u>Os Fios da Teia</u>	87
V - <u>A Metáfora do Literal</u>	113
VI - <u>O Recorte do Real</u>	138
<u>Conclusão</u>	161
Índice Remissivo	173
Bibliografia	175

TEXTO DÉLFICO

*

(Vico) Primeiros tempos do mundo. O silêncio desdorme,
gera filhos explosivos do silêncio, a metáfora, a onomatopéia.

*

Fantastizar é preparar a realidade concreta da futura
metáfora.

(Murilo Mendes)

INTRODUÇÃO

As introduções são, em geral, guias para o leitor, espécie de resumos daquilo que será dito. Esta se presta um pouco a essa função. E prioritariamente o lugar único para expressar meu próprio assombro com relação à complexa problemática da metáfora. Se, no início dessa pesquisa, há três anos, soubesse o que hoje julgo saber, provavelmente a metáfora não seria meu objeto de estudo. Confesso minha ingenuidade e arrogância ao acreditar que pudesse resolvê-la, que se tratava de assunto simples e facilmente equacionável em termos estritamente lingüísticos. Na tentativa vã de querer capturá-la nas malhas da ciência, descobri sua face Medusa, múltipla e perigosa. Descobri que estava tropeçando no enigma mesmo da linguagem: sua capacidade de representação. Esse percurso transformou este trabalho em um estudo sobre a linguagem, sem pretensão de decifrar de forma absoluta o fenômeno da metáfora.

Escrever por "fragmentos" - com modéstia, pequenos ensaios - foi uma tentativa de capturar algumas das facetas da metáfora e de montar uma trama, em que os conceitos-fios se remetam uns aos outros. Explicitando, no processo de construção, um mecanismo da linguagem: a sua auto-referencialidade. Corro o risco de tornar

repetitivas algumas idéias-chaves para a Tese que aqui será defendida. Acredito, entretanto, que as repetições podem auxiliar, facilitando a leitura desse trabalho por não-especialistas; os professores de português, por exemplo, que se vêem obrigados a ensinar metáfora, sem se dar conta de que esse assunto pode ser a porta para fascinantes reflexões sobre linguagem e conhecimento.

Um guia mínimo de leitura deve, talvez, ser perseguido nos títulos de cada ensaio. "*Da Parte ao Todo*" pretende esclarecer a visão de ciência embutida neste trabalho; a definição dos termos em uma teoria são já marcas da própria teoria. Isto é, definir metáfora implica em já adotar uma concepção de linguagem. Este primeiro capítulo apresenta algumas tentativas de descrição da metáfora. O segundo "*Do "Vírus" ao Vírus*" busca, através da análise da metáfora "vírus" no campo da informática, reapresentar o problema da tradução, crucial para uma teoria da metáfora de cunho cognitivista, e no fundo, para qualquer especulação linguística.

"*A Arquitetura do Saber*" procura dissolver o mito de que a ciência é construída com o "auxílio" de uma linguagem depurada, sem os resíduos da emoção. Mostra que há um modo de construir "conhecimento" que é metafórico e está presente também no saber que se quer mais "exato", científico. "*Os Fios da Teia*" desenvolve, a partir da análise de um "sistema-de-referência", a idéia de que a metáfora é um processo de construção presente em formas tão dispares de "realidade" quanto o mito e a ciência. A onipresença da metáfora questiona a existência de um literal. Tal postura pede a reformulação do conceito de literal adotado pela se-

mântica de cunho objetivista e introduz a necessidade de uma noção flexível, a de "sistema-de-referência", objeto principal desse capítulo.

Nos dois últimos ensaios, "*A Metáfora do Literal*" e "*O Recorte do Real*", quer-se, lançando mão dos conceitos de pragmática e de semântica, delimitar duas acepções do termo "metáfora". A confusão entre esses dois níveis, certamente muito imbricados, permitiu que alguns autores chegassem a conclusão de que não há "literal"; um erro, no meu entender. A saída encontrada foi uma nova conceptualização de "literal", adotando-se princípios pragmáticos; nessa perspectiva, o que é "metáfora" passa a ser mais complexo, ao mesmo tempo processo, nível semântico, e imagem no espelho do que é "literal". A "metáfora" pragmática defini-se por oposição ao literal de um sistema-de-referência, que, por sua vez, se constitui pelo "processo metafórico".

A PARTE E O TODO

CAPITULO I

SOBRE A METAFORA

A mais importante das jóias literárias que adornam o estilo era, para Aristóteles, a metáfora. O primeiro a perceber tal equívoco foi Giambattista Vico, que afirmou que a poesia e a linguagem são essencialmente idênticas e que a metáfora, longe de ser um recurso "literário", constitui o corpo principal de todas as línguas. No começo, consistia em atos mudos ou em ademanes com corpos que tiveram alguma relação com as idéias ou sentimentos que se queira expressar. Também os hieroglifos, os brasões e os emblemas não são outra coisa senão metáforas. E até a própria palavra figura já é uma figura. E impossível falar ou escrever sem metáforas, e quando parece que o fazemos é porque se tornaram tão familiares que são invisíveis.

(Ernesto Sábato, O Escritor e seus Fantasmas)

A PARTE E O TODO

Adotando-se a perspectiva epistemológica de Feyerabend, o desenvolvimento científico não pode ser compreendido como uma linearidade histórica, em que paradigmas cada vez mais próximos da verdade vão se sucedendo. Em qualquer momento histórico, existe a presença de várias teorias em competição. Há, entretanto, períodos em que a disputa pela dominância torna-se mais acirrada; os momentos de "revolução científica". A coexistência de paradigmas determina uma pluralidade de "objetos" numa mesma ciência. Na ciência normal, há a instituição de um paradigma, que se sobrepõe aos demais, sem, contudo, anulá-los.

A lingüística contemporânea vinha assistindo, sob a influência de convicções "positivistas", à supremacia de um modelo teórico, cujo "objeto linguagem" não incorpora fenômenos como a metáfora, pertencentes ao "idiossincrático", à "performance". Nos últimos dez anos, no entanto, o pêndulo parece pender para a outra extremidade: a metáfora vem ganhando lugar de destaque. Nessa nova perspectiva, deixar de estudá-la é abdicar de compreender a própria linguagem.

A intenção deste primeiro capítulo é expor dois paradigmas em que se procura compreender o fenômeno da metáfora: o aristotélico, cuja influência pode ser ainda hoje percebida; e o cognitivista. A cada uma dessas posições corresponde uma teoria de linguagem. Se, como sugerem os aristotélicos, a linguagem é espelho fidedigno do pensamento e do mundo, a metáfora só pode ser resolvida a nível de deslocamento lexical, sem provocar qualquer alteração no "objeto" que ela nomeia. Se, por outro lado, se adota a teoria cognitivista, cujo principal expoente foram os trabalhos de Black, linguagem, mundo e pensamento interagem constitutivamente. Nesse caso, a metáfora transforma-se em um problema de construção da referência, pois, através dela, atinge-se o mundo segundo um prisma distinto.

O Tradicional

A distinção cristalina - o espelho

A maioria dos manuais de retórica, das gramáticas e mesmo das teorias lingüísticas sobre a metáfora, na tentativa de desvendá-la, retomam a concepção aristotélica. As vezes, essa concepção vem camuflada por uma linguagem mais sofisticada¹. Por ter se tornado um saber cristalizado, sedimentado em "senso comum", a teoria aristotélica sobre a metáfora paira dominante, fazendo com que sua discussão pareça banal e óbvia. E aí reside o perigo.

Nos últimos dez anos, entretanto, vêm surgindo vários artigos que questionam essa teoria. Uma crítica muito bem desenvolvida pode ser encontrada em Ricoeur².

Em Poética³, Aristóteles entende o literal como "o nome que cada coisa recebe". A função da linguagem, caracterizada por sua literalidade, é veicular o pensamento. "Instrumento" de transmissão do pensamento, a linguagem não tem papel constitutivo: espelha um mundo dado a priori, explicitando a relação cristalina e biunívoca entre "objetos" e "idéias". "Mundo", "linguagem" e "pensamento" são instâncias nitidamente distintas. Ao objeto X, digamos a mesa em que escrevo, corresponde a palavra Y, /'meza/, expressão do "discurso interior", da idéia "mesa". Cada coisa com a sua devida nomeação. Por isso a organização do mundo e do pensamento pode ser captada através do estudo da linguagem: estudar a lógica da linguagem significa, de fato, descobrir relações que existem na nossa "mente", na "razão".

Quando se depara com contra-exemplos a sua teoria, Aristóteles elabora um novo "conceito"; assume a existência de "desvios" da norma (do literal), denominados, genericamente, "figuras". Entre elas situa-se a metáfora:

"A metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição de gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via da analogia" (p.337)

Não há distinção entre "metáfora" e "metonímia", mas essa questão não interessa aqui. O processo envolvido na construção da metáfora pode ser descrito pelo esquema: o objeto X, normalmente

designado Y, passa a ser chamado Z, mediante uma relação de semelhança ou analogia existente entre o objeto X e o objeto cuja nomeação é Z. Aristóteles em *Retórica*³ dá um exemplo:

"Quando Homero diz de Aquiles "que se atirou como um leão", é uma imagem; mas quando diz: "Este leão atirou-se", é uma metáfora. Como leão e herói são ambos corajosos, por uma transposição Homero qualificou Aquiles de leão" (p.222)

O desvio do literal dá-se pela substituição de nome por nome (Aquiles por leão), desde que essa transposição evoque relações de semelhanças já existentes - no mundo - entre os objetos nomeados. Restava a Aristóteles justificar o uso e a importância da metáfora. Segundo o autor, sua função é dupla: ou ela ornamenta o discurso, imprimindo uma marca estilística - *"Desviar uma palavra de seu sentido ordinário permite dar ao estilo maior dignidade"*, ou assume o papel de literal, preenchendo lacunas vocabulares; figura tradicionalmente chamada de "catacrese": pé de mesa, olho de gato, cabeça de prego, etc.

Alguns séculos mais tarde, estas definições de Mattoso Câmara⁴ exemplificam a força de cristalização da doutrina aristotélica:

"Metáfora é a figura de linguagem (v.) que consiste na transferência de um termo para o âmbito de significação que não é o seu.(...) quando a metáfora figura sistematicamente numa expressão como idiotismo, perde sua força evocativa, tem-se a fossilização. (grifo meu, p. 166)
"Figura de linguagem - aspecto que assume a linguagem para fim expressivo (sua capacidade de emocionar ou sugerir) afastando-se do valor lingüístico normalmente aceito".

As definições acima explicitam a "descendência" aristotélica, travestida por uma linguagem moderna própria da lingüística de nosso tempo. O autor opõe a função expressiva, característica da linguagem figurada, à função referencial, que se realiza pelo uso literal, isto é, o uso das palavras com o valor lingüístico normalmente aceito. A manifestação social, sistemática, contrapõe-se a manifestação individual, assistemática: mantém-se a noção de metáfora como desvio da norma, uma relação "toda subjetiva".

Talvez por sua "assistematicidade" frente a fenômenos supostamente sistemáticos, a metáfora venha sendo excluída dos estudos da ciência Lingüística. Esta, desde sua fundação como ciência, busca chegar ao "reino da língua", onde não existem as idiossincrasias do sujeito. Os fenômenos "subjetivos", dentre eles a metáfora, são relegados à esfera da "fala", indigna de ser objeto de estudo de uma ciência. Charles Bally⁵, editor de Saussure, explicita e de forma denuncia a opção da lingüística pela "objetividade", na medida em que, fugindo às regras de seu mestre, retorna a "parole", a "expressividade" como objeto de estudo.?

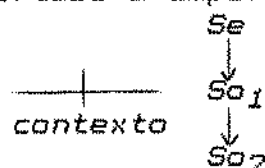
A compreensão da metáfora como desvio estilístico, sem função cognitiva, caminha até nossos dias. Nesse paradigma, há duas explicações clássicas para o processo de construção da metáfora: a comparatista e a substitutiva.

A corrente substitutiva entende que a metáfora é a troca de palavras, cujos sentidos mantêm entre si uma relação de semelhança. Vejam-se alguns exemplos:

"Para dar um exemplo simples, uma frase como "o homem é o lobo do homem", o predicado só é pertinente enquanto signifique animal. Mas esse é um primeiro sentido que remete para um segundo: "o homem é o lobo do homem" significa na realidade "o homem é cruel", o que faz a frase voltar à norma. Estamos diante de uma figura chamada "mudança de sentido" ou "trope", figura que podemos simbolizar pelo seguinte esquema (no qual *Se* representa significante e *So* significado).

Se-----> *So*₁-----> *So*₂

Entre *So*₁ e *So*₂ existe uma relação variável (...). Se a relação for de semelhança, falaremos de metáfora (...) o que podemos simbolizar pelo esquema seguinte (onde a flecha representa a pertinência e o traço cortado a impertinência)



Temos, então, dois planos diferentes: o primeiro é sintagmático, o segundo é paradigmático. Só o segundo merece o nome de metáfora."⁶ (pp. 93-94)

O enunciado (1), abaixo,

(1) Maria é um anjo.

seria, de acordo com o modelo acima, de Cohen, uma metáfora, porque o predicado "um anjo" é não-pertinente, enquanto signifique a figura da mitologia cristã. Esse primeiro sentido, no entanto, remete para outro:

(1.1) Maria é boa.

Aí está a chave de interpretação da metáfora: substituímos, paradigmaticamente, um termo por outro. Como a relação entre as realidades designadas pelos termos é de semelhança, há metáfora.

A vantagem da análise de Cohen é resolver o problema da metáfora dentro do plano estritamente lingüístico. As desvantagens são inúmeras. Primeiro: quem garante que (1.1) é a única e/ou a

melhor paráfrase para (1)? A mesma crítica poderia ser estendida ao exemplo de Cohen: "o homem é o lobo do homem" não pode ser traduzido por "o homem é cruel", sem que haja uma redução do efeito produzido pelo enunciado metafórico. Há, na verdade, muitas maneiras de se traduzir esse enunciado: 1. "o homem devora o homem", 2. "o homem é mau", 3. "o homem destrói seu semelhante", 4. "o homem é feroz",... Qual o critério para se optar por uma das traduções? Além disso, mesmo que seja possível encontrar paráfrases felizes para as metáforas, certamente o valor cognitivo e estético da frase original seria, no mínimo, alterado.

Será possível determinar com certeza qual a relação de semelhança sem perdermos a força mesma da metáfora? Em enunciados como:

(2) Amor é fogo que arde sem se ver.

aparece uma definição metafórica à diferença do que ocorreu em (1). O problema é: existe uma paráfrase que recubra o efeito de sentido produzido em (2)? Poderíamos arriscar soluções:

(2.1) O amor é um sentimento invisível e torturante.

no entanto, além de se perder o efeito estético, continua-se a fazer uso de metáforas, presente em "sentimento torturante". Essa tentativa, ou qualquer outra, não é uma tradução bem sucedida da metáfora⁷.

Dentro dessa mesma tradição, Le Guern⁸, seguindo os passos de Jakobson, entende que os processos básicos da linguagem, a metáfora - chamada de "substituição" - e a metonímia - "deslocamento"-, constroem-se por operações nos eixos do paradigma e do sintagma respectivamente. Jakobson⁹, em seu artigo "Dois aspectos da

linguagem e dois tipos de afasia", havia vinculado o estudo da metáfora e da metonímia à descrição saussuriana. A metáfora ocorre no eixo da "seleção".

Já a abordagem comparatista vê na metáfora um caso de comparação abreviada. As análises filiadas a essa corrente recorrem à noção de comparação aberta, quando não se especifica a "propriedade" compartilhada pelos termos; ou de comparação fechada, em que a propriedade compartilhada aparece explicitamente.

Vejamos alguns representantes dessa linha teórica:

"Partindo da comparação, procurou-se entender a essência da metáfora. Metáfora quer dizer: o significado de uma palavra é usado num sentido que não lhe pertence originalmente. Na expressão "o mar da vida", não devemos pensar no elemento aquoso, salgado. Ora, aceitou-se ser a metáfora o resultado de uma comparação antecedente que surge, por assim dizer, em resumo: as formas gramaticais de comparação (como, como se, etc.) teriam sido suprimidas. No caso citado, a idéia de "vida" vierá justapor-se a comparação "mar", representando então o movimento, o perigo, e a incomensurabilidade ou "tertium comparationis". Uma tal interpretação, ascende a Quintiliano, que dizia da metáfora: "Brevior est similitudo".¹⁰ (p. 131)

"A classe limite de que falamos pode também ser descrita como uma intersecção entre os dois termos, porção comum ao mosaico de seus semas ou de suas partes:



A metáfora extrapola, baseia-se numa identidade real manifestada pela intersecção de dois termos para afirmar a identidade de termos completos.

Em "ponha um tigre no seu carro", o termo metafórico é percebido como tal porque é incompatível com o resto da mensagem. Essa incompatibilidade suscita então a comparação entre o termo provável e o termo referido "essência de supermáquina = tigre"¹¹ (pp. 152-153)

As teses que postulam a comparação fechada parecem mais frágeis, porque trabalham com paráfrases literais. Charles Bally, por exemplo, ao analisar o enunciado:

(3) E uma tartaruga.

propõe uma comparação fechada por tradução:

(3') E lento como uma tartaruga.

Na "metáfora", segundo esse autor, a forma do pensamento tem ressonância na forma de expressão, concebida por uma comparação emprestada ao mundo sensível (p.186), pois o homem é incapaz de abstrair a não ser a partir do sensível. Daí da "tartaruga" para "lentidão"

Os modelos da análise da metáfora, cuja base é a comparação fechada, em geral, utilizam descrições sêmicas bastante pobres. Não percebem que o sentido de uma palavra se altera em função do tipo de objeto a que ela é aplicada. A palavra "boa", por exemplo, tem seu sentido alterado se a aplicamos a "máquina de escrever" e a "Maria":

(4) A máquina de escrever é boa.

(5) A Maria é boa.

E ingênuo acreditar que a palavra "boa", quando aplicada a Maria e a anjo, tenha necessariamente o mesmo significado. O lento da "tartaruga" não é o mesmo do protagonista em (3).

A comparação aberta é uma solução mais satisfatória, exatamente porque não se preocupa em delimitar de modo preciso o sentido expresso pela metáfora. No entanto, traduzir "Maria é um an-

jo" para "Maria é como um anjo" não nos tira do fundo do poço, apenas nos diz que na metáfora está presente um processo de comparação. O problema passa a ser definir comparação.

Os comparatistas não se preocupam com a explicação de qual como estão falando. Na verdade, a presença do conectivo apenas mostra a existência da metáfora, mas não explicita o fenômeno em sua essência. Vejam-se os diferentes valores de como presentes em:

(6) Comeu como um príncipe.

(7) Beijou sua mulher como se fosse a única.

(8) Aterrisou no chão como um pacote bêbado.

Em (6), no contexto da música, supõe-se que alguém, o trabalhador da construção civil, comeu tanto quanto um "príncipe", isto é, comeu muito. Há um jogo de oposição entre a "realidade" do operário de construção e o momento de "delírio" de seu "passo bêbado". No mundo da "fantasia" comeu um banquete de príncipe. (7) exprime que de fato sua mulher não era a única, quer porque, em sua vida, já existiram outras mulheres, quer porque naquele instante ele tinha outras, na vida ou na cabeça. O enunciado (7) passa uma idéia de "concessão": embora ela não fosse a única, ele a beijou dessa forma. Em (8) há outra relação de sentido entre os termos do enunciado. A queda do operário foi comparável a queda do pacote bêbado.

O inadequado da teoria da comparação aberta é acreditar que a presença, na frase, da partícula "como" pode instaurar um e apenas um tipo de predicação, a metáfora. De uma outra perspectiva, Ilari & Rébora¹² discutem o papel de "como" em enunciados do

tipo:

(9) Falei como professora, não como amiga.

Nesse caso, a partícula "como" parece direcionar para uma "face-ta" da mesma pessoa. Problema semelhante ao presente em:

(10) Estou falando do segundo Wittgenstein e não do primeiro.

A distinção nas mãos dos interlocutores - O Outro

Searle, em "Metaphor"¹³, compreende a metáfora como um tipo de ato de fala indireto, isto é, postula a existência de uma incoerência entre aquilo que é efetivamente dito, enquanto literalidade (sentido da sentença), e aquilo que o falante quer dizer (sentido do falante). Quando o ouvinte se depara com enunciados como "Sally é um bloco de gelo", questiona sobre a intenção do falante. Afinal, o que ele (falante) quis dizer com isso? E o mesmo processo presente em um ato de fala indireto; por exemplo, o enunciado "são 5 horas" dito para o professor, cuja aula termina às 5.

No primeiro caso, o enunciado seria "metafórico", enquanto no segundo, haveria um "ato de fala indireto". No enunciado "literal", há a coincidência entre o sentido da sentença e o sentido da falante. O literal seria o sentido em que o "falante quer dizer aquilo que ele diz" ("The speaker means what he says"). Na "metáfora", o sentido da sentença não coincide com o sentido do

falante. No ato de fala indireto, o sentido do falante ultrapassa o sentido da sentença.

Para o autor, o enunciado metafórico não altera o significado das palavras, que continuam sempre a ter seu sentido literal. A alteração é provocada pela intenção que o falante imprime à frase:

"The metaphorical utterance does indeed mean something different from the meaning of the words and sentences, but that is not because there has been any change in the meanings of the lexical elements, but because the speaker means something different by them; the speaker meaning does not coincide with sentence or word meaning."(p.87)

O ouvinte, para desvendar o mistério da metáfora, deve executar um percurso de três estágios. Primeiro, identificar que o enunciado é anômalo se tomado literalmente. Sally (S) não pode ser um *bloco de gelo* (P). Em seguida, deve tentar perceber qual a *intenção do falante* (R) ao usar tal enunciado. O exemplo (1):

(1) Maria é um anjo.

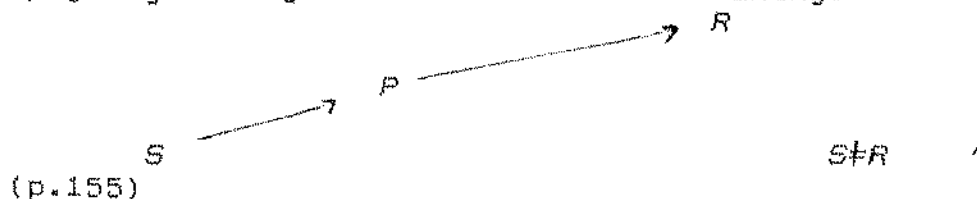
não pode ser interpretado literalmente, então, o ouvinte deve procurar os valores de R, isto é, o que o falante quis dizer (sua intenção), recorrendo às semelhanças mais salientes entre S e P.

Maria = boa, gentil, gracinha, horrorosa, ...

Anjo = bom, entidade mítica cristã, assexuado,...

Encontradas as semelhanças entre S e P, R deverá ser cotejado com S, a fim de que sejam destacados, dentre os possíveis candidatos a R, aqueles que mais se aproximam de S. Segundo seu algoritmo:

"Speaker says S is P, but means metaphorically that S is R. Utterance meaning is arrived at by going through literal sentence meaning.



Com relação à abordagem anterior, o ponto de partida da investigação se altera, pois não se fala da mesma "linguagem". Searle entende a linguagem como *ação* sobre o mundo, no sentido de que através das "palavras" podemos alterar as relações com o outro - se não estou enganada, isto é alterar o mundo. Pense, por exemplo, no caso do batismo, do casamento, ... Nessa perspectiva, a distinção literal/metafórico, antes clara, porque mundo e linguagem não interagem, perde sua nitidez e passa a ser equacionada pelo conceito de "sentido do falante". Essa mudança significa abandonar a idéia de que a metáfora esteja na forma do enunciado, tornando-se um fenômeno da pragmática. Decorre daí que fica impossível falar de metáfora como algo independente do contexto de enunciação. Searle é ainda mais explícito ao lembrar a relatividade dos conceitos. Um urso pode ser manso para uma sociedade e agressivo para outra. Não há nada essencial ou imanente à linguagem.

Além disso um mesmo enunciado, dependendo da situação de uso, pode ser interpretado diferentemente. Por exemplo, "está quente aqui", pode ser interpretado literalmente, se a intenção do falante for realmente comentar a temperatura do ambiente; me-

taforicamente, se a intenção do falante for falar sobre os ânimos das pessoas presentes numa discussão; ou, como um ato de fala indireto, se a intenção for pedir para que se abram as janelas.

No entanto a análise da metáfora, proposta por Searle, embora se situe num paradigma lingüístico distinto do aristotélico, é "tradicional". Em primeiro lugar por não conseguir se libertar de uma compreensão redutora de "literal". O autor mantém a existência de um sentido "neutro", "independente da situação", "acontextual": o sentido da sentença definido como "o sentido que as palavras têm". Em segundo lugar, a descrição sobre o funcionamento da metáfora não difere muito das propostas anteriores. Confrontem-se sua análise e a abordagem comparatista. Sua análise baseia-se na semelhança entre termos; "anjo" e "Maria" têm propriedades em comum. Afora isso, a noção de "intenção do falante" parece problemática, afinal o que Searle está entendendo por "sentido do falante"? No fundo, ele precisaria responder: o falante realiza atos distintos ao usar a metáfora e o literal? Que atos são esses?

Por último, o problema da identificação da metáfora. A proposta de Searle traz embutida a idéia de "estranhamento", já que o ouvinte, de algum modo, se sente incomodado com o enunciado. Ora, quem se sentiria incomodado com "Maria é um anjo", "A discussão tá ficando quente", "O José é um doce de coco"? É bem verdade que Searle - aparentemente - resolve a questão através do conceito de metáfora congelada, a metáfora que acaba se cristalizando. Mas, nesse caso, Searle apenas descreve metáforas congeladas. Se ele supõe que seu esquema se adequa às metáforas vivas,

resta-lhe comprovar...

A Ruptura

A metáfora como conhecimento - O Mundo

Max Black¹⁴ redimensiona a discussão sobre metáfora. A diferença dos autores estudados até aqui, considera a metáfora um processo relativo ao enunciado, deslocando-a do nível lexical. O autor acredita que a metáfora não está na palavra "anjo", mas no relacionamento peculiar que os elementos estabelecem entre si na composição de um enunciado. "Maria é um anjo" é todo ele metafórico, devido à interrelação entre o "foco" - elemento metafórico, "um anjo", dentro de uma estrutura gramatical não-metafórica, o "frame" em que ocorre, "Maria é _____". Ou seja, o foco se caracteriza por ser o elemento metafórico dentro de uma estrutura não-metafórica, gramaticalmente capaz de incluí-lo.

A relação entre "foco" e "frame" é de interação - daí o nome visão interacionista -, no sentido de que as relações de força se montam exigindo a sobreposição de um sistema de lugares comuns a um outro, de forma a organizar nossa visão do objeto. A palavra "anjo" do enunciado em questão evoca um sistema de lugares comuns, que organiza nossa visão de "Maria", iluminando-a a partir desse prisma. Um enunciado metafórico não pode, então, ser apre-

endido por qualquer paráfrase, já que essa projeção é uma operação intelectual específica e irredutível, que não se resume numa comparação entre objetos, ou entre características comuns.

Para explicitar sua compreensão de metáfora, Black recorre à analogia: a metáfora é um filtro de percepção. Aproxima-se do paradigma psicológico da Gestalt: "foco" e "frame" são nessa semântica o que "forma" e "fundo" são na psicologia.

"Suppose I look at the night sky through a piece of heavily smoked glass on which certain lines have been left clear. Then I shall see only the stars that can be made to lie on the lines previously prepared upon the screen, and the stars I do see will be seen as organized by the screen structure. We can think of a metaphor as such a screen, and the system of "associated commonplaces" of the focal word as the network of lines upon the screen". (p.79)

Enquanto as análises anteriores falavam de jogos de sentido, Black fala de formas diferentes de realizar a referencialização, portanto novas "realidades". O enunciado metafórico ganha valor cognitivo, pois constrói novas formas de organização da experiência humana, modos outros de representar o mundo. Tentar traduções literais é, precisamente, destruir esse valor cognitivo. *"I most wish to stress is that the loss in such cases (literal paraphrases) is a loss in cognitive content".*

Donald A. Schön¹⁵, seguindo os passos de Black, dá um exemplo muito interessante de ser citado aqui como ilustração didática: uma equipe de pesquisadores é encarregada de aperfeiçoar um pincel de pelos sintéticos. Comparado ao pincel natural, o sintético produzia um pintura descontinua. Os pesquisadores arriscaram

várias soluções. Notaram, por exemplo, que os pêlos naturais tinham as pontas divididas; tentaram dividir os pêlos sintéticos sem obter uma pintura de melhor qualidade. Até que um deles fez a seguinte observação:

"You know, a paintbrush is a kind of pump!" (p.257)

Desse momento em diante, passaram a trabalhar e a pensar o pincel sobre o fundo bomba hidráulica que, ao ser pressionada contra a parede, forçava a tinta através de "canais" formados pelos pêlos. Esse insight, produzido pela metáfora, levou-os a remodelar, com sucesso, o pincel sintético.

A concepção de significado presente em Black remete à noção de "sistema de lugares comuns associados", "(...) what Aristotiles called *endoxa*, current opinions shared by members of a certain speech-community"¹⁶. A palavra anjo evoca um sistema de lugares comuns associados, traz à mente desde caricaturas de anjos com asinhas brancas, pessoas que protegem, qualidades boas, até...os anjos maus. Black adota uma noção "contínua", não digital, "fuzzy", vaga, de significado. Nessa perspectiva, não há um ou vários traços definidores do significado, mas um emaranhado de "usos".

Há um último aspecto que merece ser realçado. O autor acredita um espaço enorme à atuação individual e criativa. A metáfora do jogo de xadrez, tão difundida na lingüística, é, para ele, reductora, porque as movimentações criativas são mínimas se comparadas com as possibilidades da linguagem. Na fala, quase todos os movimentos são aceitáveis. Não há regras tão fixas, nem tão claras quanto desejaria a lingüística de cunho objetivista.

Resta-lhe descrever como se diferencia a metáfora do literal. Qual critério para classificar um enunciado como metafórico? Sua resposta se afasta da noção de estranhamento, ou desvio: *"Our recognition of a metaphorical statement depends essentially upon two things: our general knowledge of what it is to be a metaphorical statement, and our specific judgment that a metaphorical reading is here preferable to a literal one"* (pp. 35-36). Coloca a decisão nas mãos do falante/ouvinte. Tal conclusão, se adotada radicalmente, pode levar ao "solipsismo", cada indivíduo ergueria seu próprio literal. Além de permitir tomar os enunciados "A baleia é um mamífero" e "A terra é redonda" como metafóricos - é só imaginar uma pessoa para quem as baleias são peixes e a terra é plana. O autor, no entanto, é cuidadoso; estabelece o "falante genérico".

Para interpretar o enunciado "tá quente aqui" metaforicamente, o ouvinte, primeiramente, sabe o que é um enunciado metafórico, em seguida, julga, avalia que essa "leitura" se adequa melhor à situação em que se encontra. No fundo, a interpretação, qualquer que seja depende da "contextualização".

Tanto Black quanto Searle têm razão: não é possível falar em enunciados metafóricos se não os "referencializarmos", isto é, um enunciado é metafórico para um grupo, num momento, sob determinadas condições. É claro que essa relatividade do que seja metafórico poderia nos levar ao indivíduo, ao solipsismo. Parece-me, no entanto, que um indivíduo sozinho não faz verão. É preciso que haja outros que com ele compartilhem uma crença de mundo, um grupo que se torne "estabilizador" de sentidos, valores literais e

metafóricos.

As consequências

O literal-metáfora - As Imagens

Aristóteles via o mundo, claramente delimitado, como exterior à linguagem, daí a metáfora ser apenas ornamental. Como já foi apontado, tal como Aristóteles a concebe, ela é desprovida de valor cognitivo, na medida em que seu papel é esclarecer semelhanças já presentes nos objetos do mundo. A linguagem reflete a realidade previamente organizada, não cria, nem modifica a percepção ou o pensamento. Qualquer alteração decorre de mudanças no mundo ou da busca de uma expressão "ornada". Searle entende a linguagem como ação sobre o mundo, embora não a assuma como um processo cognitivo. Black rompe explicitamente com a distinção entre mundo e linguagem, mostrando que, através da metáfora, podemos criar "entidades". A metáfora, e conseqüentemente a linguagem, passa a ser "atividade constitutiva", para usar a feliz expressão de Franchi.

Lakoff e Johnson¹⁷, estendendo as implicações do modelo interacionista, mostram na metáfora um elemento essencial para a constituição do sistema conceitual no qual vivemos imersos. Em

Metaphors we live by, esses autores procuram mostrar que tanto a linguagem cotidiana quanto nosso sistema de referência normal são fundamentalmente metafóricos. "*Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature*". A metáfora perde seu caráter de "desvio", de "violação"; torna-se, ao contrário, elemento essencial na formulação de diversos conceitos.

- (11) Não posso *perder* tempo
- (12) *Gastei* duas horas neste trabalho
- (13) Você tem 10 minutos para me *dar*?
- (14) Seu argumento não se sustenta.

A descrição de enunciados como os acima leva-os a postular o "conceito metafórico", que nada mais é do que dizer que algumas abstrações só são possíveis porque se relacionam a "cenas" ou "gestalts", construídas através de metáfora. Em (11) e (12) está implícito o conceito metafórico: "tempo é dinheiro". (13) parece ser uma extensão desse conceito: "tempo é mercadoria". E (14) apresenta o saber como uma arquitetura. Nesses enunciados estão embutidas teorias populares, "folk theories", sobre o tempo e sobre o saber.

Reddy¹⁸, filiado a essa doutrina, mostrou que o próprio conceito de "linguagem" é um dos domínios da realidade para o qual as pessoas constroem uma teoria popular, tão comum e banal que raramente dela têm consciência. Segundo ele, a linguagem é percebida, pensada, como um condutor (canal condutor), que possibilita a transmissão de idéias - "mensagem" - de um falante para um ouvinte. E a "conduit metaphor" presente em enunciados como:

(15) A mensagem que ele quis passar...

A postura de Reddy, enquanto lingüista, é crítica com relação a esse conceito metafórico. No entanto trata-se obviamente de um dos conceitos operantes em O Curso de Lingüística Geral de Saussure, manual da Ciência Lingüística. Weinrich¹⁹ descreve uma outra metáfora que subsidia nosso entendimento da linguagem: a palavra é moeda, valor de troca. Esse fundo da "economia" também está presente em Saussure. Farrett²⁰, ao analisar o modelo saussuriano, aponta-o como fundamentado sobre a metáfora da "linguagem-moeda", a metáfora econômica. Não há, então, um único conceito metafórico sobre o tempo, ou a linguagem, ou o homem; existe a coexistência de vários conceitos metafóricos.

No modelo da folk theory, o significado é um protótipo, isto é, os conceitos não são definidos isoladamente, mas em termos de seus papéis em tipos de experiências ou gestalts. A metáfora possibilita a elaboração de conceitos porque através dela se realiza a operação de entender e experienciar algo em termos de uma outra experiência. *"The essence of metaphor is understanding and experiencing one kind of thing or experience in terms of another"*.

E evidente que está sendo proposto um questionamento do conceito de "literal", já que a nossa literalidade seria essencialmente metafórica, mesmo que nós não tenhamos mais consciência disso. Se você começar a se perguntar sobre a metáfora será também tentado a achar que vivemos dentro de metáforas. Aliás, essa tese não é tão recente quanto parece, Vico e Nietzsche já diziam ser a metáfora a essência da linguagem. O fascínio dessa perspectiva vem do fato de ela desancar qualquer teoria imanente de mun-

do, enfatizando ainda mais a arbitrariedade do significado. Ao mesmo tempo, seu perigo reside na perda da própria noção de metáfora, jogando para o espaço o aspecto cognitivo tão procurado por Black, ainda que seja em troca de um idéia genérica de que "linguagem é conhecimento".

* * * * *

Parece-me que, dos modelos apresentados, podemos tirar algumas conclusões sobre a relação entre as definições de metáfora e as teorias de linguagem: só se pode conceituar uma em face da outra. Vimos que a distinção literal/metafórico vai se desmanchando à medida em que são intensificadas as relações entre linguagem, mundo e pensamento; da linguagem instrumento de intermediação entre pensamento e mundo para a linguagem em interação constitutiva com o pensamento e o mundo.

O grande salto dado por Black foi considerar a metáfora como uma forma de criar conhecimento. O processo metafórico, à diferença de Searle e das correntes aristotélicas, não se faz pela remissão ao literal e descoberta das características comuns do comparado e comparante; mas pela sobreposição de um sistema de lugares comuns a um outro. Black deixa de entender a metáfora como um mecanismo exclusivamente lingüístico, mostrando ser a metáfora um modo diferente de organizar a realidade; é, por isso, um processo cognitivo. As consequências dessa postura serão dis-

cutidas nos próximos capítulos.

Searle, Black, Lakoff e Johnson têm em comum a noção de que só se pode falar de metáfora dentro de uma certa comunidade, isto é, adotando-se parâmetros. Tomemos mais um trecho de Black:

"(...) a metaphor that works in one society may seem preposterous in another. Men who take wolves to be reincarnations of dead humans will give the statement "man is a wolf" an interpretation different from the one I have been assuming".

A bem da verdade, as análises descritas acabam discutindo metáforas congeladas, na crença de que a metáfora viva funcione segundo o modelo proposto. A perspectiva de Black, Lakoff e Johnson parece ser mais interessante, porque permite a criação de semelhanças antes não existentes. A proposta de Searle pressupõe que as semelhanças possam ser comparadas e depois selecionadas, o que significa que elas pré-existem à construção da metáfora.

Muito mais poderia ser dito sobre teorias da metáfora, já que a bibliografia é extensa. No entanto, creio ter recoberto os paradigmas mais importantes. Aí reside o valor deste capítulo.

NOTAS

1. Há muitos exemplos de autores contemporâneos que se filiam a essa visão mais tradicional. Brandão, R.O. Figuras de Linguagem, Série Princípios, São Paulo, Atica, 1990. Mattheus, R. J. "Concerning a 'Linguistic theory' of Metaphor" in: Foundation of Language, 7 (1971) pp 413-425. Para citar dois exemplos.
2. Ricoeur, P. A Metáfora Viva, RES, Porto, 1983. Para uma análise mais "desconstrutivista", ver: Arrojo, R. & Kanavillil, R. "A noção de literalidade: Metáfora Primordial". D.E.L.T.A., vol.5, n 1, 1989 pp 37-49.
3. Aristóteles, Arte Poética e Arte Retórica, Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d.
4. Mattoso-Câmara, J.J. Dicionário de Lingüística e Gramática, Petrópolis, Vozes, 1989.
5. Bally, F.C. "La Langage Figuré" in: Traité de Stylistique, Klincksieck, Paris, vol.1 pp 184-202.
6. Cohen, J. Estrutura da Linguagem Poética, São Paulo, Cultrix e Edusp, 1974.
7. Para uma discussão mais detalhada ver capítulo II.
8. Le Guern, M. Sémantique de la Métaphor et de la Métonymie, Paris, Larousse, 1973.
9. Jakobson, R. "Dois Aspectos da Linguagem e Dois Tipos de Afasia" in: Lingüística e Comunicação, São Paulo, Cultrix, 1970.
10. Kayser, W. Análise e Interpretação da Obra de Arte, São Paulo, Martins Fontes, 1976.
11. Dubois, J. e outros Retórica Geral, São Paulo, Cultrix e Edusp, 1974.
12. Para uma descrição minuciosa desse "uso" de "onde" ver: Ilari, R & Rébora, M.V. "Referentes e Semi-Referentes ou da Rela-

ção entre o Hábito e o Monge" in: Cadernos de Lingüística e Teoria Literária - ENSAIOS LINGUISTICOS, Belo Horizonte, UFMG, 7 (13), dez 1987.

13. Searle, J. "Metaphor" in: Expression and Meaning Cambridge University Press, 1979 pp 76-116

14. Black, M. "Metaphor" in: Philosophical Perspectives on Metaphor, Johnson, M. (org) Minneapolis, University of Minnesota Press, 1981.

15. Schön, D.A. "Generative Metaphor: a Perspective on Problem-Setting in Social Policy", in: Metaphor and Thought, Ortony, A. (org), CUP, 1979.

16. Black, M. "More about Metaphor" in: Metaphor and Thought, Ortony, A. (org) CUP, 1979.

17. Lakoff, G. & Johnson, M. Metaphor we Live By, Chicago, CUP, 1980.

18. Reddy, M. "The Conduit Metaphor - A Case of Frame conflict in our language about Language" in: Metaphor and Thought, Ortony, A. (org), CUP, 1979.

19. Weinrich, H. Der Linguistik der Lüge, Heidelberg, Verlag Lambert Schneider, 1974.

20. Parrett, H. "Regularidades, Regras e Estratégias", in: Cadernos de Estudos Lingüísticos, número 8, 1985, pp 5-29.

DO "VIRUS" AO VIRUS

CAPITULO II

Pierre Menard, autor do Quixote

"...a verdade, cuja mãe é a história, é mulo do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro".

Redigida no século XVII, redigida pelo "engenheiro leigo", Cervantes, essa enumeração é mero elogio retórico da história. Menard, em compensação escreve:

"...a verdade, cuja mãe é a história, é mulo do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro".

A história, mãe da verdade; a idéia é espantosa. Menard, contemporâneo de William James, não define a história como uma indagação da realidade, mas como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que sucedeu; é o que pensamos que sucedeu (...)

Vivido também é o contraste dos estilos. O estilo arcaizante de Menard - no fundo estrangeiro - padece de alguma afetação. Não assim o do precursor, que com desenfado maneja o espanhol corrente de sua época"

Jorge Luis Borges

DO "VIRUS" AO VIRUS

A metáfora tem sido sistematicamente excluída das preocupações semânticas, acima de tudo porque a semântica dominante insere-se no quadro "objetivista", que postula, seguindo a tradição racionalista, a dicotomia entre sentido próprio e impróprio. Revestindo-se de teor apenas estético, a metáfora foi associada ao idiossincrático e ao não-sistemático, ficando, portanto, fora do interesse da ciência lingüística. Num primeiro momento deste capítulo, procura-se questionar a interpretação "objetivista" da metáfora, apresentando, como alternativa, a possibilidade de a metáfora ser um processo cognitivo de organização de nossas experiências. Esse conceito de metáfora obriga à redefinição do próprio "objeto" da lingüística.

No capítulo anterior, foram esboçados esses dois "paradigmas" de interpretação da metáfora. O paradigma aristotélico, que casa bem com a semântica "objetivista", e o, "cognitivist", cuja expressão marcante, nas últimas décadas, foi o trabalho de Black. Ver na metáfora o processo cognitivo básico para a construção da linguagem remonta a uma tradição antiga. Vico, no século XVII,

Rousseau, no XVIII, apenas para citar dois nomes, já enfatizam o papel essencial da metáfora na origem das línguas. Foi Nietzsche, no entanto, quem, no início de nosso século, desmontou a crença na existência de uma linguagem "literal" que exprimisse algo sobre as coisas em si. Para ele, a linguagem, apresentada como a construção humana, tem origem na metáfora.

Há duas concepções de linguagem embutidas nos paradigmas acima, e, portanto, dois "objetos-linguagem". Aristóteles e grande parte da semântica de cunho racionalista enxergam a linguagem como "espelho" do mundo e do pensamento. Instrumento de intermediação entre essas duas instâncias já dadas a priori. Como a linguagem era a expressão do pensamento e do mundo, estudá-la, em seus aspectos lógico-racionais, poderia "informar" sobre o pensamento e sobre o mundo. Mais recentemente, com a imposição do modelo matemático galileano, o objeto-linguagem caracterizou-se por sua "sistematicidade", por ser sujeito a regras de combinação (matemática); ficando os fenômenos "estilísticos" cada vez mais marginais.

Na tradição em que Black se insere, a linguagem pode ser descrita como a "ferramenta" que recorta um mundo ao mesmo tempo em que constitui o pensamento. Salienta-se seu papel constitutivo. Rechaço, como Black, qualquer posição que hierarquize o pensamento, a percepção ou a linguagem. Essas instâncias, assim como outras, se constituem mutuamente. Há também uma certa dose de independência entre esses módulos, que certamente não são os únicos.

O fio condutor desse debate será a metáfora "vírus" no campo da informática, a cuja emergência temos assistido nos últimos anos. Este capítulo tem, como segundo objetivo, discutir um dos problemas filosóficos envolvidos na assumpção de uma teoria "cognitivista" da metáfora: a velha questão da traduzibilidade.

Do Virus ao Vírus: uma análise

Desde o final de 1987, o jornal Folha de São Paulo vem publicando artigos sobre questões relativas à informática. Os primeiros apareceram na antiga "seção ciência". Atualmente, matérias sobre tal tema são encontradas no "Caderno de Informática". Aqui interessam, em particular, os artigos que tratam de "epidemias" causadas por "vírus".

O enunciado abaixo foi retirado de artigo publicado em 13 de abril de 1988, "paradigma" dos primeiros artigos sobre "vírus":

(1) "(...) o "vírus" é um pequeno programa inserido propositalmente num software qualquer. Quando se compra ou pirateia o programa "infectado", o "vírus" contido no disquete se transfere para o sistema operacional do micro, atuando apenas no momento em que estiver programado para atuar. (aspas originais, vide artigo em apêndice).

O primeiro ponto a ser desenvolvido diz respeito à presença de pelo menos duas metáforas, claramente demarcadas pelas aspas e

pertencentes a um mesmo "campo semântico" - a virologia . Trata-se de "vírus" e "infectado". Na tradição retórica mais difundida, a aristotélica, a metáfora é um desvio das significações naturais, normais, das palavras. O pressuposto é a existência de uma linguagem normal, natural, não-metafórica, em que a cada objeto corresponde um nome que lhe é próprio: a linguagem "literal", responsável pela referência direta aos objetos do mundo. Com a metáfora, um desvio, trocar-se-ia o nome apropriado ao objeto por outro que lhe é indevido, desde que houvesse semelhança entre os objetos em questão, já presente no mundo¹.

Não é natural dizer de "Maria" que ela é "uma flor" ou "uma vaca", a menos que se esteja realmente falando de uma flor cujo nome é "Maria", ou uma vaca que atende por "Maria". Mas se o enunciado "Maria é uma flor" comportar uma incompatibilidade, uma impropriedade - por ser Maria uma pessoa - então deve-se buscar o significado "indireto", "oculto", recorrendo à tradução para o literal: procura-se no objeto "Maria" semelhanças com o objeto "flor", desvendando o significado da metáfora. Por exemplo: Maria é bela. As teorias modernas, filiadas a essa tradição, falam em incompatibilidade ou identidade de traços semânticos (Maria /+ humano/, flor /- humano/), não em semelhança entre objetos. Invoçam-se assim as teorias da significação lexical que Fillmore chama de *checklist semantics*: nessas teorias cada termo é decomposto em traços e a aplicação do termo a objetos é adequada caso todos os traços, entendidos como condições a serem satisfeitas, se apliquem ao objeto .²

Esse processo de tradução é bastante simples para casos como "Maria é uma flor", ou como no exemplo aristotélico "Aquiles é um leão", em que o *tertius comparationis*, a propriedade compartilhada pelos termos, aparece imediatamente. São, na verdade, exemplos de metáforas congeladas. O problema da interpretação se coloca com relação às metáforas vivas, como é o caso do enunciado (1). Tomando esse enunciado, seria possível identificar e interpretar a metáfora do "vírus" apelando-se para o seu sentido literal?

Nada melhor, em princípio, do que um dicionário para fornecer o conceito "literal" de "vírus". O de Aurélio Buarque de Holanda diz:

(2) "Vírus (do lat. vírus, "veneno") S.M. 2n1. Biol. Microorganismo invisível ao microscópio óptico e só examinável ao microscópio eletrônico, capaz de atravessar os filtros bacteriológicos. Os vírus são apenas moléculas muito grandes de nucleoproteínas, que não têm vida senão no interior de células vivas. Causam inúmeras doenças aos animais e às plantas" ³ (p.1465)

Não há qualquer menção, mesmo como uso metafórico, ao vírus de computador. Um caso bem diferente de "Maria é uma flor", ou de "Maria é uma vaca", em que as metáforas já estão dicionarizadas. Uma das significações de vaca, por exemplo: "B. Bras. chulo Mulher leviana, que aceita qualquer homem". O mesmo acontece com "flor". Aí reside a distinção entre metáfora viva e metáfora morta. Também o fato de que se apresenta, no artigo de 13 de abril, a definição de "vírus" a ser adotada nesse campo, indica o surgimento de um novo uso para o termo. Compare-se esse artigo a outros mais recentes, em que essa definição tornou-se dispensável.

Como perceber, no paradigma aristotélico, a inadequação do termo "vírus" com respeito à informática? Qualquer "espertinho" poderia apontar a incompatibilidade expressa por /+ ser vivo/, no caso do vírus biológico; e /- ser vivo/ na informática. Poderia, desde que esse sujeito já compartilhasse os dois sistemas de compreensão: o da virologia e o da informática. Portanto, desde que ele já soubesse interpretar a metáfora. O problema é que pretendemos descrever exatamente esse processo de interpretação, isto é, devemos nos colocar na posição de quem ainda não entrou no sistema de referência dado, nesse caso, pela informática.

É simples resolver a metáfora, se ela já está cristalizada, porque agimos como nosso sujeito "espertinho". No entanto, diante de metáforas não-sedimentadas, como se processa a interpretação? Apenas para exemplificar a complexidade da questão, relato dois casos:

1. Trabalhando na sala de computação do IEL, presenciei uma cena curiosa: uma usuária dos microcomputadores expressava para os técnicos seu medo de que, ao colocar seus disquetes juntos numa caixa, pudesse ocorrer "contaminação" entre eles. Isto é, um disquete "infectado" por um "vírus" qualquer poderia "contaminar" os demais, provocando uma horripilante "epidemia";

2. Sabendo de meu interesse por situações que envolvem "vírus de computador", contaram-me o seguinte episódio: uma mãe, preocupada com a "epidemia" de "vírus" que assola os computadores da UNICAMP e com a saúde da filha, assídua usuária de micros, pergunta se não é perigoso a filha, exposta tanto tempo aos "vírus", acabar se "contaminando" e "adoecendo".

Em ambos os casos, os interlocutores interpretaram ao "pé da letra" a metáfora do vírus. Significa que eles tomaram o uso mais convencional de "vírus", presente, por exemplo, no terror do vírus da AIDS, e aplicaram-no diretamente aos computadores. Se a "transmissão" de vírus da AIDS se dá por "contágio" direto entre alguém infectado e outro alguém são, o mesmo ocorreria com os disquetes. Se o "vírus" passa para o computador, pode voltar e "contaminar" aqueles que trabalham com micros. E aí a incompatibilidade descrita por nosso amigo esperto se perdeu no ar. A diferença de significado só é apreendida uma vez decifrada a metáfora. O desvio de significação não acontece antes da interpretação. Aí surge um grave problema para as teorias de base aristotélica: elas postulam que a identificação da metáfora vem do fato de o ouvinte perceber, já de início, que se trata de um desvio.

A questão pode se tornar menos clara. Em exemplos como: "Carlos é um palhaço", "José é um animal", ... a incompatibilidade existe somente se adotamos parâmetros pragmáticos. De modo que esses enunciados são literais ou metafóricos, dependendo da situação. O enunciado (3), por exemplo,

(3) Carlos é um cachorro

é ambíguo: "Carlos" ou é um homem a quem se atribui o predicado de ser cachorro; ou é um cachorro a que se batizou "Carlos". Se a interpretação ou significação é dada pela ação conjunta de contexto e contexto, a resolução dessa ambigüidade ocorre nessa tensão. A questão não é, no entanto, tentar descrever como são desfeitas as ambigüidades, mas saber se há fenômenos distintos em:

(3.1) Sua tradução seria: é um canalha, trambiqueiro, desonesto, sem-vergonha,...

(3.2) Traduzindo: tem 4 patas, faz au-au, é o melhor amigo do homem,...

Não há nenhum indício de que a interpretação de "cachorro" será a apresentada em (3.1) ou (3.2) inscrito na forma dos enunciados. Ou seja, não dá para afirmar que "Carlos" é o nome de uma pessoa ou de um animal, se nos detivermos no estritamente lingüístico. Para interpretarmos o enunciado (3), lançamos mão de um conhecimento lateral: os interlocutores sabem a referência, isto é, "Carlos" é cachorro ou gente.

Assim, saber qual o significado próprio ou metafórico de um termo é já estar inserido num sistema de referência: um em que "Carlos" é gente; outro, em que é cachorro⁴. Na concepção aristotélica a distinção entre sentenças literais ou metafóricas tem que ser dada para a língua como um todo, não pode ser questionável nem dependente da situação.

Permanecer fiel à Aristóteles traz mais um outro problema: se a metáfora é apenas substituto ornamental de um literal, deveria ser possível recuperá-la. Constrõem-se metáforas a fim de alcançar um momento de beleza, em que há uma suspensão do discurso objetivo. O deslocamento semântico produzido carrega o discurso de emoção e de imaginação, sem provocar qualquer inovação a nível de conteúdo. Ao construir uma metáfora, diz-se o mesmo de forma "indireta": "Maria é uma flor" teria o mesmo conteúdo semântico de "Maria é bela". Se assim fosse, qualquer falante deveria ser capaz de realizar tal operação com "vírus de computador".

Não há, no entanto, nenhum termo "literal" que possa substituir "vírus de computador", mesmo para aqueles que vivenciam a informática. Só é possível entendê-lo recorrendo à definição. E mais, a definição dada no artigo em análise, ou qualquer outro conceito de "vírus", não seria totalmente esclarecedora do significado que lhe é atribuído na informática, porque remete a outros termos, que, por sua vez, dependem, para sua interpretação, de se conhecer o sistema de referência da informática: software, programa, sistema operacional... Há uma teia de significados que se interdefinem.

Se não há um literal, fica complicado detectar as semelhanças que possibilitam a construção da metáfora⁵. Isso quer dizer que o "processo" de interpretação/produção da metáfora não pode ser "descobrir semelhanças" já existentes. Volto a frisar que esses problemas inexistem se já dominamos ambos os sistemas, pois então facilmente "pinçamos" as semelhanças. É inegável que nos dois casos relatados, os interlocutores estabeleceram semelhanças entre "vírus de computador" e "vírus biológico", mas perceber as semelhanças não é perceber qualquer semelhança. Detectá-las depende de dominar esses sistemas de referência. Para quem domina simultaneamente os dois torna-se fácil apreendê-las: programa invisível, não detectável e microorganismo invisível; tempo de latência para se manifestar; poder destrutivo;... Lembrando que cada um desses termos têm um valor diferente em cada sistema. Trata-se do mesmo problema descrito no parágrafo anterior: a auto-referencialidade da linguagem, vista num "microcosmo".⁶

A teoria aristotélica funciona quando se trabalha com metáforas mortas, porque nelas o significado já está sedimentado, já é coletivo. A parte o cômico dos casos antes descritos, eles são úteis por exemplificarem a incompreensão da metáfora. Nesse sentido, podem servir de chave para decifrar o seu processo de interpretação.

Ver a metáfora como desvio é sustentar uma concepção de linguagem bastante primitiva baseada num "realismo ingênuo". Um espelho nítido do pensamento, a linguagem torna-se o sistema de tradução que permite aos homens se comunicarem, fazendo a ponte entre pensamento e mundo. A cada objeto corresponde biunivocamente um signo que expressa uma idéia. A linguagem não se reveste de qualquer função constitutiva, não transforma, nem constrói realidades. Negando-se a força cognitiva da metáfora que nos parece, ao contrário, estar entranhada em sua problemática.

No século XVII, Vico⁷ chega a identificar o aspecto cognitivo da metáfora. Sua tradição vai ser praticamente esquecida até a década de 60 com o artigo "Metaphor" de Max Black⁸. Ficará, então, relegada aos domínios da filosofia, talvez devido à massacrante onipresença de estudos gerativistas na lingüística atual. A Gramática Gerativa Transformacional, por explorar um conceito matemático de criatividade, acabou, indiretamente, favorecendo semânticas do tipo cleveland que se harmonizam com uma teoria da metáfora de cunho aristotélico.

Black denominou sua teoria de "interacionista", para salientar o fato de que na metáfora se dá um tipo especial de interação entre os termos que compõem o enunciado. A metáfora deixa de ser

um processo de troca de palavras e se transforma num fenómeno de enunciado. Perde a possibilidade de ser traduzida, porque se transforma numa operação mental distinta, um processo cognitivo que viabiliza a edificação de modos de apreender o real em realidade. Black reconhece nela um filtro (óptico) segundo o qual se organizam as representações de nossas experiências. Embora o autor analise exemplos como: "o homem é (um) lobo", e não esteja preocupado com definições, podemos aplicar sua teoria ao exemplo (1). Nele o termo "virus" funciona como foco de luz na estruturação da experiência a que se faz alusão através do frame "_____é um programa....". A interação foco-frame não pode ser captada pela simples comparação entre objetos, nem por características idênticas, nem por traços semânticos comuns. Não há semelhança já existente a ser recuperada, mas a sua própria construção, daí a noção de insight. Nos episódios relatados, os interlocutores, preocupados com a possibilidade de contágio, não construíram as semelhanças, não passaram para outro sistema de compreensão, porque não realizaram o famoso "salto cognitivo", fracassando na interpretação da metáfora.

A visão mentalista aqui adotada - na esteira dos trabalhos de Black - afirma que a linguagem pode constituir o pensamento, no sentido de que ela tem poder para criar realidades, organizações do real e do próprio pensar. Não se trata - entenda-se - de cair no chamado "determinismo lingüístico" de Sapir e Whorf⁹, em que se postula a supremacia da linguagem sobre o pensamento e a percepção. Grosseiramente, as estruturas gramaticais e lingüísticas determinariam, de forma absoluta, o pensamento e a percepção.

Os Hopi vivem outro mundo, porque a sintaxe de sua língua é diferente da Ocidental. Verificar o poder da linguagem pode ser apenas mostrá-la em interação constitutiva com o pensamento e a percepção, sem hierarquizá-los. Para usar uma idéia ainda pouco difundida, mas, no meu entender, muito frutífera, a linguagem pode servir de contexto para o pensamento, modelando-o, imprimindo-lhe certa configuração¹⁰. Nesse sentido, a metáfora, antes de ser um modo "indireto" de alcançar a realidade, torna-se um dos processos de representação que viabiliza a estruturação de realidades, a construção de referências.

O mérito de Black está na abertura dessa concepção cognitivista. No entanto, sua teoria de metáfora propriamente dita ainda está arraigada na dicotomia literal/metafórico, expressa na distinção do foco como o elemento metafórico inserido num frame literal. Lakoff e Johnson¹¹ resolvem o problema redefinindo metáfora, mas conservando a noção de filtro organizacional. A metáfora seria "a projeção de um domínio, ou de uma experiência, em geral mais familiar, sobre outro domínio". Ou dito de forma mais sofisticada, um domínio fonte serve de pano de fundo organizacional para a estruturação de um domínio alvo. Uma brincadeira de forma e fundo da Gestalt. Tomando-se o enunciado (1), o domínio da virologia no senso-comum - "vírus", "infecção", "contágio", "doença", "vacina" - organiza um fenômeno da informática - o fato de existirem programas clandestinos inseridos em softwares e seu modo de interferir na prática dos microcomputadores.

Esse processo de projeção, não traduzível, demanda uma transformação, uma alteração que permite apreender uma nova orga-

nização de "sentido". Voltando aos casos relatados, as pessoas envolvidas não compreenderam a metáfora, porque, repetindo o raciocínio presente nas concepções aristotélicas, não compreendem que a instauração de um significado é contextual. Não fizeram a sua "contextualização". E vem daí a impossibilidade de traduzir para o literal. Se quisermos penetrar a metáfora, precisamos vivê-la enquanto "mudança". Não é à toa que a metáfora é um salto cognitivo em que se passa para um novo arranjo. Para continuar numa linha gestáltica: as partes que formam uma metáfora não exaurem o todo, embora o constituam.

Quem participa do sistema de referência da informática, entende perfeitamente o que significa "vírus" e jamais irá confundir "vírus de gripe" com "vírus de computador", porque sabe que são "vírus" diferentes. Aquele nosso amigo espertinho, por fazer parte da comunidade da informática, por dominar sua linguagem, vivencia a metáfora. Afirma-se aqui que as metáforas, vivas ou cristalizadas - ver por exemplo o termo "vaca" na página 2 -, têm circulação em ambientes mais ou menos restritos - no caso de "vaca", "linguagem chula". Há pelo menos duas conseqüências nessa colocação. A primeira é que as metáforas poéticas se prestariam apenas aos iniciados; haveria um circuito esotérico no qual esse tipo de metáfora circularia. A segunda diz respeito a metáforas usadas pedagogicamente. Nesse caso, elas funcionam como porta de entrada para domínios desconhecidos. No entanto, a metáfora pedagógica tem uso diferente, porque é apresentada como "fingimento", instaurando o "como se fosse assim". Situação bastante diferente daquela em que se adentra um paradigma e as metáforas passam a

ser vividas como literal.

O Virus da Teoria

Optar por uma perspectiva "mentalista" acarreta enfrentar algumas discussões teóricas de peso. A primeira questão trata de um problema que tem perpassado os estudos semânticos: a tradução. Não apenas a tradução entre línguas, mas aquela presente entre modelos teóricos, tipos de linguagem (literal e metafórico; linguagem e metalinguagem) e, em última instância, entre indivíduos. Deparamo-nos mais um vez com o problema do espelho mais ou menos distorcido, descrito por Dascal (1983). No modelo aristotélico, a tradução não é problemática, porque o espelho é nítido: há signos diferentes para o mesmo objeto; ou, dito de outra forma, um signo qualquer, digamos /'meza/, formula, para qualquer pessoa, a mesma idéia de "mesa", e esse signo remete ao mesmo objeto no mundo. A teoria cognitivista, ao contrário, por postular uma relação de inter-constituição entre as instâncias da linguagem, do pensamento e da percepção, tem na tradução um problema enorme. Se os "módulos" do pensamento, da linguagem e da percepção se constituem na sua interação, então, no limite, cada um de nós, por ter vivido uma história diferente, falaria uma "linguagem". A imagem do espelho de distorção.

Alguns autores, na história da lingüística, ficaram famosos por defenderem pontos de vista extremos com relação à possibili-

dade de tradução. Cite-se como caso mais exemplar o determinismo linguístico de Whorf. Também Jakobson¹² postula um tipo de determinismo, já que a língua obrigaria que certos aspectos fossem ou não explicitados; imprimindo assim uma certa perspectiva de mundo. A tradução da frase "I hired a worker" do inglês para o português obriga o tradutor a optar entre o pretérito perfeito e o imperfeito - contratei ou contratava -, e entre o masculino e o feminino - um trabalhador ou uma trabalhadora. A problemática aparece mais claramente quando o autor discute a possibilidade de se traduzir um poema, que tematiza a morte, do alemão para o português: em alemão a morte é personificada por um homem (Der Tot - masculino), enquanto que em português uma mulher velha a personifica (A morte - feminino). Vivi uma experiência parecida ao assistir o filme O Sétimo Selo de Ingmar Bergman. Nele, a morte, um homem, jogava xadrez com um homem. Tive a oportunidade de perguntar a algumas pessoas se o sentido do filme havia se prejudicado pela imagem masculina da morte. Ao que parece as pessoas nem se dão conta do problema.

Um exemplo mais próximo poderia ser encontrado na música Pedro Pedreiro de Chico Buarque de Holanda, que é montada sobre a ambigüidade do verbo "esperar" em português: ter esperança e ficar esperando. Como traduzi-la para o inglês, em que haveria necessidade de escolher entre "to expect" e "to wait", sem perder o encanto ?

Quine¹³ ficou famoso, entre outros feitos, por ter defendido o princípio da "indeterminação da tradução". Segundo esse princípio uma mesma sentença pode ser traduzida por inúmeras outras

sentenças. E o problema apresentado no capítulo anterior com relação às possíveis paráfrases do enunciado "o homem é o lobo do homem". Nem todas as sentenças, no entanto, carregam várias traduções. O autor isola as sentenças que comportam o "stimulus meaning". Nelas haveria uma proximidade maior porque estariam ancoradas na experiência.

Imagine-se a seguinte problemática proposta por Quine: um indivíduo, um lingüista-antropólogo, encontra-se numa situação de "tradução radical", isto é, depara-se com a tarefa de traduzir línguas culturalmente distantes. Esse lingüista encontra-se perdido numa tribo em que todos os membros são monolíngues. Imagine-se, ainda, esse lingüista e um nativo olhando para o mato. De repente surge um "coelho" e o nativo diz /gavagai/. O que garante que o nativo tem em mente o mesmo "objeto" que o lingüista? Mesmo que o nativo apontasse na direção do "objeto", ele poderia estar mostrando um tipo de ação, indicando uma cor, expressando surpresa ou fome,... Não há como ter certeza do objeto apontado.

O caso da palavra "canguru" citado por Hacking¹⁴ pode ilustrar a questão:

On their voyage of discovery to Australia a group of Captain Cook's sailors captured a young kangaroo and brought the strange creature back on board their ship. No one knew what it was, so some men were sent ashore to ask the natives. When the sailors returned they told their mates, 'It is a kangaroo'. Many years later it was discovered that when the aborigines said 'kangaroo' they were not in fact naming the animal, but replying to their questioners, 'what did you say?' (p.150)

O problema da "indeterminação da tradução" não se restringe às línguas. Se uma teoria é, como quer esse autor, uma fábrica de sentenças associadas umas às outras e a estímulos não-verbais (percepção), também a tradução de uma teoria à outra envolveria a adoção de um esquema, que implica necessariamente na alteração do original.

Mais recentemente, esse mesmo problema ressurgiu no campo da Filosofia da Ciência pelas mãos de Feyerabend¹⁵, que questiona os princípios "objetivistas" da metodologia científica propostos pelo Círculo de Viena e preconiza uma espécie de anarquia-epistemológica. Ao estudar a passagem do paradigma aristotélico, geocentrista, para o paradigma moderno de Galileu, heliocentrista, desenvolve a idéia da incomensurabilidade de paradigmas. Embora o autor esteja preocupado com a sucessão de e a competição entre teorias científicas, seu ponto de vista sobre a incomensurabilidade pode ser aplicado à linguagem.

Segundo sua perspectiva, não há um sistema que possibilite a tradução entre teorias muito distantes, porque o significado de um termo só pode ser apreendido em sua relação com os outros termos que constituem cada uma das teorias. Como Quine, entende por teoria um constructo lingüístico. Haveria uma circularidade entre pensamento, percepção e linguagem, de modo que a construção de um modelo teórico, ou de uma visão de mundo, corresponderia a edificação de uma linguagem - digamos um "dialeto" - própria àquele modelo e àquele mundo. A referência seria dependente da linguagem; e os termos só teriam razão de ser enquanto produtos e produtores de um arcabouço teórico. De forma que os tipos de ob-

jeto existentes dependem das teorias e pressuposições da sociedade para quem eles existem. Por essa razão, descarta-se o pressuposto do "experimento crucial" em física como critério para escolher entre duas teorias distintas. Não há como recorrer aos fatos do mundo para decidir qual a melhor teoria.

A inspiração de Feyerabend vem dos antropólogos, principalmente do trabalho de Evans-Pritchard¹⁶ sobre a magia e os oráculos na cultura Azande. Esse antropólogo mostra que a visão de mundo dos Azande, seu sistema de pensamento, era absolutamente estranho ao Ocidental. Na cultura Azande não existe, por exemplo, o conceito de "acaso". Se, suponhamos, um grupo de pessoas está sentado embaixo de uma "oca" e ela despenca, houve bruxaria. Nesses casos, deve-se recorrer ao "oráculo do veneno" para descobrir se foi tal pessoa a responsável pela bruxaria. Segundo esse antropólogo, a partir de um certo momento a comunidade passa a viver e a se relacionar com os oráculos normalmente. Ele próprio, enquanto "membro" dos Azande passou a viver nessa "normalidade". Sua dificuldade foi traduzir a cultura Azande para os europeus, não vivê-la.

"(...) Nessa teia de crenças, cada fio depende dos outros, e o Zande não pode sair desse emaranhado porque esse é o único mundo que conhece. A teia não é uma estrutura externa, em que ele está encerrado; é uma textura de seu pensamento, e ele não pode pensar que seu pensamento está errado. Contudo, suas crenças não estão dadas absolutamente, mas são variáveis e flutuam para ajustar-se a diferentes situações, permitindo a observação empírica e até mesmo a dúvida" (pp 198-199)

E Malinowski¹⁷, entretanto, quem inaugura na antropologia esse tipo de preocupação. Ele tematiza, de forma brilhante, as dificuldades de se traduzir línguas de culturas distantes. A sentença *"Tasakaulo kaymatana yakida; tauolo ovanu; tasivila tagine soda; isakaulo ka'u'uya oluvieki similaveta Pilolu"*, se traduzida palavra por palavra produz um enunciado sem sentido: "corremos madeira-frente nós próprios; remamos em lugar; viramos vimos companheiros nossos; ele corre madeira-atrás além braço-mar deles Pilolu" (p.299). Malinowski conclui daí que *"em vez de traduzir, de inserir, simplesmente, uma palavra "portuguesa" (nota do tradutor: inglesa) no lugar de uma nativa, deparamo-nos com um extenso e não inteiramente simples processo de descrição de vastos domínios de costume e tradição, de psicologia social e de organização tribal que correspondem a um ou outro termo"* (p.300 - grifo meu).

Voltemos ao mote: há possibilidade de tradução? É possível a um Ocidental entender um Zande? Segundo a perspectiva desenvolvida nesse trabalho, a tradução não é possível sem que "algo" se perca. E a mesma problemática envolvida na tradução da metáfora em literal. No entanto, é possível vivenciar mundos distintos, captar diferentes literais. E essa aliás a tarefa do antropólogo, por isso Feyerabend a compara à pesquisa do historiador da ciência. .

Assume-se neste trabalho que a tradução não é um mecanismo automático, ela requer que se vivencie sistemas-de-referência distintos. Há, no meu entender, graus de traduzibilidade. De facto, culturas mais próximas podem dialogar mais facilmente. Com

relação aos modelos teóricos, a possibilidade de verter um sistema para outro é proporcional - não no sentido matemático do termo - a sua proximidade. Não dá para colocar o sistema newtoniano na linguagem aristotélica, nem vice-versa. No entanto, podemos entendê-los, aprender suas linguagens. Há, para mim, uma diferença entre "paradigmas" e "línguas". Os modelos teóricos são mais "fechados", menos "vagos", do que as línguas. Isso faz com que o problema da indeterminação da tradução seja mais acentuado.

A conclusão é que a linguagem não se esgota no mero revestimento do objeto de sua nomeação. Não há, como pensa a semântica formal, uma ordem no mundo, previamente definida, que pode ser captada pela linguagem, porque a linguagem apenas espelha esse mundo. O conhecimento se constrói na medida em que se edifica uma linguagem, que o constrói e recorta o mundo. Essa circularidade impede que a aprendizagem de uma língua se dê através de esclarecimento lógico; somente vivenciando-a e percebendo como se combina com as "coisas" e com as outras palavras se apreende sua "lógica". Assim a criança aprende o mundo e a linguagem. Não se quer dizer com isso, como Quine, que um antropólogo, vivendo numa comunidade de língua absolutamente distinta da sua, se comporte como uma criança. O antropólogo, à diferença da criança, já empreendeu (uma vez) a terrível e fascinante tarefa de edificar uma língua, seu "ponto de partida" é outro.

Embora muitos possam não se dar conta, essa problemática da tradução está embutida na discussão sobre o "vírus" e conseqüentemente na opção por uma teoria da metáfora de cunho "cognitivista". Em cada um dos paradigmas - o senso comum e a informática -,

o significado de "vírus" ganha um "peso" específico, devido às diferentes interrelações que ele estabelece em cada sistema, e remete a "mundos" distintos. Aquele que vivencia os dois sistemas de referência tem noção do peso e do valor de "vírus" em cada malha de significados. Perceber o significado de "vírus" implica em vivenciá-lo num sistema.

No caso da tradução da "metáfora" em "literal", o problema é que a compreensão ou construção da metáfora não ocorre porque a traduzimos para o literal. Sua interpretação acontece de forma não-racional, através da sua vivência. Parece-me claro que uma vez decifrada a "metáfora", uma vez construída, pode-se vertê-la para o "literal". Esse processo, no entanto, implica na redução do significado da "metáfora".

A tradução de "vírus" de um sistema para outro será sempre indeterminada, porque depende de outros termos que se definem reciprocamente. A linguagem, qualquer uma, caracteriza-se por um forte componente de auto-referência, que impõe uma organização ao sujeito. Dizer que "vírus" significa um "programa clandestino inserido num software e que pode, ao passar para o winchester, produzir efeitos danosos no hardware", só faz sentido para quem entende os outros termos da definição. Podemos, no entanto, entender e viver outros modos de pensar, outras linguagens. Essa é, aliás, uma das capacidades humanas.

A metáfora permite que adentremos outros sistemas. Entender o significado de "vírus" na informática pressupõe que se vivencie esse sistema. Inicialmente, os termos desse novo modo de organizar o mundo são utilizados "vagamente", no sentido de que não se

sabe direito o que eles significam. A prática, o experienciar no mundo da informática, ou na cultura Zande, vão paulatinamente delimitando as referências e tornando os significados mais "claros" para o uso naquele sistema.

Estudar o "vírus" na informática aponta para a possibilidade de estarmos presenciando um momento de transição, quando o termo ainda é sentido como metafórico pelos membros do sistema de referência da informática, mas tende a se cristalizar. Se se comparam os artigos de 13 de abril de 1988, 8 de junho de 1988 e os artigos mais recentes, pode-se notar a progressiva queda das "aspas" circundando os termos pertencentes ao domínio da virologia. O termo "vírus" é o melhor caso. A presença ou ausência de aspas não parece ser aleatória, mas indício de sedimentação da metáfora, de sua convencionalização. Em processo semelhante ao da importação de termos estrangeiros, inicialmente os vocábulos aparecem marcados de modo a indicar que se trata da introdução de novos usos. Os termos relativos à virologia acompanhados de aspas sinalizam o uso metafórico. Com o tempo, a rede de vocábulos se torna familiar aos membros da informática, ganha matiz específico e perde sua carga metafórica.

E muito provável que, na constituição do sistema de referência da virologia, o termo "vírus" tenha entrado como uma metáfora, numa possível associação entre "veneno" e "humores do sangue", e daí para agente causador de doenças. Fleck¹⁸ faz um trabalho exemplar de "arqueologia", recuperando a história do termo "sífilis". Apresenta a consolidação de uma "comunidade de pensamento" *pari passu* à edificação de uma linguagem, por meio da

construção e sedimentação de sucessivas metáforas encadeando literais. Para uma descrição detalhada do processo de alteração do conceito de "sífilis" ver capítulo III.

Historicizar a formação de conceitos mostra, no meu modo de entender, que o significado de um termo é função do sistema de referência no qual está imerso, participando ativamente do próprio processo de constituição desse sistema; e mostra a metáfora como "gancho" operando entre literais. Daí sua importância epistemológica. Pense-se no caso de "sífilis", de "vírus", que passa de veneno a microorganismo e, via uma nova metáfora, a programa pirata capaz de minar o funcionamento do sistema operacional.

As metáforas têm sempre uma história para contar, às vezes impossível de ser recuperada. Vico dizia ser a metáfora uma "picciola favoletta". Black a entende como a "ponta de um iceberg".

NOTAS

1. Para uma descrição mais completa da teoria aristotélica ver capítulo I.

2. Veja-se, para um exemplo de análise nesses moldes, o trabalho de Liliانا Ionescu, "Sur l'analyse sémantique du texte poétique" in: *Lingua e Stile*, ano V, dezembro, 1970, pp 357-365.

3. Holanda, A.B. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981.

4. O conceito de sistema de referência será melhor desenvolvido no capítulo IV.

5. O Prof. Dr. Rodolfo Ilari me chamou a atenção para o fato de eu estar descrevendo um caso de catacrese, no sentido aristotélico do termo. De tal sorte que toda metáfora seria, no limite, uma catacrese. Embora seja uma afirmação muito forte, arrisco dizê-la. Se a metáfora é o processo de criação de conceitos (veja os dois últimos capítulos), então, no limite, toda metáfora é catacrese. E mais a linguagem é "catacrese".

6. Para a noção de auto-referencialidade ver capítulo IV.

7. Vico, G. *Princípios de (uma) Ciência Nova*, São Paulo, Abril Cultural, 1974.

8. Black, M. "Metaphor", in: *Philosophical Perspectives on Metaphor*, Johnson, M. (org), Minneapolis, University of Minnesota Press, 1981.

9. Whorf, B.L. *Language, Thought and Reality*, MIT, 1956.

10. A idéia de psico-pragmática defendida por Marcelo Dascal, em *Pragmatics and the Philosophy of Mind 1 - Thought in Language*, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, 1983, permite pensarmos na mente através de um conceito de "modularidade fraca".

11. Lakoff, G. & Johnson, M. *Metaphors we Live by*, Chicago, Chicago University Press, 1980.

12. Jakobson, R. "Aspectos Lingüísticos da Tradução" in: *Lingüística e Comunicação*, São Paulo, Cultrix, 1970.

13. Quine, W.V.O. "Translation and Meaning" in: *Word & Object*, Cambridge, MIT Press, 1960.

14. Hacking, I. Why does Language Matters to Philosophy? Cambridge, CUP, 1981.

15. Feyerabend, P. Contra o Método, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

16. Evans-Pritchard, E.E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

17. Malinowski, B. "O problema do significado em Linguagens Primitivas", in: Ogden, C.K. & Richards, I.A. O Significado de Significado, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

18. Fleck, L. Genesis and Development of a Scientific Fact, Chicago, CUP, 1979.

Descoberta nos EUA uma "vacina" contra o "vírus" dos computadores

Do Reportagem Local

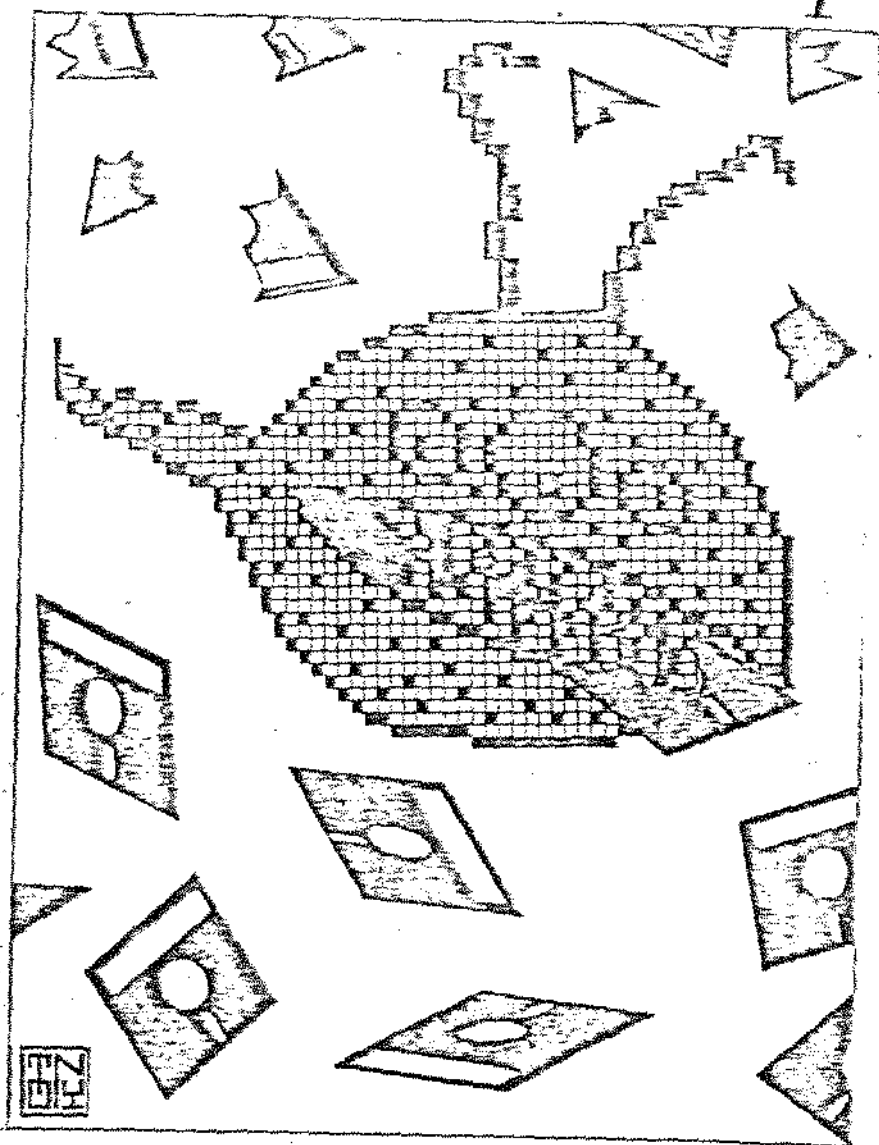
A software-house norte-americana Aidus Corp. já tem uma solução para o "virus do computador" que a invadiu e foi comercializado com o programa Freehand, atingindo milhares de micros Macintosh, da Apple. A empresa criou um programa capaz de checar a quantidade de bytes contidos num software e qualquer diferença em relação ao original será detectada no controle de qualidade, garantindo o produto.

O "vírus" é um pequeno programa inserido propositalmente num software qualquer. Quando se compra ou pirata o programa "infectado", o "vírus" contido no disquete se transfere para o sistema operacional do micro, atuando apenas no momento em que estiver programado para atuar. No caso de Aldus, o "vírus" já foi identificado e teve sua trajetória reconstituída por Joan Bateman, 31, diretora de operações internacionais da empresa, que esteve no Brasil na semana passada para o lançamento do sistema de edição eletrônica Page Maker, um programa best-seller da empresa, mostrado durante a ExpoSoft 88, em São Paulo.

Segundo Bateman, uma terça parte do disco de treinamento de Freehand (um programa para elaborar desenhos e ilustrações no Macintosh) foi desenvolvido por uma software-house de Chicago, a Macromind, que presta serviços à Aigis. A Macromind, por sua vez, concluiu que pegou o "vírus" ao conectar-se a uma rede pública de transmissão de dados (como a rede Ciradão, da Embratel) do Canadá, à Compuserve. Por esse roteiro, o "vírus" teria chegado a um disco "master" (de onde se fazem as cópias para revenda) do Freehand.

Atividade

O "vírus" ficou inativo até o dia 2 de março, por isso não foi detectado pela empresa, informou Bateman. Nesse dia, aniversário de lançamento do Macintosh, todos os micros contaminados (calcula-se que foram alguns milhares) colocaram na feia



uma mensagem de paz aos usuários, assinada por Richard Brandon, editor da revista "MacUser".

O editor, por sua vez, disse que o "vírus" foi programado e inserido em vários disquetes de jogos, distribuídos na própria redação da revista. A intenção era comprovar e ilustrar a rede de pirataria entre usuários, mas jamais qualquer um dos membros imaginou que o "ví-

rus" pudesse alcançar um disco "master program" e ser tão imensamente difundido.

"Não houve má intenção, foi apenas brincadeira", disse Kuzman. Brincadeira ou não, o episódio comprovou não só a extensão da pirataria mas a vulnerabilidade dos programas e sistemas. O "vírus" que atingiu a Aldus foi inócuo, mas sabe-se que eles podem destruir

Aldus subpiratas de

Do You

O lançamento de, na semana Paulo de Figueiredo, uma para deslizar, a reação eletrônica, uma novidade de programa ser, copias poderão, preços abaixo, que será com OTNs. A empresa Alcos Corp., de Maker, já au, será feita no local, a Multisig.

Ao trocar o, receberá o m, que roda em m, têm direito, mento ofereci, com modelos diagramados, facilita muito, não tem noção, e imagens em, rnas.

Equação de
diretor da Mul
existam, entre
"piratas" do l
A empresa es
circula este
gráficas e i
Quando o n
impressoras
Et. as vend
atingindo p
agências de n

partes de ar
serem utiliz
industrial

Por isso, é um programa de bytes (ou representação num software) e, diz Bats na interface de disco seri

Oberta nos EUA uma "vacina" tra o "vírus" dos computadores

em loco

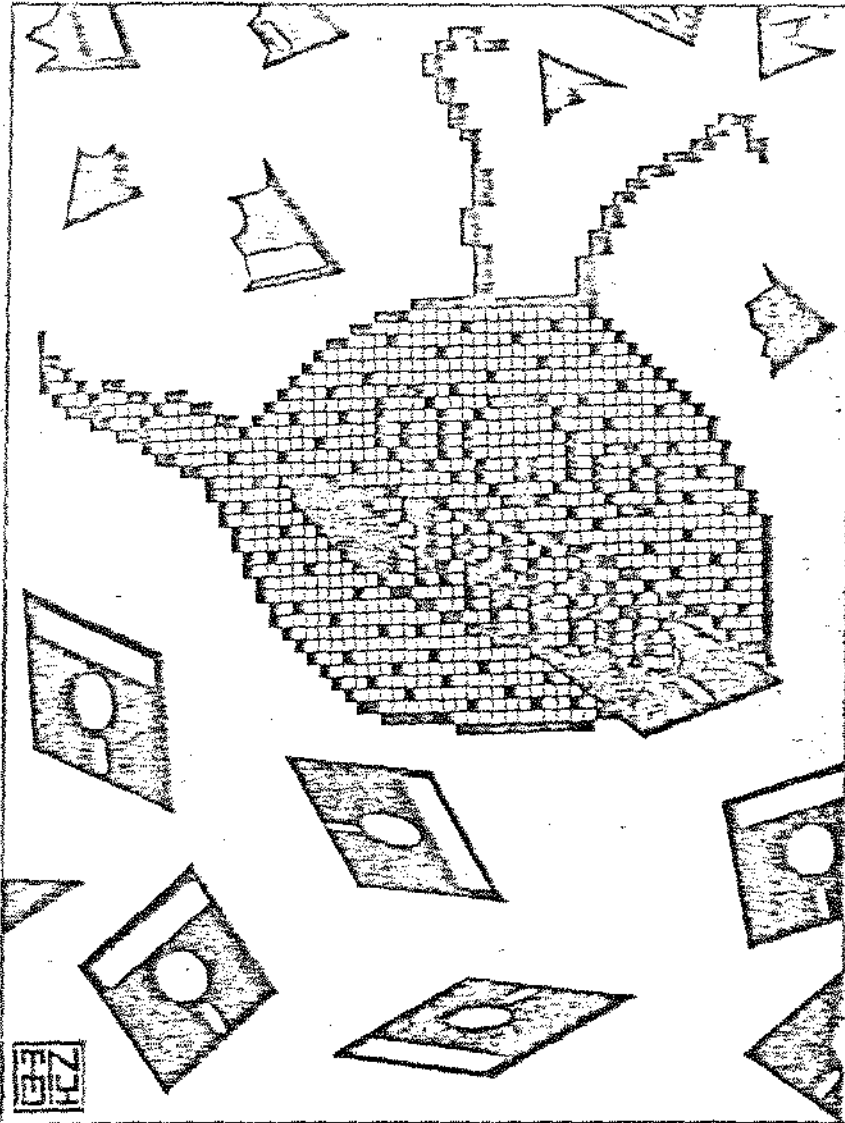
norte-americana em uma solução "computador" que a realizou um o id, atingindo mi-

Macintosh, da criou um prograr a quantidade de software e qual-relação ao origi- no controle de do o produto.

pequeno programa mente num softuando se compra ama "infectado", o no disquete se stema operacional o apenas no mo- stiver programado caso da Aldus, o tificado e teve sua tituída por Joan atora de operações empresa, que es- a semana passada to do sistema de nica Page Maker, st-seller da empre- ante a ExpoSoft 82,

an, uma terça par- treinamento do programa para ela- e ilustrações no desenvolvido por use de Chicago, a presta serviços à nua, por sua vez, gou o "vírus" ao az rede pública de ados (como a rede bratel) do Canadá, or esse roteiro, e egado a um disco nde se fazem as da) do Freehand.

rsário inativo até o dia 2 o não foi detectado formou Bateman. sário de lançameo- todos os micros lecula-se que foram colocaram na tela



uma mensagem de paz aos usuários, assinada por Richard Brandon, editor da revista "MacMag".

O editor, por sua vez, disse que o "vírus" foi programado e inserido em vários disquetes de jogos, distribuídos na própria redação da revista. A intenção era comprovar e ilustrar a rede de pirataria entre usuários, mas jamais qualquer um dos membros imaginou que o "vi-

rus" pudesse alcançar um disco "master program" e ser tão intensamente difundido.

"Não houve má intenção, foi apenas brincadeira", disse Bateman. Brincadeira ou não, o episódio comprovou não só a extensão da pirataria mas a vulnerabilidade dos programas e sistemas. O "vírus" que atingiu a Aldus foi inocuo, mas sabe-se que eles podem destruir

Aldus substitui cópias piratas do Page Maker

Do Reportagem Local

O lançamento na feira ExpoSoft 82, na semana passada em São Paulo, do Page Maker, um programa para desktop publishing (edutação eletrônica), trouxe também uma novidade: os "piratas" do programa serão anistoados e as cópias poderão ser substituídas por preços abaixo do valor do software, que será comercializado por 180 OTNs. A empresa norte-americana Aldus Corp., que desenvolveu o Page Maker, já autorizou a troca, que será feita pela sua representante local, a Multisoluções Informática.

Ao trocar o programa, o "pirata" receberá o manual do programa, que roda em micros PC e Macintosh, tendo direito aos serviços e treinamento oferecidos. Assim, contará com modelos prontos de páginas diagramadas, por exemplo, o que facilita muito o trabalho de quem não tem noção de como dispor textos e imagens em folhetos, relatórios ou jornais.

Éduardo de Barros Carvalho, 36, diretor da Multisoluções, calcula que existam entre 500 e mil cópias "piratas" do Page Maker no Brasil. A empresa espera comercializar 200 cópias este ano, sobretudo entre gráficas e instituições bancárias. Quando o mercado dispuser de impressoras a laser, previstas para 85, as vendas deverão crescer, atingindo profissionais liberais, agências de publicidade e jornais.

partes de arquivos ou programas e serem utilizados como sabotagem industrial.

Por isso, a empresa desenvolveu um programa que checa o número de bytes (conjuntos de oito bits que representam caracteres) contidos num software. A "vacina" é eficiente e, diz Bateman, qualquer diferença na informação contida em um disquete será detectada.

A ARQUITETURA DO SABER

CAPITULO III

DO RIGOR NA CIENCIA

...Naquele Império, a Arte da Cartografia atingiu uma tal Perfeição que o Mapa duma só Província ocupava toda uma Cidade, e o Mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos Apegadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse extenso Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste subsistem despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos. Em todo o País não resta outra reliquia das Disciplinas Geográficas.

(Suárez Miranda: Viagens de Varões Prudentes, livro quarto, cap.XIV, 1658)

Jorge Luis Borges

A ARQUITETURA DO SABER

A aproximação entre pensamento mítico e pensamento científico parece já ser corrente em alguns campos de pesquisa: na filosofia e na antropologia com maior intensidade. E o resultado, por um lado, das críticas feitas à concepção positivista de ciência, e, por outro, dos estudos sobre os mitos nas chamadas sociedades "primitivas". A análise sobre as relações entre metáfora e mito será feita no próximo capítulo. Essa nova postura permitiu que o homem deixasse de ser visto como fendido em racional e emocional. As dicotomias radicais, como a existente entre literal e metafórico, se afrouxaram, sobrando espaço para se pensar um homem menos esquizofrênico.

Vários autores dedicaram seus estudos à demonstração de que os pressupostos da ciência positivista não se sustentavam. As noções de verificabilidade, de neutralidade e de linguagem lógica foram abaladas por questionamentos como os de Wittgenstein, Polanyi, Fleck, Feyerabend, Granger, entre outros. Esses autores, de algum modo, chamaram atenção para a "acientificidade" da ciência, aproximando-a de outras formas de organização do real. Witt-

genstein questiona a crença exarcebada na perfeição de uma linguagem pura, livre de ambigüidades, vaguezas e imprecisões. Polanyi marca o caráter pessoal de qualquer conhecimento, recuperando a participação constante do indivíduo. Fleck mostra que os conceitos científicos são o resultado da confluência de formas diversas de conhecimento: a ciência não é autônoma e independente. O anarquismo epistemológico proposto por Feyerabend vê o discurso científico como o dominante na nossa cultura, embora ele não se caracterize por ser mais rigoroso, mais racional do que outros tipos de construção do saber, como o mito. Granger aponta para a presença do sujeito na elaboração de qualquer conhecimento, mesmo no discurso que se crê mais isento de subjetividade, a matemática. Muitos autores poderiam ser citados, foram esses, no entanto, os que me influenciaram.

O objetivo deste capítulo é descrever a participação imprescindível da metáfora no conhecimento científico. Em caminho semelhante ao trilhado pelos autores acima, essa constatação leva ao redimensionamento do fazer científico, na medida em que nega os pressupostos positivistas. A partir do estudo sobre como se constroem os "modelos teóricos" pode-se perceber o papel da metáfora na formação de "conceitos" de base que norteiam um paradigma. A análise da história do termo "sífilis" serve de exemplo. Estabelece-se, então, a semelhança entre metáfora e revolução científica. Num segundo passo, procura-se rechaçar a compreensão da metáfora como um tipo de "mentira". Tal associação faria com que voltássemos ao paradigma "objetivista".

A Metáfora na Ciência

Metáfora e Modelo

Ao discutir o conceito de "modelo" em ciência, Black¹ diferencia três acepções da palavra : o modelo como imitação, como analogia e como metáfora. A primeira acepção de "modelo" é exemplificada pelas maquetes e mapas, onde se imita o objeto proporcionalmente: o sistema solar num planetário. A segunda, procura representar o funcionamento do objeto, a estrutura do original, lançando mão de uma analogia; é o caso de entendermos o sistema económico através dos modelos hidráulicos: escoar mercadorias, por exemplo. A última é o modelo teórico, uma "metáfora"; nele nos deteremos com mais cuidado.

Vejamos a definição de metáfora dada por Black e como ela se aproxima de modelo teórico:

"Una metáfora memorable tiene fuerza para poner en relación cognoscitiva y emotiva dos dominios separados, al emplear un lenguaje directamente apropiado a uno como lente para contemplar el otro; las implicaciones, sugerencias y valores sustentantes entrelazados con el uso literal de la expresión metafórica nos permiten ver un nuevo tema de una forma nueva; y no cabe predecir anticipadamente ni parafrasear subsiguientemente en prosa los significados más amplios que así resultan, como tampoco las relaciones de tal modo creadas entre reinos inicialmente dispares. Podemos hacer comentario sobre la metáfora, pero ella misma ni necesita explicación o paráfrasis, ni invita a el-

los: el pensamiento metafórico es un modo peculiar de lograr una penetración intelectual que no ha de interpretarse como un substituto ornamental del pensamiento llano.

Cosas muy parecidas pueden decirse sobre el papel de los modelos en la investigación científica."

O trecho grifado explicita a existência de um modo de pensar metafórico, que não pode ser parafraseado ou substituído por um "pensamiento llano". A metáfora, "filtro" que direciona uma estruturação do real tornando-o significativo, é uma operação distinta, por isso sua tradução torna-se problemática². Também um modelo teórico formula uma organicidade do real - através da aproximação de domínios diferentes e da criação de uma linguagem própria - e a imprime como lentes a partir das quais filtramos nossos "objetos de atenção". O modelo teórico constrói-se a partir de um "pensar metafórico", pois em sua base está uma metáfora.

O autor exemplifica com a teoria de Maxwell, que entende o campo elétrico com base nas propriedades de um fluido incompressível: o campo elétrico é um fluido incompressível. Prefiro arriscar um exemplo mais próximo. Tomemos o modelo teórico chomskiano. Seu dialeto, cada vez mais particular: *barreira, vinculação, move alfa, ...*, direciona uma compreensão de linguagem. A linguagem, nesse paradigma, é um fenômeno muito diferente daquele percebido pelos retóricos ou pelos analistas de discurso. Chomsky vê na linguagem uma combinação algébrica, tendo por pano de fundo a matemática.

Grosso modo, o modelo teórico da Gramática Gerativa Transformacional baseia-se na metáfora "a linguagem é um algoritmo".

Trata-se, em parte, de uma decorrência da visão de ciência adotada explicitamente por Chomsky: o modelo cartesiano que vê a natureza como resultado de "fórmulas matemáticas". É nesse sentido que Black afirma: *"Every metaphor is the tip of a submerged model"*³. Por trás de toda metáfora há um modelo submerso, ou, invertendo, todo modelo comporta em sua base uma metáfora, um axioma não-verificável, cuja construção e funcionamento são metafóricos. Isto é, o modelo teórico comporta um axioma que "põe em relação cognoscente e emotiva dois domínios diferentes", uma metáfora.

Do mesmo modo que os modelos científicos colocam a existência de um modo de "pensar metafórico", há metáforas cotidianas que corroboram a tese aqui defendida. Metáforas ordinárias podem deixar entrever "teorias populares". Frequentemente dizemos enunciados como: "você captou o que eu quis dizer?", "não consegui passar minhas idéias". No senso comum, a linguagem é o *condutor*, o *canal*, por onde passam as idéias. Um estudo brilhante sobre a metáfora da linguagem como canal - condutor de pensamentos foi realizado por Reddy⁴.

A alteração de uma metáfora de base leva ao remodelamento de um modo de apreender e conceber os objetos de um mundo. Questiona-se o pressuposto científico de base positivista de que há um mundo dado, independente do "sujeito" ou da "teoria". Em termos linguísticos, significa abandonar semânticas, em cujas bases estejam a noção de "verificabilidade". Ir ao "mundo" quer dizer estar imerso numa linguagem que o modula.

Como exemplo lembre-se de algumas metáforas presentes em paradigmas lingüísticos: os neogramáticos viam na linguagem um "organismo". Haveria aí um empréstimo da biologia? Nesse caso, os neogramáticos teriam sido influenciados pelo desabrochar e supremacia da teoria darwinista. Ou os neogramáticos estavam reeditando o adamismo? Embora muitas histórias da Lingüística dêem de barato a primeira alternativa, não se pode esquecer de que os neogramáticos eram "decadentistas". De qualquer maneira, essa metáfora de base impõe a procura pela "língua-mãe", via análises "genealógicas" dos "vestígios" lingüísticos. Uma "linguagem" bem diferente da "linguagem algoritmo" do modelo chomskiano.

As implicações da proposta de Black apontam para questões como as que se referem à incomensurabilidade da linguagem. Linguagens diferentes referem-se a mundos, fatos distintos. Não há "percepção direta". No artigo "Models and Metaphors", Black está mais preocupado em destruir um antigo mito dos estudos sobre metodologia científica. Trata-se do fato de que o conhecimento científico é alcançado porque suas descobertas baseiam-se em postulados racionais: constrói-se sobre uma linguagem lógica, independente da imaginação, livre de ambigüidades, numa palavra, a partir de uma linguagem "matemática"; e, através dessa metodologia, "fatos" "reais" do mundo são "des-cobertos". Black quer mostrar que, na verdade, o conhecimento científico necessita da imaginação para poder existir. A teoria de Maxwell revolucionou o conceito de campo magnético na Física através da percepção de uma nova forma de ver o real, através de uma nova metáfora. Com isso, o autor rompe a fronteira rígida entre a linguagem poética e a

científica e apresenta, como fundamental para a construção de qualquer saber, a presença da imaginação.

A radicalização dessa perspectiva poderia levar a enxergar na linguagem a "fôrma" do pensamento, isto é, ela teria um poder coercitivo tal que imporia como reais, padrões - filtros, paradigmas - de interpretação; inserindo-se no determinismo lingüístico de Sapir e Whorf. Black está consciente desse risco, tanto que admite explicitamente o relativismo presente em Whorf⁵, ao mesmo tempo em que recusa seu determinismo.

Segundo a perspectiva de Whorf não haveria possibilidade de se traduzir de uma língua para outra, porque os esquemas lingüísticos imporiam concepções de mundos diferentes. No entanto, não é isso o que a experiência nos mostra. Podemos, nos diz Black, aprender duas línguas culturalmente distintas, embora a questão de traduzi-las ainda permaneça problemática. Além disso, Black apresenta os resultados da pesquisa sobre cores idealizada por Berlin e Kay⁶: se, como quer Whorf, a linguagem determinasse a percepção, pessoas pertencentes a culturas que não distinguissem linguisticamente o azul do verde, não conseguiriam perceber esses "matizes" (ou "cores"). Berlin e Kay chegaram a conclusão de que a percepção é, ao menos em parte, independente da linguagem; a distinção entre branco e preto parece ser universal.

Afirmar que a linguagem é uma atividade "criadora" de universos, não é creditar a ela um poder tão grande a ponto de determinar a percepção e o pensamento. Em primeiro lugar, porque a linguagem não é una, vivenciamos vários literais que podem inclusive ser contraditórios. (Daí, talvez, todo o esforço dos regimes

autoritários no sentido de impor uma única grade interpretativa). Em segundo, a possibilidade mesma da alteração de filtros reside na existência de diferenças, o igual não pode se alterar.

Nesse trabalho, procura-se adotar uma posição próxima a de Black. Como Dascal⁷, prefiro pensar, seguindo uma trilha ainda pouco explorada, que a linguagem "subsidiaria" o pensamento, servindo-lhe de contexto. Decorre que uma alteração na metáfora de base, por exemplo "a linguagem é um organismo" para "a linguagem é um algoritmo", privilegia certos aspectos do fenômeno linguagem que antes não eram percebidos, mudando o modo de apreender, perceber e pensar o objeto em questão.

Metáfora e Conceito

Se quisermos levar a sério a tese de Black, investigar metáforas passa a ser um questionamento sobre como se constroem conceitos, a partir dos quais se erigem visões de mundo. Segundo a análise de Fleck⁸, estes não são uma criação instantânea, fruto, como querem algumas compreensões românticas, de inspiração. São o resultado de um trabalho coletivo de construção de uma realidade.

As raízes do conceito de sífilis remontam ao final do século XV, quando inúmeras doenças e epidemias infestavam a Europa. Na época, a astrologia era a ciência dominante e seus estudos mostravam que então se vivia sob a influência de Escorpião, signo relacionado aos genitais. Inicia-se aí uma associação entre a

palavra *sífilis* - termo bastante genérico que recobria várias doenças - e *doença venérea*. A esta tradição, somou-se o poder da igreja que, através da ligação entre *sífilis* e castigo carnal pelos pecados cometidos, embutiu uma carga ética: *sífilis* é purgação dos pecados da carne.

A idéia de que a *sífilis* era uma doença para ser curada através do uso de mercúrio, surgiu de uma tradição muito antiga: a crença de que diferentes metais eram os remédios apropriados para as diversas doenças. A partir desse momento, o mercúrio passa a ser o definidor do conceito de *sífilis*. Junta-se a esses pensamentos coletivos, a crença de que os "*humores*" - líquidos do corpo - do *sifilítico* eram ruins, maus. De novo, este postulado liga-se a uma tradição mais antiga que acreditava serem as doenças causadas por "*mudanças nos humores*". Daí vem a associação entre *sífilis* e sangue, que acabou auxiliando na descoberta da serologia. Por fim, havia a idéia do "*espírito das doenças*" que penetrava o corpo, lesando o indivíduo. Este pensamento levou à descoberta do agente causativo.

A interação entre essas proto-ideias - difusas e advindas de diferentes épocas e estratos sociais - constituiu o conceito de *sífilis*. Essas proto-ideias não são nem verdadeiras nem falsas, pois correspondem a estilos de pensamento diferentes. Se o cientista moderno vê a *sífilis* como associada ao sangue - e isso se tornou um fato científico - é porque essa associação foi coletivamente criada a ponto de se impor como um fato observável. O fato é, então, função do estilo de pensamento, definido como uma restrição ao pensamento. Isto é, o estilo de pensamento permite

ver o "caótico" como algo organizado. Uma noção mais ampla que a de "filtro" em Black.

Para sobreviver, um estilo de pensamento deve estar vinculado a uma coletividade de pensamento: "*a community of persons mutually exchanging ideas or maintaining intellectual interaction*". Esses dois conceitos são bastante escorregadios, e para entendê-los acredito que devemos nos dispor a pensar num sistema "pulso e emaranhado". Não é possível imaginar que estilo de pensamento e coletividade de pensamento mantenham entre si uma relação de correspondência biunívoca, sem que a mobilidade presente em Fleck se perca. Uma coletividade de pensamento pode ser um partido político, um paradigma científico, uma escola literária, ou simplesmente duas pessoas trocando "idéias". Um estilo de pensamento surge dentro de uma coletividade de pensamento, vai se espalhando e simultaneamente formando sua própria coletividade, até atingir áreas mais excêntricas; generaliza-se, então, em uma nova coletividade de pensamento relativamente autônoma.

Descrevendo a sedimentação do conceito de sífilis, Fleck mostra a passagem desse conceito de uma comunidade de pensamento a outra. Cada passagem envolve uma alteração no estilo de pensamento. "*This change in thought style, that is, change in readiness for directed perception, offers new possibilities for discovery and creates new facts.*" Uma alteração de "estilo de pensamento", na direcionalidade imposta ao pensamento por uma visão de mundo, propicia a descoberta e criação de fatos, já que altera a "aptidão" para a percepção direta. Não há, então, fatos nus.

Uma alteração ocorre em três estágios. No início, há uma vaga percepção da nova forma de encaixar os elementos, que estabelece uma ordem "original". Experimenta-se esse modo de apreensão, vivenciando-o. Por último, organiza-se essa maneira, antes difusa, de percepção num sistema coerente. Surge, então, um novo estilo de pensamento que, dissidente, pode vir a angariar adeptos e constituir uma nova comunidade de pensamento.

O processo de alteração descrito acima aplica-se à metáfora. Na verdade, a história do termo "sífilis" é uma sucessão de metáforas. A cada mudança corresponde a "associação" entre idéias antes distantes e a conseqüente formação de uma nova "entidade", um novo "conceito" e um novo "referente". E é nesse processo de associar domínios diferentes que o conceito vai ganhando delimitação. Várias doenças se associam aos *genitais* (metáfora 1); em seguida, essa idéia é associada ao *castigo carnal* (metáfora 2). Daí, associa-se um *medicamento* (metáfora 3); que se funde ao conceito de *humores malignos* (metáfora 4) e, finalmente ao *espírito que invade o corpo gerando a doença* (metáfora 5).

Merece ser apontado um ponto problemático na teoria de Fleck. Em várias passagens de seu texto tem-se a impressão de que o autor acredita no "desenvolvimento", no "progresso" científico. Daí as "proto-idéias", por exemplo. Nesse caso, ele situar-se-ia na corrente do "positivismo". Embora não seja intenção desse ensaio discutir explicitamente o papel da ciência, creio que assim como o postulado da necessidade de uma linguagem lógico-científica para a construção da ciência se mostrou um mito, também a idéia de que a ciência se aproxima cada vez mais da verdade pode

ser questionada. Inference-se da idéia de "progresso" o pressuposto de que há verdades no mundo que vão sendo descobertas. Tal postulado afasta-se da tese aqui defendida.

Quando refletimos sobre a construção da linguagem, acredito que o indivíduo deve aparecer como construtor eterno de sua "própria" linguagem, criando associações, metáforas, mais ou menos livremente. No entanto, o problema que se coloca é o da sedimentação dessas metáforas, sua socialização e, às vezes, sua transformação em verdade axiomática, em literal. A criação de um conceito não é nem uma inspiração divina, nem uma ruptura brusca; é, antes, função de um processo contínuo de trabalho de associar idéias dissemelhantes, pertencentes a diferentes níveis sociais e a diferentes épocas. O trabalho de Fleck descreve o processo metafórico, que será abordado no capítulo VI. O conceito de "sífilis" é o resultado - eu diria não-estável - do desenvolvimento e confluência de diferentes "estilos de pensamento". Assim, a sedimentação de uma metáfora (p.e. "tempo é dinheiro") não pode ser vista como a aproximação aleatória de domínios distintos, mas como o cume de uma teorização sobre o real, o ápice de um modelo cuja construção exige o trabalho de muitos indivíduos.

Metáforas e Revoluções Científicas

Embora o próprio Kuhn⁹ reconheça que seu trabalho teve por inspiração a pesquisa de Fleck, suas análises direcionam conclu-

sões distintas. Para explicar a passagem de um "paradigma" a outro, Kuhn recorre ao conceito de "revolução científica"; "aqueles episódios não-cumulativos, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior".

Segundo ele próprio relata em um texto sobre o papel cognitivo da metáfora¹⁰, seu conceito de revolução científica resultou da tentativa de compreender a mecânica aristotélica. Enquanto Kuhn leu Física de Aristóteles com olhos newtonianos - tomando o paradigma newtoniano como chave interpretativa - não conseguiu penetrar na racionalidade da física aristotélica. De repente, num estalo, num "insight", juntam-se as peças do quebra-cabeça: o termo movimento em Aristóteles recobria realidades estranhas à física de Newton - o crescimento de um carvalho, o aquecimento de uma barra de metal, a passagem da saúde à doença.

O conceito de movimento empregado por Galileu e Newton referia-se apenas a uma das subcategorias do movimento em Aristóteles: os deslocamentos de corpos. Para Aristóteles, os fenômenos enquadrados como movimento contituiam uma família natural, assim como, para Newton, apenas os deslocamentos formavam a família dos movimentos. Fala-se aqui em duas definições de movimento. Kuhn descobre que, na verdade, Aristóteles e Newton partiam de pressupostos distintos com relação à natureza. Os adeptos da teoria newtoniana acreditam na prioridade da matéria sobre as suas propriedades, isto é, as qualidades são consequência do modo como as partículas se arranjam, da sua geometria.

A transformação, a revolução científica, de Galileu significou o início da Ciência Moderna. Em termos de discussão em História da Ciência, há pelos menos três interpretações clássicas desse "fato"¹¹. No entanto, nenhuma dessas análises nega que houve uma "matematização" da natureza. A metáfora de Galileu de que o livro da natureza é para ser lido com a linguagem matemática, literalizou-se ao longo desses séculos:

*"A Filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto"*¹².

A partir de então a matemática tem sido a principal "lente" da ciência.

No mundo de Aristóteles, a natureza era vivida qualitativamente. A Terra ocupava o centro do Universo porque esse era o seu lugar natural: a Terra era primordialmente composta pelo elemento terra, elemento pesado, por isso só poderia se situar no centro do Universo, seu lugar natural. O céu era composto por éter, elemento leve, por isso deveria estar acima. Os fenômenos meteorológicos só poderiam ocorrer abaixo da lua, eram fenômenos sublunares, porque eram constituídos por outros elementos que não éter. O sol, como fenômeno celeste, não poderia ser composto por fogo. No nível sublunar existiam quatro qualidades: o quente, o frio, o úmido, e o seco; cujas combinações determinavam os quatro

elementos básicos: água (frio e úmido); terra (seco e frio); ar (úmido e quente); fogo (seco e quente). O fogo e o ar são mais leves, por isso seu lugar natural é acima da Terra. Nesse universo, o movimento não correspondia a uma mudança de estado, mas a uma espécie de processo qualitativo de mudança, "é a realização do que existe potencialmente, na medida em que existe potencialmente". Daí o movimento incluir não apenas a locomoção, mas também outros tipos de mudança, como a alteração quantitativa (uma barra de ferro ganhar peso); a geração e corrupção dos corpos. A Física propõe explicar esse conceito de movimento.

Exemplos como o anterior levam Kuhn a formular a existência de dois paradigmas. A teoria aristotélica encerra um paradigma que vai permanecer até a revolução proposta por Newton que, por sua vez, é desestabilizada pela teoria de Einstein. Essas passagens revolucionárias têm três características básicas. Em primeiro lugar são holísticas, não podem ser apreendidas pela análise de suas partes isoladas, num processo de acúmulo de conhecimento; só podem ser apreendidas como totalidade. Segundo, elas alteram o modo como as referências são apreendidas; os casos paradigmáticos em Aristóteles não são os mesmos de Newton. Por último, as revoluções alteram os modelos, as analogias; a similaridade está vinculada a um modelo ou visão de mundo.

As características que Kuhn aponta como definidoras das revoluções científicas parecem ser propriedades da metáfora. Basta recordar o trabalho de Black. A diferença de Fleck, Kuhn parece não ter consciência de que esses episódios não-cumulativos só acontecem como um insight na cabeça do próprio Kuhn. Quer dizer,

essa passagem abrupta está no sujeito, porque historicamente as mudanças são mais lentas e mais complexas. A aquisição não-cumulativa vivenciada por Kuhn consiste na recuperação de uma outra literalidade, em compreender uma outra forma de modelar o real. Essa nova dimensão é alcançada via metáfora, daí a aproximação inevitável entre as características das revoluções científicas e das metáforas. Partindo da literalidade de Newton, Kuhn descobre a metáfora do movimento - alteração do estado de qualquer substância - e chega à literalidade de Aristóteles. O que aparece claramente no processo descrito por Kuhn é a "alteração de filtro" de que fala Black.

A Problematização do conceito de "ciência"

Metáfora e Mentira

A aproximação entre metáfora e revolução científica, metáfora e modelo ressalta o poder heurístico da metáfora quando da edificação de uma "visão de mundo". Já aproximar metáfora e mentira desestabiliza a discussão anterior; a palavra "mentira" tem em si uma carga ética que abala essas aproximações, questionando suas validades. Isto é, se a metáfora for uma mentira, uma ilusão, então devemos afastá-la da ciência, ou ela deixa de ser uma busca da "verdade". A relação metáfora-mentira traz à tona a questão da verdade tão cara aos estudos semânticos; e nos reenvia

A República Platônica, livre dos poetas corruptores da moral e da juventude.

E comum considerar a metáfora como falsa ou sem-sentido, porque ela se afasta do uso próprio e verdadeiro das palavras. Nessa direção, ela é responsável pela construção de idéias falsas e absurdas. Grice¹³, em "Lógica e Conversação", explicita a associação entre metáfora e mentira, recuperando uma tradição já bastante antiga na retórica.

De forma resumida, Grice propõe um modelo conversacional, em que são apresentadas as condições que governam a conversação. Segundo o autor, a base da conversação é o princípio da cooperação: os interlocutores devem cada um dar sua contribuição no sentido de se fazerem inteligíveis, ao menos se eles desejam a comunicação. Eis aí o ponto fundamental: nem sempre o objetivo de uma conversa é a comunicação, então surge a possibilidade de se romperem as máximas gricenianas. O autor estabelece quatro categorias, seguindo os princípios kantianos: a quantidade, a qualidade, a relação e o modo. Interessa-nos, em particular, a máxima da qualidade que transcrevemos a seguir:

"Sob a categoria da QUALIDADE encontramos a super-máxima 'trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira' e duas máximas mais específicas:
1. Não diga o que você acredita ser falso.
2. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada."

Adotando-se esse modelo, a metáfora seria uma violação da primeira máxima da qualidade. Ao analisar o enunciado:

(1) Você é o açúcar do meu café.

Grice afirma que o falante cometeu uma falsidade categorial. É evidente que um ser humano ("voce") não pode ser "açúcar". Em suas próprias palavras:

"11. metáfora - Exemplos como Você é o açúcar do meu café contêm, caracteristicamente, falsidade categorial, de modo que a contraditória do que o falante fingiu dizer é, estritamente falando, um truismo. Assim, não pode ser ISSO o que um tal falante está tentando comunicar. A suposição mais provável é que o falante está atribuindo a seu ouvinte um traço ou traços pelos quais o ouvinte se assemelha (mais ou menos ficticiamente) à substância mencionada"

Grice parte, pois, de uma definição "lógica" de linguagem e de verdade. Uma proposição deve expressar (espelhar) um fato do mundo. Trata-se de posição semelhante à aristotélica em que ao nome do objeto corresponde um e apenas um objeto. A noção de verdade é função do princípio de verificação: uma determinada proposição é verdadeira se e somente se for equivalente a um determinado fato no mundo. Por exemplo: a proposição "chove" é verdadeira se, ao observar o mundo, verifico que realmente está chovendo. Uma proposição como "chove e não chove" é sempre mentira. Seguindo esse raciocínio, o ouvinte, ao cotejar o enunciado ao mundo, chega a conclusão de que uma pessoa não pode ser açúcar, por isso a contraditória de (1):

(2) Você não é o açúcar do meu café.

é um truismo, uma verdade tão evidente que não é necessário ser enunciada. Do modo como Grice apresenta o problema da verdade, e consequentemente da mentira, parece que as coisas são simples. Considere-se, no entanto, o seguinte par de sentenças:

(3) A manga está cortada.

(4) A manga não está cortada.

Se quisermos considerar contraditórios os enunciados (3) e (4), devemos garantir que se está falando sobre a mesma "manga", a manga fruta ou a manga da camisa. Eles só serão contraditórios, se estiverem sendo usados com o mesmo sentido e no mesmo contexto. Dessa maneira, (2) poderia ser considerada a contraditória de (1) se e somente se estivessem empregadas no mesmo sentido e contexto. Não é isso, entretanto, o que se verifica: (1) e (2) possuem sentidos diferentes, embora relacionados. A contraditória de (1) seria:

(5) Você não é o açúcar do meu café. (metaforicamente)

Enquanto que a contraditória de (2) deveria ser:

(6) Você é o açúcar do meu café. (literalmente)

Ainda que, em outros momentos do texto, tenhamos alertado para a inviabilidade de parafrasearmos a metáfora em literal sem que algo se perdesse, recorreremos a esse instrumental apenas para pôr às claras o que estamos discutindo. (1) poderia ser parafraseada por:

(1') Você adoça, torna agradável, a minha vida, que é amarga.

(2), como entende Grice, deveria ser parafraseada por:

(2') Você não é aquela substância branca e doce com a qual eu costumo adoçar o meu café, você é um ser humano.

Grice necessita que (2) seja a contraditória de (1), pois somente desse modo ele pode dizer que na metáfora há uma incompatibilidade. No entanto, uma proposição metafórica não precisa ne-

cessariamente implicar em erros categoriais:

(7) Ele é um palhaço.

(8) Aquele homem é um animal.

(9) A temperatura está alta.

Em nenhum dos casos acima, se aplicamos o princípio da falsidade categorial, conseguimos chegar à metáfora. O homem, de fato, é categorialmente, é um animal.

De forma semelhante, um enunciado como:

(10) O ser humano é 90% água.

embora devesse ser tomado como uma metáfora, adotando-se o princípio da falsidade categorial, é uma verdade científica. O ser humano é também substância.

Parece-me que os interlocutores sabem que determinada proposição é metafórica não porque haja alguma incompatibilidade, mas porque a conversação está direcionada para determinado alvo. Assim, o que me faz entender (11) literal ou metaforicamente é o fato de saber se falamos a respeito de um cachorro, ou do comportamento de um homem:

(11) Billy é um cachorro.

Ao utilizar (1), o falante não diz uma falsidade categorial, não enuncia o que acredita ser falso, ao contrário, diz exatamente aquilo que acredita ser verdadeiro. A confusão acontece porque Grice mistura dois níveis de significação e parte de uma noção ingênuo de literal e de verdade. A mesma confusão ocorreria se tomássemos "manga" em (3) como uma "fruta" e em (4) como um "pedaço da camisa".

Os diálogos abaixo talvez ajudem a esclarecer:

(12) - Você ainda acredita que o Collor é *caçador de marajás*?

- Não, ele está mais prá *caçador de trabalhador*!

(13) - O Carlos é um *gatinho*, não é?

- Ah, eu não acho não. Ele é meio *gordinho demais*.

Nesses diálogos o que se nega é a verdade da metáfora no sentido descrito no exemplo (5). No primeiro caso, não se nega a existência "real" de marajás ou o fato de Collor não ser "caçador", mas de ele ser "caçador de marajás", alguém preocupado em acabar com as mordomias de alguns políticos. No segundo, o interlocutor (2) não está dizendo que Carlos não é um "gato", no sentido de que ele não "mia", não "anda de quatro",...; está negando outro sentido de "gato, ainda não dicionarizado, mas muito comum entre a "moçada": gostoso, boa pinta, charmoso,...

Weinrich¹⁴, em *Der Linguistik der Lüge* (A Linguística da Mentira), propõe a ampliação do campo de estudos da semântica, incorporando uma reflexão sobre a mentira. A linguística tem sistematicamente descrito a linguagem como se ela fosse apenas o veículo para transmissão da verdade; como se sua única função fosse dar expressão a pensamentos verdadeiros. É fácil notar na semântica formal a preocupação com as *condições de verdade* de uma proposição. Qualquer outro fenômeno linguístico - como as figuras de linguagem -, por não se enquadrarem no conceito de verdade adotado, seria uma espécie de "mentira", um "falseamento" da realidade e portanto indigno de ser estudado ou recuperável apenas em nível pragmático, conforme Grice. No entanto, a linguagem serve para outras atividades, inclusive a de dissimular o pensamen-

to. A "mentira" ocorre na fala, o que já é motivo suficiente para tentarmos descrever as "regras" de seu funcionamento. Para isso, Weinrich se vê na obrigação de delimitar a noção de "mentira", afastando-o do fenômeno da metáfora.

Como lembra o autor, Santo Agostinho já enfrentara o problema da metáfora ser uma espécie de mentira: se a metáfora - a linguagem figurada - é uma mentira (uma ilusão), então os ensinamentos bíblicos são todos mentirosos! Chegar a tal conclusão é o mesmo que decretar a morte de Deus. Brincadeiras à parte, Santo Agostinho define a mentira como uma "intenção de engano". A linguagem da Bíblia era (ou é) metafórica não porque expressava mentiras, mas para "facilitar" a compreensão pelo maior número de pessoas. Através das figuras qualquer um poderia ter acesso aos ensinamentos divinos.

Pela definição agostiniana, é possível notar que um enunciado como:

(14) O José acabou de sair,
embora literal, pode ser uma mentira desde que o falante soubesse que se trata de uma proposição falsa - José está em casa -, e a enunciasse como uma verdade. O problema filosófico envolvida no conceito de "mentira" é enorme. Pense-se - apenas como exemplo, já que esse não é o tema desse ensaio - na possibilidade do "auto-engano".

Tomar a metáfora como uma espécie de mentira, como uma forma de engano, caracteriza, segundo Weinrich, uma ciência que se marca pelo desejo de purificar a linguagem do conhecimento - e às vezes até mesmo a linguagem cotidiana - das figuras, porque so-

mente esse caminho traria à luz a verdade. O autor afirma que não há por que censurar a metáfora. Ela não expressa a falsidade. "Expulsar as metáforas quer dizer não apenas arrancar as flores para o caminho em direção à verdade, mas também se despojar do veículo que ajuda a acelerar o caminho para a verdade. Não só não se pode escrever sem metáforas, não se pode pensar sem metáforas"¹⁵.

Weinrich procura destruir outro mito com relação à metáfora: sua interpretação seria menos precisa do que a de outras palavras. Para o autor, a determinação da metáfora acontece segundo o mesmo esquema de qualquer outro vocábulo. Sua semântica textual postula que a significação se dá no jogo de determinação que se estabelece entre os pólos da extensão (Bedeutung) e da intensão (Meinung). Esse jogo é regulado pelo contexto lingüístico e pela situação de fala. Uma palavra solta como "fogo", pensada sem contexto nem situação de fala, tenderia para o pólo extensional (mais social, mais vago, mais abstrato). A frase é a ponte entre a extensão e a intensão. A frase junto com o contexto lingüístico que a sucede e a antecede, e a situação imediata, limitam a extensão numa intensão (mais restrita, mais individual, mais concreta, mais precisa).

Nesse sentido, não há metáfora de palavra isolada, ela só existe se houver contexto e/ou situação. A particularidade da metáfora reside na quebra de expectativa. Ao se enunciar uma palavra numa frase traça-se uma direção que pode ou não ser frustrada. No caso da metáfora haveria um afastamento da primeira direção de espera. No entanto, uma vez redimensionada a expectativa, a metáfora se tornaria exatamente tão limitada, tão precisa quan-

to qualquer outra intensão. A metáfora não alteraria a extensão da palavra "o significado (extensão) de uma palavra é um e o mesmo, seja a palavra empregada como metáfora ou não". Significa que a metáfora está mais próxima do pólo intensional (Meinung).

A teoria de metáfora proposta por Weinrich será discutida no capítulo IV. Importa aqui a distinção entre metáfora e mentira. Mantê-las unidas, dizer que expressam o mesmo fenômeno lingüístico, preserva um conceito de literal muito pobre, perpetua a divisão entre uma linguagem científica não-imaginativa que apenas registra o já descoberto, sem qualquer papel criativo, e uma linguagem "mentirosa", fantasiosa, figurada.

NOTAS

1. Black, M. "Modelos y Metáforas", in: Modelos y Metáforas, Madrid, Editorial Tecnos, 1966 pp 205-238.
2. O problema da tradução foi levantado no capítulo anterior.
3. Black, M. "More about Metaphor" in: Metaphor and Thought, Ortony, A. (org) Cambridge, CUP, 1981.
4. Reddy, M.J. "The Conduit Metaphor - A Case of Frame Conflict in our Language about Language", in: Metaphor and Thought, Ortony, A. (org) Cambridge, CUP, 1981.
5. Para uma discussão mais pormenorizada ver: "La relatividad Lingüística: las opiniones de Benjamin Lee Whorf" in: Modelos y Metáforas.
6. Berlin, B. & Kay, P. Basic Color Terms: their Universality and Evaluation, Berkeley, University of California Press, 1969.
7. Dascal, M. Pragmatics and Philosophy of Mind 1 -Thought in Language, Amsterdam, Benjamins Publishing Company, 1983.
8. Fleck, L. Genesis and Development of a Scientific Fact, Chicago, Chicago University Press, 1979.
9. Kuhn, T.S. A Estrutura das Revoluções Científicas, São Paulo, Perspectiva, 1987.
10. Kuhn, T.S. "Metaphor in Science" in: Metaphor and Thought Ortony, A. (org) Cambridge, CUP, 1979.
11. Há inúmeras análises sobre a passagem do mundo aristotélico para o paradigma galileiano. Vejam-se por exemplo três perspectivas em: Clavelin, M. La Philosophie Naturelle de Galilée; Koyré, A. Etudes d'Histoire de La Pensée Scientifique; e Feyereabend, P. Contra o Método.
12. Galileu, G. O Ensaiador, São Paulo, Abril Cultural, 1973.
13. Grice, H.P. "Lógica e Conversação" in: Dascal, M. (org) Fundamentos Metodológicos da Lingüística, volume IV - Pragmática,

Campinas, UNICAMP, 1982.

14. Weinrich, H. Der Linguistik der Ldge, Heidelberg, Verlag Lambert Schneider, 1974.

15. Tradução feita por mim.

OS FIOS DA TEIA

CAPITULO IV

TECENDO A MANHÃ

Um galo sozinho não tece uma manhã:
Ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um outro galo antes
e o lance a outro galo e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

2

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto

OS FIOS DA TEIA

Se, como acreditamos, há um modo de pensar, de construir conhecimento, que é metafórico - por se constituir pelo entrelaçamento de domínios distintos -, ele certamente está presente nas diferentes formas de organizar o real em "realidades". No capítulo anterior procurou-se realçar a presença desse pensar metafórico na ciência. A ciência moderna, por exemplo, herdeira das especulações do século XVII, se constituiu sobre a compreensão da "natureza" pelo prisma matemático. Todavia, nem sempre essa foi a metáfora da natureza. A "natureza" em Aristóteles era um superorganismo. Darwin, por sua vez, revolucionou ao impor uma "natureza" personificada, sujeito de suas ações. Há várias metáforas vividas, em seu momento histórico, como "literalidade", imprimindo um modo distinto de pensar o mundo.

Desse ponto de vista, a metáfora é um processo cognitivo que permite a organização de formas diferentes de pensar. Salienta-se seu aspecto "heurístico". Afastá-la da noção de mentira, de ilusão, permite redimensionar a concepção de ciência, incorporando a imaginação como essencial à construção do saber. Por outro la-

do, possibilita perceber que não há maneiras de equacionar o real, totalmente isentas de subjetividade. A ciência é uma das atividades em que se tenta esse equacionamento. O mito é outra. Em sua constituição também estão presentes as metáforas.

As reflexões deste capítulo se devem a várias leituras na área de Antropologia. Em especial, os trabalhos de Malinowski, Whitherspoon, Evans-Fritchard, Margareth T. Hodgen, Trevor-Roper. Os estudos sobre os mitos, as culturas "primitivas", o pensamento europeu nos séculos XV e XVI, a própria historicização do conceito de "antropologia", direcionam no sentido de recuperar a importância e a validade de outras formas de "lógica", entendendo "lógica" em seu sentido epistemológico, um "desenvolvimento discursivo". A lógica formal, os mitos, as credences, a ciência, a arte compartilham uma estrutura de conhecimento semelhante. No entanto, perceber essa aproximação não significa apagar as fronteiras entre essas lógicas.

Entrar em contato com "realidades", formas de pensar, muito diferentes das nossas, deixou clara a existência de vários literais, distintos recortes do real. Os Azande viviam, pensavam e se relacionavam sob a égide dos oráculos. Um mundo estranho para nós, ocidentais. As bruxas do Renascimento Europeu foram queimadas, porque, nessa visão de mundo, era correto, verdadeiro e lógico "queimar" hereges. A força desse arcabouço é tão poderosa que muitas mulheres desse período morreram dizendo serem "bruxas". A alteração desse modo de pensar acontece como um "passe mágico"; de repente, as bruxas deixam de ser um problema. Os negros-escravos eram animais comprados após o exame dos dentes.

Não se trata de discutir por que razões há "realidades", mas de mostrar que suas existências e tentar descrever como elas são construídas pelos homens. Defende-se aqui o ponto de vista que a metáfora é um processo lingüístico-mental presente em toda organização de uma "realidade".

Num primeiro momento do capítulo, apresenta-se a construção de um "sistema de crenças". Busca-se demonstrar o papel da linguagem na estruturação de uma "visão de mundo". O problema a ser desenvolvido diz respeito à existência de vários literais dentro de uma mesma "comunidade". Mais especificamente, o grupo estudado, como qualquer outro que propõe um "mundo" diferente do "normal", funda uma "literalidade" própria a esse grupo, através do "imbricamento" de outros literais, no quais eles estão envolvidos. Assim, não há apenas "literais" distintos para culturas distintas; há múltiplos literais coexistindo numa mesma formação cultural.

Dar conta da coexistência de "realidades" exige a formulação de um conceito flexível. A noção de sistema-de-referência, a ser desenvolvida neste capítulo, pretende ser esse conceito. Além disso, é preciso que a linguagem comporte "imbricações" fluidas de "literais". Granger utiliza uma excelente idéia, difícil de ser traduzida, a de que a linguagem é "feuilleté", "folheada" como doce, composta por várias "folhas" sobrepostas parcialmente umas às outras.

Um Sistema de Referência

Leon Festinger, Henry W. Riecken e Stanley Schachter acompanharam, num processo de pesquisa participante, a elaboração do sistema de crenças por um grupo religioso nos EUA, durante a década de 50, desde a sua formação até a agonia final. Nesse estudo, os autores estão preocupados em descrever os possíveis paralelos entre o comportamento dos membros dessa seita e o dos cientistas. Pretendem realizar um tratado de sociologia da ciência. Embora as conclusões sejam muito interessantes, a passagem que farei aqui por *When Prophecy Fails*¹ não busca discutir o fazer científico; visa, na verdade, à reflexão sobre as relações entre a edificação de um "realidade" - um mundo próprio aos membros da seita -, a criação de uma linguagem particular - esotérica -, e a noção de literal, que carrega embutida a de metáfora.

Marian Keech, uma senhora residente em Lake City (USA), interessada em estudos sobre o universo cósmico, acorda certa madrugada (inverno de 1952) com formigamento no braço e, quase instintivamente, psicografa um bilhete de seu pai morto. Conscientiza-se, conforme vai entrando em contato com as pessoas que acreditam em coisas semelhantes, de que pode receber outros seres do plano astral, mas teme ser usada por forças malignas. Na metade de abril, recebe os primeiros bilhetes de seu guia espiritual, que se apresenta como o próprio Jesus, rebatizado como *Sananda* pelo fato de estar vivendo um novo ciclo, a idade da luz.

Sananda garante-lhe a autenticidade das mensagens psicografadas, e pede a Marian que divulgue seus conhecimentos e siga todas as instruções dadas pelos *guardiões*. Eis um exemplar das primeiras mensagens:

"What can you do for us? Well, you can go tell the world that we have at last contacted the Earth planet with the waves of ether that have become tactable by the bombs your scientists have been exploding. This works like an accordion; when the condensation leaves the carceious level of the ether or atmosphere levels that support a large light layer of marine life, it causes a barrier to be set up. Now that the bombs have broken that barrier we can break through. That is what your scientists call the sonic barrier. We have been trying to get through for many of your years, with al-cetopes and the earling times"

Os *guardiões* não apenas direcionam a atuação de Marian, eles descrevem uma explicação "lógica" para o contato com os *tetráqueos*: as bombas lançadas pelos cientistas permitiram a abertura de "buracos".

Marian recebe as lições, nem todas de fácil interpretação, que são decifradas, analisadas e estudadas pelo grupo; isto é, a "coerência" do sistema é socialmente construída. A partir dessas lições, esboça-se um sistema. A primeira proposição é de que existe um universo de planetas além do sistema solar. Esse universo é habitado por seres de inteligência superior, que desenvolveram uma tecnologia refinada. Eles existem em frequências vibratórias mais altas que os humanos, são portanto de densidade mais baixa. A segunda proposição diz respeito ao papel dos *guardiões*. Eles são instrutores na escola do Universo, "*Losolo*", localizada em "*Cerus*". Pretendem, via a Sra. Marian e seu grupo,

ensinar os fundamentos para o desenvolvimento espiritual da humanidade.

Na manhã de 23 de julho, Marian recebe o aviso de que os guardiães desceriam em suas tolas em Lyons Field, uma base militar perto de Lake City. O fato é que nenhum disco voador pousa, mas como todo fato é, em parte, uma construção daquele que vê, algo acontece. Enquanto esperavam, surge, como se viesse do nada, um mendigo. Marian, mais que depressa, oferece-lhe comida e bebida e sente algo estranho. Depois que o grupo constata o "fracasso" da profecia, todos concordam que algo havia ocorrido. No outro dia, Marian recebe a seguinte mensagem de Sananda: *"It was I, Sananda, who appeared on the roadside in the guise of the sice"*.

Quanto mais lições, mais coeso o grupo e seu sistema de crenças. Aparecem, então, explicações sobre a origem do homem na Terra: há muitos anos, era uma vez o planeta "Car". A população de Car dividia-se em duas facções: os cientistas, liderados por Lúcifer, e o povo que seguia a luz. Os cientistas destruíram o planeta através de uma invenção - próxima a nossa bomba atômica - os "alcetopes". Isto produziu um distúrbio no equilíbrio de todos os universos. Nesse meio tempo, as forças do Bem alcançaram outros planetas como *Clarion*, *Uranus* e *Cerus*. Lúcifer trouxe sua tropa para a Terra (pobres de nós!...)

Desde esse dia, o ciclo começou de novo. Lúcifer está comandando nossos cientistas na construção de armamentos cada vez mais poderosos, capazes de destruir a Terra, rompendo de novo o equilíbrio. Cristo visitou a Terra numa tentativa inicial de nos tirar do mundo das trevas e foi parcialmente bem sucedido. Os guar-

dizes estão em contato com os seguidores do Bem, a fim de salvá-los da grande catástrofe.

Chegamos à profecia maior. Um dia após o encontro com o "sice", "alguém cuja verdadeira identidade é desconhecida" - o mendigo de Lyons Field -, Sananda envia uma mensagem profetizando uma grande enchente que arrasará partes dos USA e Canadá. Segundo essas mensagens, Marian e seus adeptos seriam salvos pelos tolas antes da catástrofe de 21 de dezembro de 1954. A partir desse momento, o grupo procura expandir seus conhecimentos, numa tentativa de salvar a humanidade. São, evidentemente, rechaçados pela sociedade americana, que os vê como "loucos".

A Construção

Marian, a vidente que recebe o guia espiritual, não constrói sozinha o sistema-de-referência fundado pela seita. Não é possível falar da construção desse "modelo de mundo" como um evento prévio à própria formação do grupo. Marian não sabe da construção desse modelo, que vai sendo organizado no e pelo grupo, à medida mesmo em que se monta enquanto grupo. O Dr. Armstrong, seu associado na liderança e no proselitismo, é outro forte personagem deste drama; é ele quem vai mais diretamente interferir na construção desse sistema; é, também, quem vai divulgar os conhecimentos e atrair novos adeptos. O sistema-de-referência não é externo ou independente do grupo, sua estruturação é simultânea. Como

no caso de algumas mulhereres da Renascença Européia que se criam bruxas², também Marian acredita - vive como "realidade" - que está recebendo um ser de outro plano astral.

Uma das conclusões a que os autores de *When Prophecy Fails* chegam refere-se à "resistência" do "modelo" aos fatos. Embora a enchente não tenha ocorrido, o grupo ainda permaneceu coeso por certo tempo e alguns dos indivíduos mantiveram suas crenças, apostando num "erro de interpretação" da profecia. A "resistência" do "modelo" aos "fatos" é apontada pelos autores como outra semelhança entre o mito e a ciência.

A análise que dou a seguir não foi formulada pelos autores. Como já foi apontado, eles estavam interessados nos paralelos entre ciência e mito. Interessa-nos, no entanto, imaginar como se dá a construção desse sistema. O grupo de Marian se particulariza como uma "comunidade", no entanto não se constrói autonomamente: lança mão de outras formas de entender a realidade, presentes na sociedade americana de então, para a edificação de seu próprio sistema de crenças. No caso dos discos voadores, um dos fios condutores remete à tradição cristã: a idéia, mais antiga do que o próprio cristianismo, de que representantes do céu estão em contato com nosso planeta e virtualmente nos visitam; a identificação de Sananda como Jesus Cristo. Há várias referências bíblicas: a idéia de enchente, de dilúvio; a idéia de um mundo dividido entre forças do bem e do mal. A associação entre cientistas e demônios advinda de uma leitura do "pecado original" que toma o "conhecimento" como o fruto proibido. O homem desafiando Deus. Essa é uma das "metáforas" mais fortes: os cientistas são demô-

nios. A crença na reencarnação ou rarificação espiritual, isto é, a crença de que vamos passando de um plano astral para outro e quanto mais elevado o ciclo menos densos ficamos, parece ser também bastante difundida, via um certo espiritualismo - presente nos escritos reencarnacionistas de Allan Kardec, por exemplo.

A estas tradições já bastante sedimentadas no imaginário popular, acrescentam-se outras idéias mais modernas e visivelmente atadas ao momento histórico em que este sistema de crenças surge. Marian Keech e seu grupo começam a equacioná-lo no período do pós-guerra, logo em seguida à detonação da bomba atômica pelos EUA e em plena guerra fria. A idéia de que a Terra pode ser destruída provocando uma desordem no universo é, até hoje, um de nossos medos. Da mesma época são também as primeiras experiências do homem no espaço. E evidente que se fortaleceram as crenças em viagens interplanetárias, em seres extraterrestres,...

Como exemplo do clima vivenciado em especial pelos americanos durante esse momento histórico, lembre-se de um filme, bastante revelador da década de 60, O homem que veio do espaço, no qual conta-se a estória de um marciano que vem ao mundo numa missão pacifista. Também a famosa emissão radiofônica realizada por Orson Wells, sobre os marcianos que invadem os Estados Unidos.

E bom frisar ainda que os membros do grupo faziam parte de diversos clubes de ufologia, assinavam várias revistas sobre teosofia, New Thought, hinduísmo, ... O Dr. Armstrong mantinha, na igreja protestante que freqüentava, um clube denominado The Seekers, no qual eram discutidos temas religiosos, metafísicos, ...

Marian, Dr. Armstrong, os demais membros, não "inventam" um novo sistema de crenças, antes constroem, recuperando tradições socialmente já consistentes, um "novo" sistema. Da mesma forma que a ciência se faz através da incorporação e confluência de diferentes "coletividades de pensamento" - segundo a análise de Fleck³ -, também o sistema em questão se monta na interrelação de diferentes coletividades de pensamento, inclusive da ciência. O sistema de crenças elaborado pelo grupo não aparece já totalmente construído, vai sendo remendado, costurado, conforme os "estudos" vão sendo realizados, conforme o grupo se constitui enquanto tal, conforme uma linguagem comum é modelada.

A Auto-Referencialidade da linguagem

As relações entre um modelo científico e um "modelo" mítico são muito estreitas. Embora pudéssemos traçar vários paralelos, não é nossa intenção discuti-los explicitamente. Iremos nos contentar em apontar algumas semelhanças. 1. Ambos são resistentes aos dados - não importa que no dia tal não pousou nenhum disco-voador - a teoria, ou o sistema de crença, se rearranja para comportar o contra-exemplo - foi Sananda quem apareceu -, ou simplesmente rejeita o dado como não-pertinente. 2. Tanto na ciência quanto no mito, tenta-se alastrar as crenças da comunidade através do proselitismo, já que quanto mais adeptos, mais "verdadei-

ro" será o sistema adotado. 3. Nem a ciência nem o mito são autônomos, constroem-se na e pela imbricação de "conhecimentos" advindos de outros campos. 4. Tanto a ciência quanto o mito dependem da criação de uma linguagem particular.

Dessas semelhanças interessa a última. Embora os autores não realizem uma análise da questão lingüística, mesmo porque não é esse o objetivo do livro, os dados fornecidos pelos inúmeros bilhetes enviados por Sananda, assim como o acompanhamento "diacrônico" da formação do grupo, permitem esboçar alguns aspectos dessa linguagem particular. O primeiro ponto a ser destacado é a presença da metáfora: o sistema de crença de Marian e seu grupo se sustenta sobre uma metáfora de base, da mesma forma que os modelos científicos. Trata-se, no caso, de compreender, vivenciar o místico pelo filtro, para voltar à teoria de Black, que discutimos no primeiro capítulo, de uma certa ciência; a ciência pasteurizada divulgada pelos meios de comunicação de massa.

Na construção do sistema de crenças, Marian e seus adeptos utilizam dois "processos" lingüísticos. Redimensionam os significados de palavras já existentes e inventam novos termos. Em qualquer dos casos a interpretação só acontece se entramos no sistema-de-referência formulado pelo grupo. *Sananda*, aparentemente um nome próprio, adquire "significado" apenas no momento em que forma com os outros termos um sistema razoavelmente consistente. Os primeiros bilhetes recebidos por Marian eram de seu pai morto. A associação *Sananda-Jesus Cristo* surge posteriormente com a intervenção do Dr. Armstrong e sua mulher. Entender "*Sananda*" demanda levar em consideração a possibilidade de um humano "in-

corporar" um ente espiritual, a existência de ciclos e toda a história da origem da Terra. Jesus Cristo já não é a entidade cristã. Nenhum católico ortodoxo entenderia Jesus Cristo como um ente espiritual capaz de encarnar em um ser humano e ditar mensagens. Nesse sentido, cada termo ganha especificidade dentro do sistema, que constitui e por que é constituído.

Termos como "tola", "sice", "Losola", são criados no e pelo grupo, e há outros exemplos de "neologismos". A preocupação em entender o significado de cada termo provocava debates inflamados entre os seus membros que se empenhavam na "decifração" das mensagens. Vejam-se os termos "carceious" e "alcetopes" do fragmento citado. Uma vez "descobertos" os seus significados, eles ganham estabilidade. Claro que as pessoas estavam imbuídas na tarefa de "tradução", acreditando que os bilhetes eram verdadeiros e enviados por "forças superiores". Não têm consciência de que são sujeitos desse ato. Palavras como "guardiães", "éter", "barreira do som", "ondas de éter"... têm significado particular, muito diferente do seu "uso" científico.

Porque a definição dos termos, ainda que fluida e inexata, acontece no interior do sistema, eles passam a ser a "referência" desse sistema. Os conceitos de "sífilis", de "movimento", só podem ser devidamente entendidos levando-se em conta que eles são constituintes de sistemas de referências particulares e, enquanto tal, suas definições só são possíveis sobre esse pano de fundo. Não importa que a mesma palavra seja utilizada em dois ou mais sistemas - por exemplo, "movimento" em Aristóteles e em Newton -, seu matiz é diferente em cada caso. A essa circularidade em que

as palavras remetem umas às outras constituindo uma teia denominamos "auto-referencialidade"⁴.

Sobre a questão do peso das palavras nos diferentes paradigmas em que são empregadas, veja-se o termo "éter", constituinte do sistema aristotélico, da ciência química e do sistema de crença em questão. Poder-se-ia argumentar que ao menos um denominador comum perpassa esses usos. Por exemplo: o fato de ser um elemento. O problema é que "elemento" em cada sistema terá um peso, portanto nem ele nem qualquer outro termo, poderá servir de traço comum.

As reflexões aqui apresentadas filiam-se ao pensamento epistemológico proposto por Feyerabend⁵. Desenvolvendo o conceito de "incomensurabilidade" de paradigmas, e portanto de linguagens, o autor demonstra que o significado de um termo só pode ser apreendido em sua relação com os outros termos que constituem uma visão de mundo. Feyerabend, ao tratar a passagem do mundo aristotélico para o mundo galileano, relembra a famosa experiência da torre. Um mesmo "fato", a pedra cair sempre ao pé da torre, é "vivenciado" diferentemente, tem conteúdos experienciais incompatíveis: ou ele prova a imobilidade da Terra, como em Aristóteles; ou, exatamente o seu oposto, a mobilidade. A incoerência entre as conclusões está ligada à relação circular entre teoria, linguagem e mundo (percepção). De tal forma que o fato em si já não é o mesmo. Não haveria, dessa forma, o fato nu.

Enfatizar a auto-referencialidade da linguagem, a circularidade dos conceitos que se sustentam formando "clusters", remete ao problema da tradução. Se cada paradigma, ou cada sistema de

crenças, é autônomo semanticamente, formula um mundo e referências únicas, então como é possível passar um conceito de um paradigma para outro? O problema fica mais curioso se lembramos que na elaboração da linguagem presente na seita de Marian foram utilizados conceitos advindos de diferentes sistemas de referência.

A questão é delicada porque estamos vinculando referência, linguagem e um "sistema de pensamento". Retomando mais uma vez em teoria do conhecimento, o que se coloca é o debate entre Putman e Malcolm⁶. Resumidamente: John Dalton (1766-1844), considerado o fundador da teoria atômica na química, desenvolveu um conceito de "ácido" hoje ultrapassado. Se o significado dos termos não é o mesmo, o objeto "ácido" hoje é ou não o mesmo? Ou mais diretamente, qual a relação entre teoria, enquanto um constructo lingüístico, e fato? Para Putman, a linguagem, embora tenha papel essencial para a teorização, não delimita mundos diferentes. Entre Dalton e os químicos atuais houve uma evolução do conceito, mas ele se refere sempre ao mesmo ácido. Daí a possibilidade de traduzir uma teoria em outra, de se comparar duas teorias e determinar qual é a mais eficiente. Essa forma de pensar aparece nos autores do Círculo de Viena, em especial em Rudolf Carnap. Malcolm situa-se do outro lado: o ácido atual não é o mesmo que o de Dalton. Nesse sentido, não haveria possibilidade de se traduzir de uma teoria para outra, porque o que se vê - o fato - é determinado pelo conhecimento; destrói-se a crença na "percepção direta" e a possibilidade de fundamentar as proposições de uma ciência em "protocolos observacionais".

(água) (menina) (ela ela bebeu)

traduzido por "A água foi bebida pela menina" se enquadraria dentro das restrições propostas por Halle. O agente da passiva, "a menina", e "água", sujeito da passiva, preencheriam a restrição de hierarquia: "a menina", animado e humano, ocupa posição superior à "água", inanimado e não-humano. Por que, então, esse enunciado provoca, como recusa, uma crise de riso por parte dos falantes nativos? (*"It is not only unacceptable, it is humorously absurd"* pg.10)

A resposta de Witherspoon respalda-se numa concepção de cultura como construção humana de uma "realidade". E, nesse sentido, não dá para ver a cultura como independente da linguagem, nem vice e versa. *"In this essay, I deal with the connection between Navajo world view and Navajo syntax. It is not my purpose to argue a one-way causal relation between world view and syntax, but simply to establish the linkage and to demonstrate how an understanding of each illuminates our understanding of the other"*(pg.1).

O problema é que a sentença acima não é uma passiva como nós, ocidentais, entendemos. Vê-la como passiva é desprezar o facto de que há dois sistemas de referência distintos. Se quisermos manter a visão de mundo Navaho, a sentença acima deveria ser traduzida por "a água decidiu deixar a menina bebê-la". Ora, esse enunciado inverte o pressuposto metafísico da cultura Navaho de que só pode executar ações aquele que detém a linguagem. Por isso, as crianças que ainda não dominam a linguagem não podem agir.

Linguagem e ação, em Navaho, estão em estreitíssima ligação (uma metáfora de novo!).

A questão é a seguinte: haveria possibilidade de um lingüista americano formular uma "gramática" do Navaho? Acredito que sim, desde que ele se propusesse a analisar a língua Navaho dentro da cultura Navaho. Isto quer dizer que pode ser o caso de não existir, nessa língua, passivas, do modo como os sintatixistas entendem passiva.

O Modelo das "Comunidades Interpretativas"

No exemplo analisado por Fish⁸, o jogador de Baseball Pat Kelly, após uma partida esplendorosa, nega ter sido o sujeito que realizou as fantásticas "home runs" para o seu time. Pat Kelly era um instrumento através do qual Deus mostrava sua força. A história de Pat Kelly tem muito a ver com a de Marian e seu grupo e também com problema das passivas em Navaho. O autor interpreta esse caso na tentativa de explicitar uma definição de literal, de entender como se constrõem os sentidos, e como se dá a interpretação de textos. A mesma problemática que busco enfrentar. As soluções apontadas pelo autor aparentemente caminham na mesma direção adotada neste trabalho. Não há um sentido único que possa ser descoberto na linguagem; há vários literais - Pat Kelly e Marian Keech exemplificam a coexistência de mundos estranhos ao do "cientista" por exemplo. O literal é convencional. A linguagem é

polissêmica. Não há fatos objetivos, independentes do "olhar".
"But what anyone sees is not independent of his verbal and mental categories but is in fact a product of them" (p. 271)

Suas conclusões, no entanto, baseiam-se em premissas que, do meu ponto de vista, não se verificam. O que já basta para dizer que nossas conclusões não são iguais. Em primeiro lugar, não tenho tanta certeza de que aquilo que vemos é o "produto" de nossas categorias verbais e mentais. Acredito em uma certa independência da "percepção"⁹. Seguindo seu raciocínio, a idéia de restrições lingüísticas ou formais na construção do sentido deveria ser abandonada. Não há na forma nada que sustente o significado. Há apenas restrições "circunstanciais". *" (...) what I have been saying again and again is that there are such constrains; they do not, however, inhere in language but in situations, and because they inhere in situation, the constrains we are always under are not always the same ones"* (p. 292).

Apenas para exemplificar sua tese, apresento um exemplo dado por Fish. Searle argumenta que enunciados como "Eu tenho que comer pipoca" ou "Eu tenho que amarrar meus sapatos" não poderiam funcionar como recusas ao convite "Vamos ao cinema hoje à noite"; enquanto que "Eu tenho que estudar" passaria facilmente por uma rejeição ao convite. Fish contra-argumenta mostrando que o enunciado "Eu tenho que comer pipoca" poderia funcionar como uma recusa, desde que se criasse uma situação apropriada. Se, segundo Fish, o "eu" do enunciado fosse um provador de pipocas e essa "informação" fosse compartilhada pelos interlocutores, fazendo parte de um background comum, o enunciado seria plausível. A par-

te o estranho de existir alguém que seja provador de pipoca, Fish fica, devendo a "contextualização" do outro enunciado "Eu tenho que amarrar meus sapatos". Parece-me certo que se alguém respondesse ao convite em questão afirmando a necessidade de amarrar os sapatos, seu interlocutor interpretaria como uma negação, por causa do "absurdo" do enunciado. Absurdo suscitado pelo enunciado.

Assumo as colocações de Wittgenstein. Não há um sentido que atravessasse todos os usos de uma palavra, mas há pistas inscritas na linguagem que balizam nossas interpretações. A auto-referencialidade da linguagem faz com que haja a presença de uma "lógica" fluida. E mais, a linguagem auxilia na construção da própria situação enunciativa. Sem um suporte lingüístico mínimo veiculado pela forma, haveria que se formular, a cada enunciação, as regras de uso. Quebrar regras de uso já estabilizadas é tarefa fácil. Construí-las tem sido a atividade de muitas gerações empenhadas em se constituir enquanto grupo.

A análise de que não há um sentido unívoco inerente à linguagem, propriedade de uma linguagem acontextual e de um mundo fixo, é correta. Mas daí não se tira a inespecificidade da linguagem. O fato de não existir "unidades de sentido" - átomos de significação, como bem lembra o autor -, não acarreta que o sentido seja construído sem a ajuda da linguagem. Se assim fosse, o contexto, a circunstância, seriam os únicos balizadores, como realmente afirma Fish. O problema é que aí não haveria nada que possibilitasse a "conversa" entre pessoas de comunidades interpretativas diferentes. A não ser que elas comessem, do zero, a

formar uma comunidade interpretativa naquele instante. Se é verdade, que a linguagem é tão indeterminada a ponto de permitir a imbricação de diversos literais, ela constitui também um substrato "neutro" que permite circularmos por diferentes comunidades interpretativas. Parece-me que sabemos jogar o jogo dos literais.

Entre a determinação do sentido residir exclusivamente na linguagem e estar totalmente nas mãos de comunidades interpretativas, há uma brecha intermediária mesmo radical, que postula um suporte lingüístico. Como diz Granger¹⁰: "Ora uma língua é um sistema de formas; por mais próximo que se queira reconhecê-las da experiência vivida, estas formas estão organizadas e o menos "estruturalista" dos lingüistas não pode deixar de admitir que constituem, pelos menos, esboços de estruturas abstratas que remetem, pois, a um trabalho de construção e retificação de um vivido" (p.134). Há marcas na forma que denunciam o trabalho de muitas gerações no esforço conjunto de se constituírem enquanto grupo. Há um patrimônio coletivo.

O Conceito de Sistema de Referência

A co-existência de diversas "realidades" numa mesma sociedade - a seita de Marian, o jogador Pat Kelly, os direitistas,...-, ou de diferentes "mundos" caracterizando culturas - os Hopi, os Navaho, os Azande,...-, problematiza o conceito tradicional de literal. Não há um substrato comum. No entanto, existe uma forma

de organização que se repete nos diversos exemplos analisados. Para capturá-la, há necessidade de um conceito que abarque estruturas de realidades tão distantes quanto um paradigma científico e uma cultura.

Não poderíamos adotar a noção de "modelo teórico", dada por Black, para tentar descrever as semelhanças entre suas afirmações e aquelas que aparecem em Fleck, Kuhn, Festinger, Witherspoon, porque o termo modelo teórico, ou modelo, já está muito comprometido com a "ciência", é, nesse sentido, uma "referência" de um sistema. O termo "cultura" que às vezes aparece como sinônimo de "sistema-de-referência" é muito mais amplo, mas acredito que seria muito estranho chamar um "modelo teórico" de "cultura". Poderia ser o caso de adotar o conceito de "paradigma". No entanto, "paradigma" em Kuhn tem um sentido técnico-didático, pressupondo a elaboração de "manuais didáticos". E, sem sombra de dúvidas, um conceito importante na análise da ciência, mas que não cabe aqui. Aventamos a hipótese de utilizarmos o conceito de "comunidades interpretativas" tal como o considera Fish. Vimos, entretanto, que muitas de nossas intuições não coincidem com as desse autor.

O que há em comum entre as discussões propostas neste ensaio é o fato de todas discorrerem sobre "sistemas de referência". Um sistema-de-referência mais poroso, menos estabilizado, como aparece na seita de Marian; um sistema mais amplo, mais cristalizado, como aquele formado pela cultura Navaho; ou, um sistema mais rigoroso, mais fechado, como nos modelos teóricos. A noção de sistema-de-referência que gostaria de adotar é, portanto, bastante elástica. Essa elasticidade proporciona a recuperação da seme-

lhança entre essas diversas "acepções", usos. Ao mesmo tempo, garante a especificidade de cada um desses usos. Isto é, mito, modelo científico, arte, cultura,... são sistemas de referência, mas cada um mantém sua própria individualidade. Mesmo porque, as pessoas normalmente - e, eu diria salutarmente - participam de vários desses sistemas. A linguagem caracteriza-se por conter vários "fios", a imbricação de vários sistemas de referência, dos mais concretos aos mais abstratos.

O conceito de sistema-de-referência aparece nas reflexões de Franchi¹¹. No artigo, "Linguagem - Atividade Constitutiva", o autor, buscando uma leitura não-redutora da obra de Humboldt, defende a concepção de que a linguagem não é um dado ou o resultado de uma atividade, mas a própria ação coletiva - trabalho, para ser mais precisa - de "dar forma" as nossas experiências. *"A linguagem, pois, não é um dado ou o resultado; mas o trabalho que 'dá forma' ao conteúdo variável de nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do vivido, que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade e constitui a realidade como um sistema-de-referência em que aquele se torna significativo"* (p.22). Franchi rechaça concepções da linguagem cuja base seja o funcionalismo que a reduz a uma única função "comunicativa". A linguagem torna-se um processo criador através do qual os homens organizam, pensam, vivem a sua experiência.

Intermediário entre as expressões e o referente, o sistema-de-referência, se bem entendendo a proposta de Franchi, é a atividade de "dar sentido", de construir do caos (do real) uma organizaci-

dade, um mundo. Sistemas de referências são os vários modos de operar sobre o real, tornando-o simbólico, em que um grupo de pessoas se envolve no trabalho de se constituírem enquanto grupo. E nessa longa e árdua tarefa que muitas gerações tem se empenhado, edificando lentamente um "patrimônio" que salvaguarda as melhores soluções. Daí a existência de esquemas habituais de interação; esquemas marcados, frutos do trabalho de gerações anteriores. Há, entretanto, brechas de intervenção, de modificação ou criação de novos esquemas. Esses esquemas habituais podem ser chamados de literal e suas brechas de metáforas¹².

O fazer-refazer da linguagem, vivido por várias gerações, legou-lhe uma dose de autonomia; inscreveu-lhe em suas palavras, em seus esquemas, marcas que deixam-nos vislumbrar uma lógica fluida. Daí o caráter de auto-referencialidade da linguagem. E essa auto-referência que permite, a cada nova geração, reconstruir sua linguagem sob o trabalho de outros, possibilitando que se perpetuem as direções mais eficazes já trilhadas no passado.

Como vimos no caso do conceito de "sífilis" ou no da seita de Marian Keech, "fios" pertencentes a diferentes sistemas de referência aglutinam-se em "clusters", em "nós", mais ou menos difusos, mais ou menos lógicos. A linguagem, já dissemos, é múltipla, comporta não apenas diversas instâncias imbricadas, do mais próximo, mais perceptível, ao mais abstrato; faz-se também pela coexistência de vários modos de organização do real. Dominar a linguagem pressupõe saber se situar em diferentes sistemas de referência, nas diversas camadas que a compõem. Um jogo que logo cedo aprendemos a dominar.

NOTAS

1. Festinger, J.; Riecken, H. & Schachter, S. *When Prophecy Fails*, New York, Harper & Row, 1964.
2. Para uma descrição mais pormenorizada da história das bruxas ver Trevor-Roper, H.R. *The European Witch-Craze of the Sixteenth and Seventeenth Centuries and other essays*, New York, Harper Torchbooks, 1967.
3. Ver capítulo III.
4. A noção de auto-referencialidade foi desenvolvida por Debrun, M. em trabalho apresentado no Simpósio Multidisciplinar sobre Autopoiesis, na 40 Reunião Anual da SBPC.
5. Feyerabend, P. *Contra o Método*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
6. Hacking, I. *Why does Language Matters to Philosophy?* Cambridge, CUP, 1981.
7. Whitherspoon, G. "Language in Culture and Culture in Language" in: *International Journal of American Linguistics*, vol. 46, janeiro 1980, n 1. O texto em questão é muito mais rico e mais interessante do que aqui aparece. Cito-o apenas para reforçar algumas das idéias que gostaria de defender.
8. Fish, S. *Is There a Text in this Class? The Authority of Interpretive Communities* Cambridge, Harvard University Press, 1980.
9. Veja capítulo I sobre o trabalho de Berlin, I. & Kay, P..
10. Granger, G.G. *Filosofia do Estilo*, São Paulo, Perspectiva, 1974.
11. Franchi, C. "Linguagem - Atividade Constitutiva" in: *Almanaque*, São Paulo, Brasiliense, 1977, pp 9-27.
13. Ver capítulo seguinte.

A METAFORA DO LITERAL

CAPITULO V

O ESPIRITO DAS LINGUAS

A propósito de músico, ginastas, coreógrafos
digo na minha língua:

PUXA VIDA! VAI SER ARTISTA ASSIM NO
INFERNO!

É português como se fora russo.

Descuidada de que me entendam ou não,

falo as palavras,

para mim também é primeiro,

incompreensíveis.

As artes falam humanês,

também as caras dos homens

escrevem o mesmo código.

O que é PUXA VIDA

VAI SER ARTISTA ASSIM NO INFERNO?

Só expressam as línguas nas clareiras

que o choque de uma palavra abre na outra.

Na Bulgária, certamente traduz-se PUXA VIDA

por: BERIMBAU! FILIGRANAS DE RENDA!

Compreender o que se fala

é esbarrar na sem-caráter

inominável, corisca poesia.

Adélia Prado

A METÁFORA DO LITERAL.

Os capítulos anteriores procuram mostrar que a distinção clássica entre linguagem literal e linguagem metafórica, estabelecida de acordo com o paradigma do Círculo de Viena e dos empiristas lógicos, tornou-se inadequada. A metáfora não pode ser vista como "ilícita", uma violação dos princípios de clareza, precisão e verificabilidade, característicos do discurso científico. Antes é um fenômeno semântico-pragmático que está na base do processo humano de interação com a realidade. Elemento fundamental na atividade construtiva da linguagem e do conhecimento.

Uma reflexão sobre a metáfora, do ponto de vista de uma semântica não-objetivista, desemboca no perigo de descobrir que a linguagem é metafórica sempre - em essência. Nessa perspectiva, a noção de literal seria prescindível. Sem dúvida essa é uma posição radical que não deixa de ser atraente. O problema dessa solução é perdermos a própria possibilidade de entendermos o processo metafórico e isso me parece um erro a ser evitado.

O primeiro objetivo deste ensaio é, através da reflexão sobre o literal - noção esquecida e dada de barato pelas teorias sobre metáfora -, mostrar como se chega a uma grande confusão, um

labirinto de metáforas. Uma situação em que aparentemente não há saídas. Isto quer dizer que, para mim, se aplica ao lingüista o que Wittgenstein diz do filósofo, que é a mosca presa dentro de uma garrafa, acreditando que é ele quem a sustenta. No entanto, há "rotas" que ajudam a compreendermos melhor a própria garrafa na qual nos achamos presos. A rota escolhida vai passar pela revisão dos conceitos de metáfora e literal. Objeto deste capítulo.

Pensando o Literal - da inocência ao caos

A imensa maioria das teorias sobre metáfora incorre no mesmo "erro". Partem do pressuposto de que há um sentido literal claramente perceptível. Essa tradição vincula-se ao fato de que a linguagem é muitas vezes vista como subordinada a uma realidade já existente como *a priori*, sendo sua função remeter "palavras" a "objetos". Isto é, o mundo conteria em si uma organização latente, a linguagem espelharia essa organização. Nesta perspectiva, o literal é a "coberta" do mundo; o metafórico, um efeito estético, digamos o "bordado" da colcha.

Vejamos, sem nos deixarmos enganar pela suposta obviedade do assunto, um pouco desse literal. Tomemos exemplos aleatórios de enunciados que certamente são tidos como literais:

- (1) *Daqui a pouco, vai ser a defesa (de tese) do Carlos.*
- (2) *Falaremos, a seguir, das propostas levantadas por Mark Johnson.*

- (3) Você gastou 2 horas para vir de São Paulo a Campinas!
- (4) A seca castiga, mais uma vez, o nordeste brasileiro.
- (5) Tempo é a sucessão de anos, dias, meses que envolve a noção de passado, presente e futuro.
- (6) Meu carro vive morrendo.

Um leitor desavisado não duvidaria da literalidade dos enunciados de (1) a (5). O enunciado (6) poderia causar algum embaraço, principalmente se o nosso leitor for alguém que se preocupe com linguagem. (6), entretanto, é um enunciado "comum", "banal", e a maior parte dos falantes não veria nele qualquer metáfora. Os exemplos de análise poderiam ser multiplicados, o raciocínio continuaria a ser o mesmo.

Retornando à discussão presente no primeiro capítulo, uma semelhança entre as diferentes concepções de metáfora é o fato de ela proporcionar a união de "entidades" distintas. Aristóteles fala do nome de uma coisa dado a outra; Black entende a metáfora como interação de domínios distintos. Nesse sentido, é sempre definida como a junção de domínios estranhos, incompatíveis.

A questão é a seguinte: "daqui", em (1), não seria, por esse critério, uma metáfora? Ninguém aceitaria como literal o enunciado:

- (7) Aqui, 5 de fevereiro.

em que "aqui" refere-se a "tempo", mas um enunciado como:

- (8) Até aqui ele se comportou muito bem.

nos faz voltar a uma referência temporal digamos "aqui" por "agora". No fundo, uma coisa (um nome, um objeto, um domínio), "tempo", é visto a partir do prisma de outra, "lugar". Uma metáfora!

Essa mesma metáfora aparece no exemplo (2): "a seguir" é uma noção espacial transposta para o domínio do tempo. E, por mais incrível que possa parecer, também no exemplo (6) temos o mesmo procedimento: o tempo é visto como uma "reta" orientada para o futuro - uma noção "espacial" -; daí casos como (1), (2), e muitos outros. Veja que o susto vem de podermos dizer que esses enunciados, absolutamente banais e corriqueiros, são metafóricos, embora seja difícil não reconhecermos que neles está presente um processo que é o da metáfora.

Continuemos a observar (1). "Defesa" é um bom candidato ao título de metáfora. Nesse caso, tomamos o ato de arguição como um ato jurídico, quem sabe, pelas semelhanças entre defender uma tese e defender um acusado. O ato jurídico evoca, por sua vez, o ato "bélico". A "argumentação", no entanto, nem sempre é vista como uma guerra. Em:

(9) Seus argumentos não se sustentam.

o pano de fundo da argumentação torna-se uma construção, um edifício: a arquitetura do saber. Por outro lado, a "guerra" é um "cenário" muito presente no nosso cotidiano:

(10) Combater a poluição

(11) Destruir as células cancerígenas

(12) A vida é luta

(13) Vou defender uns trocos (uns trocados)

(14) Defenda-se da AIDS, use camisinhas.

Em (2), o problema continua o mesmo. "Levantadas", "levantar hipóteses" é metafórico? Tomando o critério acima exposto, teremos que admitir em (2) ou uma metáfora ou um extensão do signifi-

cado "primitivo" de levantar. "Levantar" inicialmente se refere a erguer através da força física um objeto (concreto); por metáfora ou extensão entendemos "levantar hipóteses" (abstrato). E, o que fazer com:

(15) Não levantou um dedo para ajudar o pai.

(16) Preciso levantar a bibliografia do curso.

(17) O avião levantou vôo.

(18) Eles estão levantando um edifício aqui.

São todos metafóricos ou literais? Sem contar a dificuldade em determinar o "significado primitivo".

Em (3) encontra-se o mecanismo de conjugar domínios distintos. Ninguém, com certeza, "gasta" o tempo, a não ser que compreenda tempo como dinheiro; em raciocínio igual ao presente em (19).

(19) Por esse caminho, você economiza tempo.

(4) é exemplo clássico de "personificação", a algo que não é do domínio do "humano" atribui-se predicados "humanos".

Em (6), "meu carro vive morrendo", a situação é bem mais complexa, há um deslocamento do verbo "viver", que passa a funcionar como um advérbio que indica frequência. Percebe-se que não é possível interpretar "viver" como "ter vida", mas como próximo a construções do tipo:

(20) Carlos vive cantando.

(21) Maria vive na lua.

Há, então, a transposição do domínio do animado para o inanimado: o verbo "morrer" é deslocado do animado para o inanimado, com um valor distinto de:

(22) José morreu.

(23) Estou morrendo de frio.

e, de certa forma, com um valor razoavelmente restrito ao domínio do automóvel: o carro desligou sozinho, sem que o motorista assim o desejasse.

Sem ainda complicar as coisas, queria apenas mostrar que enunciados a primeira vista "literais" podem facilmente ser interpretados como "metafóricos", adotando-se quaisquer dos critérios expostos no primeiro capítulo.

A Cultura, um nó a mais

Imagine-se uma situação em que fosse possível traduzir o termo "movimento" do paradigma aristotélico para o português.

Estamos diante de um exercício de "ficção" que talvez ajude a preceber o problema do "literal". O termo movimento em Aristóteles recobria fenômenos como: 1) toda mudança qualitativa, a semente que se torna árvore; 2) toda mudança quantitativa, o aumento de volume de um corpo; 3) todo deslocamento, a queda de uma pedra; 4) toda geração ou corrupção de corpos. Embora não haja a presença de conteúdos incompatíveis, esses fenômenos, vistos hoje como "movimento", só podem ser descritos como metáforas, à exceção de 3). Montemos alguns exemplos:

(24) Vai da semente a (para) árvore.

(25) Vai do cheio ao (para o) vazio.

(26) Vai da esquerda à (para) direita.

(27) Vai da vida à (para) morte.

(26) associa-se muito facilmente à idéia de movimento e é, para nós, mais "literal", enquanto que (24), (25) e (27) são mais ou menos metafóricos, dependendo do sistema-de-referência. (27) pode ser visto como "literal" porque a noção de tempo mais difundida é "uma reta direcionada". Daí a idéia de movimento. Parece-me que a noção de movimento para as definições (1) e (2) é hoje recuperada por: crescer. A árvore cresceu, A população cresceu economicamente, O bolo cresceu,... Ficando o termo movimento restrito aos dois outros casos.

Kuhn, como físico formado dentro do sistema-de-referência newtoniano, não conseguia entender o "literal" grego. Para isso, ele precisou mudar de filtro, descobrindo a existência de dois "literais". A física newtoniana não pode dar conta de explicar o movimento da geração à corrupção, porque, nesse paradigma, esse "fato" não é "movimento".

Tomo outro exemplo. Whorf¹, analisando a cultura Hopi, mostra que para entendermos os enunciados Hopi, temos que alterar nossa noção ocidental de tempo e de espaço. Segundo ele, os Hopi não vêem o tempo como uma reta direcionada para o futuro, mas como uma circularidade. Se entendo bem, todos os seres, todas as coisas (o universo, enfim) já contêm em si seu "futuro" traçado, pré-determinado, daí o futuro não existir: uma semente já é árvore, ela nem irá se movimentar como em Aristóteles, nem crescer, como nós dizemos. De novo, nos deparamos com o mesmo problema: é possível entendermos os enunciados:

(28) O futuro é o passado

(29) A semente já é em si árvore.

(30) O aqui é o lá.

mas esses enunciados têm, para nós e não para os Hopi, um "gosto" de metáfora.

Muitos exemplos poderiam ser elencados. Gostaria de falar de apenas mais um. Sapir² exemplifica o quanto as semelhanças são produtos de uma maneira de apreender o real, construindo realidades. Quando um bororo diz:

(31) Nós (homens) somos macacos

ele não quer certamente dizer que eles são negros, como muitos brasileiros brancos costumam fazer quando usam o termo "macaco" aplicado ao humano; também não há qualquer carga perjorativa. Um bororo se refere a toda uma organização representacional que associa "macacos" a: animais de estimação das mulheres, domésticos, dotados de espírito. Somente levando-se em consideração que são os macacos os únicos animais que possuem alma, que só os homens (sexo masculino) possuem almas, que a descendência é matrilinear e o casamento uxorilocal, ou seja, todo um sistema-de-referência próprio ao modo pelo qual aqueles indivíduos organizam seus objetos é que podemos compreender a fala bororo. De tal modo que uma qualificação que para nós, ocidentais, soa como metáfora, pode ser literal para eles e poderia ter sido concebida como tal por nós.

A questão que fica pendente parece-me impossível de ser respondida. Por que os Hopi construíram uma noção espaço-temporal tão distante da nossa? Há alguns pontos que vale a pena discu-

tir. Primeiro, não vivemos uma noção de tempo. O conceito de tempo como "reta direcionada" é claramente matemático, portanto vinculado a um "sistema-de-referência". Vivenciamos também o tempo enquanto "dinheiro", "mercadoria". Sem contar os inúmeros jogos temporais que estabelecemos: em "um dia após o outro" a idéia de tempo aproxima-se do "círculo". Lidamos com a distinção passado, presente e futuro matizada por um conjunto de "aspectos" (perfeito e imperfeito, progressivo,...) e uma série de "modalizadores". Whorf deixa-se cair na tentação de equacionar noções complexas, como o "tempo", partindo de um uso. Isto quer dizer que talvez haja predominância de uma metáfora sobre o tempo, não exclusividade.

Responder à pergunta acima, significa, no meu modo de entender, tentar desvendar o "elo perdido" da linguagem. Para usar uma sugestão não muito corrente, o "acaso" pode ter interferido, ajudando no estabelecimento de uma "ordem" inicial que, uma vez estabilizada, implicaria já numa direção de organização. Assim, em algum momento, por razões que podem ser absolutamente aleatórias, construíram-se "ordens" distintas, que, uma vez alcançadas, fixaram-se. Esse é sem dúvida um problema bastante complexo.

Do Caos a uma ordem - uma hipótese pragmática

Se as fronteiras entre literal e metafórico não são tão claras quanto alguns desejariam, a conclusão é que a classifica-

ção de um enunciado como literal ou metafórico não pode se basear em fatos lingüísticos, pois refere-se ao modo segundo o qual os homens, em determinada cultura, ordenam a massa de fenômenos que os rodeiam. Dizer que não podemos definir literal ou metafórico sem atentarmos para fenômenos extralingüísticos não resolve a questão, antes dificulta a tarefa, no meu entender imprescindível, de distingui-los. Essa distinção deve ser procurada no nível da pragmática, porque diz respeito a como os falantes apreendem, usam e definem as palavras de suas línguas. É no uso que a distinção se faz.

O "literal" não precisa ser definido segundo os moldes da "semântica objetivista", defendida pelo Círculo de Viena. A grosso modo, esse paradigma compreende o significado como uma relação de correspondência entre a representação e a realidade objetiva. Essa "representação" não é subjetiva, mas "compartilhada" e comunicável, é portanto objetiva. O significado literal de uma sentença: (1) independe do contexto de enunciação; (2) é dado pelos significados literais de seus componentes; (3) os significados literais dos termos, os conceitos básicos, mapeiam objetos definidos, discretos e fixos; e, por último, (4) dar o significado de um enunciado qualquer é dar as condições em que ele é verdadeiro.

Dascal³ chama atenção para a necessidade de se redefinir essa noção tradicional de literal, sem que se caia no que denominou "contextualismo radical". Isto é, "a tese de que as expressões lingüísticas carecem de significado literal estabelecido por regras lingüísticas, adquirindo seus significados exclusivamente em função do contexto em que são empregados" (p.34). Veja-se como

exemplo de tal corrente a proposta de Fish descrita no capítulo anterior. Para Dascal, deve-se alterar a noção de significado literal, sem excluí-la. Trata-se de um "literalismo moderado", cuja base é a noção de "convencionalismo". É nessa corrente que gostaria de trabalhar.

No capítulo anterior, procurou-se delimitar o conceito de sistema-de-referência. A noção de literal é função de um determinado sistema-de-referência. No paradigma "objetivista", o conceito de literal era um predicado de um lugar: "p é literal". A proposta aqui defendida entende o literal como um predicado de dois lugares: "p é literal no sistema-de-referência q". Não basta, no entanto, essa primeira diferença. É preciso acrescentar que os literais são os usos mais cristalizados, mais sedimentados, mais convencionais em um dado sistema-de-referência.

Desfaz-se a crença de que o significado literal mapeia um objeto fixo e determinado. O processo de "referencialização" depende do sistema-de-referência adotado. Nele estão as convenções sociais, que se constituíram e se constituem pelo trabalho de muitos indivíduos. Por isso um termo isolado tende para o pólo do "literal", do "convencional". Dizer que o significado é dado pelas condições de verdade, isto é, cotejando-se enunciado e mundo verifica-se que o primeiro corresponde ao segundo, implica em assumir uma posição que rechaçamos. Nessa tradição, um enunciado como :

(32) O José é um palhaço

só seria verdadeiro se José fosse, de fato, por profissão, um palhaço. Diria, nos passos de Wittgenstein⁴, que a linguagem possi-

bilita a formulação de "hipóteses" sobre o real e o significado de um termo é uma "rede de usos".

Na perspectiva aqui assumida, os enunciados de (1) a (26), embora neles esteja presente o processo da metáfora, são literais no nosso sistema-de-referência, porque registram o modo "normal" de referencializarmos nosso cotidiano. O que não exclui a possibilidade de que nossas concepções sejam superadas. Nada garante, por exemplo, que continuemos a utilizar o conceito de tempo descrito em (5). Até a Idade Média a noção dominante de tempo era vê-lo como um círculo. E a física contemporânea, pós Eistein, trabalha sob o conceito de tempo como espiral.

Sem contar a coexistência de variações "sociais". O enunciado (1), "Daqui a pouco vai ser a defesa do Carlos", faz muito (e quanto!) sentido para quem participa da comunidade acadêmica. Até que ponto um morador da Favela da Rocinha entenderia o enunciado acima? Do mesmo modo, um enunciado como:

(33) tô numas de dar um rolê
faz muito sentido para a "moçada". Um sentido diferente daquele partilhado pelos motoristas de táxis.

Literal e Metafórico estabelecem uma relação de contradição, porque os termos são antagônicos apenas dentro da própria relação que eles mantêm entre si, isto é, são criados e transformados na e pela relação. A negação entre os termos que compõem a contradição é interna aos próprios termos, de tal forma que ela expressa uma realidade fendida em si mesma. Visões mais tradicionais pecam por esse deslize: veem o metafórico como oposto e independente do literal, que é imutável.

Ser literal ou ser metafórico é ainda uma questão de graus, dentro de um sistema-de-referência. Um enunciado como:

(34) Uma porta.

dito em uma "situação" de definição ostensiva tende para o pólo do literal. A combinação do enunciado, enquanto suporte lingüístico, com a situação de definição ostensiva marcam a literalidade. Esse mesmo enunciado dito, provavelmente com uma marca entoacional diferenciada, numa situação em que o falante deseja qualificar uma pessoa, situa-se também mais próximo ao pólo literal, devido à seu grau de convencionalidade.

Por esse raciocínio, e fugindo a maior parte das análises lingüísticas, os "idiomatismos" estariam mais próximos do pólo literal; se seu significado está cristalizado, sua interpretação praticamente independe da situação enunciativa. Assim um enunciado como:

(35) A vaca foi pro brejo.

refere-se quase unanimemente a uma situação que "degringolou". O fato de, em hipótese, poder existir uma situação em que a vaca realmente foi para o brejo e não para o curral não invalida o argumento. Trata-se de caso semelhante à homonímia presente no exemplo do "açúcar" descrito no capítulo III.

Alguém poderia ainda argumentar dizendo que os "idiomatismos" devem ser tratados como "metáforas", ou "linguagem figurada", porque seu significado é derivado. Teria havido um tempo em que a vaca ir para o brejo significava uma situação horrorosa, porque ela morreria. Daí teria surgido o significado secundário, hoje presente na expressão. O problema de admitirmos essa hipóte-

se' é que nos veremos, novamente, imersos em metáforas. Veja-se, por exemplo, o caso de "vírus", de veneno a microorganismo, e daí a programa clandestino em informática. Também o exemplo de "sífilis" analisado por Fleck. Sem contar que estaríamos recuperando "o mito do significado primitivo", de onde teriam derivado os significados modernos. Não há como recuperar a origem da linguagem.

Assim, o enunciado

(36) O governador de São Paulo caiu do cavalo (FSP)

pode ter duas leituras "literais":

(36') O governador de São Paulo perdeu votos com a não realização do debate para governador.

(36'') O governador de São Paulo levou um tombo enquanto estava cavalgando e fraturou a perna.

Há aí o mesmo problema de ambigüidade descrito no capítulo II com relação ao enunciado "Carlos é um cachorro".

Metáforas congeladas, como "Maria é uma flor", estariam mais próximas do pólo literal, enquanto que (37) estaria mais próximo do pólo metafórico, ao menos para os falantes do dialeto paulista. O enunciado (37) foi a resposta dada por uma moradora de uma favela baiana construída sob um terreno de mangue. A repórter perguntou-lhe como ela se sentia em relação às constantes inundações:

(37) Nós aqui é tudo jacaré.

Seu significado, por ser menos convencional, demanda mais da situação enunciativa. Recentemente, em situações muito informais, em um diálogo entre dois frentistas de um posto de gasolina, de-

parei-me com um uso diferente de "jacaré". Próximo ao uso de "mandro". O Prof. Dr. Rodolfo Ilari me alertou sobre um uso de jacaré no folclore de Jundiá dos anos '50: jacaré indicava o sujeito que gostava de pegar mulher na porta de igreja.

Falar de metáfora pressupõe tomar como referencial um sistema-de-referência, em que há um literal, vivido como tal pelos membros de uma comunidade. Perceber que noções como literal e metafórico se escoram sobre um pano de fundo maior - uma organização mais ou menos consistente dos fenômenos da natureza, isto é, um sistema-de-referência - não anula a relevância desses conceitos. Um enunciado como:

(38) O futuro é o passado.

tomado dentro do nosso sistema-de-referência só pode ser visto como "metáfora", no entanto, esse mesmo enunciado pode ser "literal" dentro de outra cultura. Retomando o capítulo anterior, Witchespoon mostra que os lingüistas fizeram uma má interpretação da cultura Navaho, porque não perceberam que os Navahos constroem uma representação de "ação" distinta da nossa. O literal deles é outro. Eram "metáforas", para eles, enunciados que, para nós, soavam como literais.

O literal define-se como o sentido que uma "comunidade", através de sua experiência coletiva de trabalho sobre o real, na sua constituição mesma enquanto comunidade, toma como "normal". É a metáfora que por ser de todos é literal, daí o título desse capítulo metáfora do literal. Chegar a essa conclusão aproxima minha reflexão do trabalho desenvolvido por Arrojo & Rajagopalan⁵. No artigo "A noção de literalidade: metáfora primordial", os au-

tores procuram "desconstruir" a oposição literal-metafórico. Seguindo Nietzsche apontam que todo "literal" foi em princípio "metafórico". O homem não descobriu "essências" ou "verdades", apenas as construiu, produzindo "significados". Esses têm sido os motes dessa Dissertação. No entanto, afirmar que a origem de qualquer linguagem é metafórica não acarreta, no meu entender, que o conceito de literal seja supérfluo, desnecessário ou sem relevância "mental". Ao contrário, acredito, como já disse, que não podemos abrir mão do conceito de "literal", mesmo que seja para dizer que a linguagem é conhecimento.

Um mesmo idioma comporta imbricações de literais. No mundo contemporâneo, a idéia de língua parece-me precária, por isso a palavra preferiada, neste trabalho, é linguagem. No modelo aqui proposto, há "literais" mais ou menos amplos, mais ou menos compartilhados, mais ou menos esotéricos,... Nenhum imutável. Convivemos e vivenciamos uma multiplicidade de literais, emaranhados constituindo malhas, a teia flutuante que chamamos de realidade. Nas palavras de Fleck: "This network in continuous fluctuation is called reality or truth".

Não se trata apenas de dizer que os Hopi, Aristóteles, Newton,... vivem "literais" distintos. Mais radicalmente, significa que nós mesmos vivenciamos em e somos constituídos por vários "literais". Há vários literais porque há várias "hipóteses" sobre o real que vem sendo engendradas pelo trabalho coletivo de muitos indivíduos. Literais, muitas vezes, incompatíveis. Veja-se o caso dos discos voadores de Marian Keech. O sistema de crenças equacionado pelo grupo cristalizou-se em "literal", coexistindo com e

se' formando de outros "literais". A proliferação de literais poderia nos levar ao solipsismo. Assim seria se não houvesse um trabalho coletivo que nos "referencializa".

Poderiam perguntar por que vários literais e não várias metáforas? De fato, não há diferença de mecanismo, nem a nível de produção, nem de interpretação. Por metáfora pretende-se capturar a idéia de que há momentos de mudança, em que, por meio da "colagem" (bricolagem) de "literais" distintos, forma-se um novo "literal".

Se o literal é o sentido que se cristalizou como "realidade", como "verdade", dentro de um sistema-de-referência, a metáfora é a sua violação, é o não-literal. As metáforas nos provocam porque nos obrigam a refletir sobre o mundo que estruturamos. No momento em que elas se tornam "realidades" passam a ser o literal. E porque elas tentam sempre superar a convenção, e vice-versa, é que podemos perceber que esse convencional é também móvel e definido pela própria negação por meio da metáfora.

E também verdade que esse processo de constante transformação social não pode ser visualizado com um abrir e fechar de olhos, embora o processo de superação da norma seja uma presença constante no nosso cotidiano. A desestabilização do literal, uma alteração de filtro amplamente compartilhada pela sociedade, só ocorre lentamente, sua sedimentação depende de uma certa disponibilidade histórica, o que não impede que a metáfora se faça por "acaso", por "acidente".

Nesse sentido a metáfora está associada a um certo elemento de fingimento e de ilusão. Isto é, a metáfora permite que remeta

ao mundo mediante novas "representações". Fingimento no sentido do verbo latino:

Fingere: I. sentido próprio: 1. modelar em barro, depois: modelar em qualquer matéria plástica. Donde, por extensão: 2. moldar (sentido físico e moral), esculpir, reproduzir os traços, representar - II. sentido figurado: 3. Imaginar, inventar, produzir, criar, fingir. 4. formar na mente uma imagem de, imaginar, figurar, crer; 5. inventar, mentir, simular, dar a entender; 6. tramar, cismar.
(in: Dicionário Escolar Latino-Português, org. Ernesto Faria, Rio de Janeiro, 1956, MECC)

Não acredito, como já deve estar mais do que claro, que as relações entre os objetos (as classificações, as analogias, as comparações,...) estejam já latentes no mundo físico, elas são realizações humanas de compreensão do "real", que se constituem como restrição aos delírios dos homens. De forma que as relações partem da vivência concreta, mas a ela não se resumem. As realidades são muito maiores do que o "real". Uma das formas de construirmos "realidades" é através da "metáfora". Entra aqui o lúdico, o jogo, a vontade de fantasiar. A metáfora é um modo de suspendermos a realidade e instaurarmos uma nova ordem; a violação daquilo que se "institucionalizou" como "norma". Se a relação entre a palavra e o objeto perde esse caráter de contravenção, deixa de ser metáfora e passa a literal.

Não se pense com isso, no entanto, que estou defendendo um relativismo ingênuo, no sentido de que podemos alterar, a qualquer instante, o literal. Na verdade, o literal é absoluto dentro de uma certa comunidade. A linguagem, sem dúvida, carrega em si as marcas de um trabalho anterior, não há como nem por que aban-

doná-lo. O literal dentro de um sistema-de-referência é o legado, a tradição, e, enquanto tal, razoavelmente consistente, porque marcado no sistema. As palavras carregam suas rugas, que contam, em parte, sua história.

Uma concepção pragmática de metáfora está, portanto, vinculada a uma série de pressupostos. Em primeiro, deve-se partir do fato de que o indivíduo conhece e domina literais de sua comunidade. A metáfora é o elemento "novo" que brinca com a realidade. Essa mudança não pode ser absoluta, se por absoluto entendemos que parte do nada. Se assim olhássemos a metáfora, estaríamos, de novo, cometendo o deslize de destacá-la de sua relação com o literal. Veja-se que, com isso, restringimos muito a noção de metáfora.

Muitas teorias sobre metáfora creditam a ela uma alteração do significado dos termos que a compõem. Através da metáfora se alcançaria um outro significado. Black, Lakoff e Johnson, Richards dentre outros explicitam essa idéia. O paradoxo da metáfora é exatamente este: enquanto mudança, demanda algo que muda e algo que permanece como referência para a mudança, para o que muda. Mudar pressupõe conservar, carregar resíduos, e ser outro.

Weinrich⁶ defende a idéia de que toda metáfora carrega consigo uma contradição, já que ela diz ser aquilo que é e aquilo que não é ao mesmo tempo. Esse autor caracteriza a metáfora pela presença da "contradição" e por realizar uma ruptura na "direção de expectativa" (vide capítulo II). Uma metáfora como "lábios verdes" afirmaria ao mesmo tempo que os lábios são verdes e não são verdes e sua enunciação provocaria uma "mudança de expectati-

va"; isto é, o leitor/ouvinte, ao se deparar com um enunciado, com um texto constrói uma "direção" para o significado (Meinung), a partir das "pistas" contidas no contexto e no cotexto, na metáfora ocorreria uma ruptura dessa expectativa. O enunciado "círculo quadrado" seria um caso de metáfora. *"La metáfora es una predicción contradictoria"* (p. 392). Na interpretação da metáfora, os significados das palavras empregadas não sofreriam alteração. *"O significado de uma palavra (extensão) é um e o mesmo seja a palavra empregada como metáfora ou não"*.

Embora o autor pareça acertar com relação ao significado, a idéia de contradição prefiro a de fingimento. Ao construir uma metáfora não se está pretendendo veicular uma informação contraditória - "é e não é" -, mas instaurar uma suspensão do "literal", através da construção de um sistema-de-referência distinto. No mundo do poema de Rimbaud, os lábios são verdes e a interpretação do enunciado está vinculada ao contexto em que se insere. Na interpretação da metáfora, o ouvinte/leitor deve "sacar" que a leitura convencional do enunciado não faz sentido. Instaura-se a suspensão do "literal" e busca-se um novo "sistema-de-referência", formulado pelo texto ou pela situação em que a metáfora se insere.

Davidson⁷ defende um ponto de vista curioso com relação à interpretação da metáfora. Segundo esse autor, a metáfora pertence ao domínio do uso. É algo que acontece devido ao emprego imaginativo das palavras e sentenças, e depende inteiramente dos significados ordinários dessas palavras. A metáfora é um uso especial, cuja "paráfrase" é negada não porque haja um conteúdo

cognitivo diferente, mas porque a metáfora chama atenção para um número ilimitado de associações. *"Metaphor makes us see one thing as another by making some literal statement that inspires or prompts the insight"*.

Na perspectiva aqui defendida, assume-se que não há alteração de significado na metáfora por motivos diferentes dos apresentados por Davidson. Pensar que a metáfora altera os significados dos termos é acreditar que cada palavra tenha um significado definido e que o significado do enunciado se constrói pela "soma" dos significados de seus termos. Na verdade, Davidson parte de uma distinção clara entre significado, pertencente ao âmbito da semântica, e uso, do domínio da pragmática. A noção de significado aqui utilizada não é compatível com a desse autor. Por "significado" estamos entendendo um aglomerado - para evitar o termo "conjunto" cuja referência matemática é clara - de usos que mantêm entre si relações de semelhança. Assim, o significado de "vírus", para quem compartilha os sistemas de referência da informática e do cotidiano, engloba usos potenciais distintos. Usos que mantêm semelhanças.

Recentemente apareceu, no campo da informática, o uso do termo "vírus" significando a inserção de um programa clandestino em um software, que interfere no funcionamento de microcomputadores. Não resolve o problema da interpretação da metáfora dizer que há contradição, que o vírus é e não é vírus. Primeiro porque estaríamos, de novo, incorrendo no "erro" de Grice, o primeiro "vírus" não tem o mesmo significado do segundo "vírus". (ver capítulo 1)

Em segundo, porque saber que há contradição não esclarece o significado do enunciado. Só é possível perceber o sentido de "virus" se "pularmos" para outro sistema-de-referência. Essa é a idéia de fingimento, instituição, modelagem de uma "realidade" distinta. Essa passagem se dá por um "salto" imaginativo, em que inicialmente experiencia-se, de forma difusa e não-verbal, uma ordem. Vivenciando-a, experimentando-a, chega-se a compreendê-la. As "ordens" são construídas na prática, no uso, na vida. Essa alteração, no entanto, não é no significado dos termos. É a aprendizagem de um novo "uso".

A mudança provocada pela metáfora pode surtir efeitos variados, dependendo de sua eficiência. Toda metáfora é cognitiva, mas nem todas repercurtem no mesmo grau de clareza, nem todas permitem a mesma acuidade na percepção de uma realidade. A metáfora, possibilidade de entrarmos em outros "mundos", é um processo prazeroso, lúdico, desafiador. Um jogo no qual nos achamos imersos e que gostamos de jogar.

Não acredito, no entanto, que a cristalização de uma metáfora em literal e a conseqüente emergência de um novo modo de inserção no mundo se dê exclusivamente pela eficiência dos fatores acima. Creio que essa estabilização depende de toda a rede social que vai se formando, transformando aquilo que é contrução dos homens em dados de mundo. Vamos nos familiarizando com novos modos de ver, a tal ponto que parecerão naturais, a tal ponto que chegamos a "esquecer" que são constructos. Daí a força ideológica que a metáfora possui, e que Aristóteles, com razão, percebeu e soube identificar.

NOTAS

1. Whorf, B. *Language, Thought and Reality*, Cambridge, MIT Press, 1956.
2. Sapir, D.J. "The Anatomy of Metaphor" in: Sapir, D.J. (ed) *Essays in the Anthropology of Rhetoric*, Philadelphia, Pennsylvania, 1977.
3. Dascal, M. "Una Crítica Reciente a la Noción de Significado Literal", in *Critical*, vol. XVIII, n 53, México, agosto de 1986.
4. Para uma introdução cuidadosa e interessante ao pensamento de Wittgenstein ver : Moreno, A.R., *Wittgenstein, Ensaio Introdutório*, Rio de Janeiro, Taurus ed, 1986.
5. Arrojo, R. & Rajagopalan, K. "A Noção de Literalidade: Metáfora Primordial", in: *D.E.L.T.A.*, vol.5, n 1, 1989, pp. 37-49.
6. Weinrich, H. "Moneda y Palabra", "Metaphora Memoriae", "Semántica de la Metáfora Atrevida" e "Semántica General de la Metáfora" in: *Lenguaje en Textos*, Madrid, Editorial Gredos, 1981, pp 350-435.
7. Davidson, D. "What Metaphors Mean" in: Johnson, M. (ed) *Philosophical Perspectives on Metaphor*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1981.

O RECORTE DO REAL

CAPITULO VI

Language is not the dress but
the incarnation of thought

William Wordsworth

RECORTE DO REAL

Os últimos dez anos assistiram a uma explosão de artigos sobre as mais variadas facetas do fenômeno da metáfora. A metáfora tornou-se fundamental para as reflexões da lingüística, da psicologia, da filosofia da ciência, e de muitos outros campos. Como resultado dessa inflação metafórica, chegou-se a conclusão de que a metáfora é fator constitutivo de todas as formas de construção de realidades. O processo de "representação" por excelência. Esse aliás é o ponto de vista aqui defendido. O problema, no meu modo de entender, reside no fato de que a ubiquidade da metáfora se deve, em parte, a uma confusão terminológica. Dizer que a linguagem é essencialmente literalidade ou cair no pólo apostro da metaforicidade esclarece muito pouco sobre os processos de construção de uma linguagem.

No capítulo anterior, defendeu-se a necessidade da distinção literal e metafórico adotando-se parâmetros pragmáticos. Ser literal ou ser metafórico depende de como os sujeitos, ao se constituírem enquanto grupo, delimitam também através da linguagem uma realidade. Nessa perspectiva, o literal é a metáfora que se cristalizou em verdade, em "realidade". Não se trata de uma convenção no sentido "fraco" do termo, mas, ao contrário, o literal adquire relevância mental. A metáfora, na sua acepção pragmática,

restringe-se àqueles momentos criativos, em que há uma ruptura da ordem ditada pela literalidade. Momentos em que se entrevê uma ordem original. Segundo essa definição são raras as metáforas que surtem efeito amplo e se espalham por vários sistemas de referência. Ainda que elas possam surgir em muitas ocasiões.

Há, entretanto, outro uso de metáfora. Trata-se do uso que aparece em enunciados como: "o literal é a metáfora de todos", "a origem da linguagem é metafórica",... E a metáfora como operação mental, origem, de fato, da linguagem e do saber. Este capítulo pretende discutir esse aspecto semântico, buscando responder que tipo de "operação mental" nós realizamos com a metáfora e de que forma ela está na origem da linguagem. Desse prisma, o fenômeno da metáfora se aproxima do problema da conceptualização.

A bem da verdade, as reflexões a serem desenvolvidas neste capítulo são ainda muito exploratórias. Haveria necessidade de aprofundar minhas leituras na área de aquisição de linguagem. Espero, no entanto, que as especulações aqui propostas possam encontrar algum tipo de confirmação empírica.

Uma hipótese de aquisição

Vamos imaginar a seguinte situação. Como uma criança, em fase de aquisição de linguagem, digamos por volta dos 2 anos, aprende um conceito genérico do tipo "cachorrro", "mesa", "pai", ... Já é conhecido, na literatura sobre aquisição, o fato de a

criança passar por uma fase em que as palavras são extremamente elásticas, no sentido de que abarcam diferentes situações¹. Por exemplo, a palavra "mãe", pronunciada das mais diferentes maneiras, refere-se a todas as mulheres com que a criança tem contato; muitas vezes, não apenas às mulheres, mas aos mais diferentes "objetos". Outro dia presenciei, com minha sobrinha de 1 ano e 3 meses, esse tipo de problema. O segmento sonoro /papá/ servia para uma grande quantidade de situações, para o próprio papai, para a carteira do papai, também para o meu sapato. O Felipe, um garotinho de um ano, bastante precoce, deixava sua mãe sem graça ao chamar insistentemente sua cachorra de "mamã". A princípio, parece-me que a criança, nesse momento, brinca de achar uma coerência nos usos das palavras. Percebe que as palavras são vagas, no sentido de que um segmento sonoro, nunca absolutamente idêntico, é utilizado nas mais diferentes situações.

No meu modo de entender, é brincando e interagindo com o adulto, com o mundo e consigo mesma, que a criança vai delimitando a "regionalidade" de um termo. Não acredito que haja uma característica essencial que perpassasse todas as situações em que determinado termo é utilizado. Antes, parece-me, realmente, que aprendemos a lidar com o impreciso, o vago, descobrindo uma "lógica" de uso não absolutamente racional, não inteiramente lingüística. Penso, aqui, é evidente, nas colocações de Wittgenstein. Eleonora Albano², formulando o conceito de "toque de ouvido" como a base da aquisição, lembra, com muita sabedoria, o poder da brincadeira, do jogo, do lúdico, como "forma de lidar com o casual, o imprevisível, dando margem a novas estruturas".

Essa é a idéia básica: o jogo, a curiosidade como força motriz da construção da língua enquanto sistema simbólico. E se, por um lado, não há nos objetos marcas tão precisas que os tornem uma "categoria" por si, um "conceito" - não há uma lógica no mundo a ser encontrada pela criança - , por outro, há uma lógica - fluida, é verdade - na língua, que se insinua através da auto-referencialidade do sistema.

Imagine-se agora uma situação de "definição ostensiva". Suponha-se, por exemplo, uma interlocução entre um falante "brasileiro" e um estrangeiro que não entende nada de português. O brasileiro aponta o dedo em direção a um objeto e diz:

(1) mesa.

Muito já se discutiu sobre essa questão, mas, atualmente, parece não haver dúvidas de que nosso estrangeiro não precisa necessariamente identificar o segmento sonoro /'meza/ com o objeto "mesa". Ele pode, por exemplo, pensar que estamos apontando para uma cor, ou mostrando nosso dedo, ou indicando qualquer outra particularidade da situação. Pode mesmo identificar o "objeto", mas delimitá-lo diferentemente. Até que ele subsuma dois domínios distintos numa unidade, qualquer hipótese razoavelmente plausível pode ser levantada. E aí reside o ponto: no momento em que o estrangeiro reúne dois domínios distintos em uma unidade que ultrapassa suas partes, ele acabou de realizar uma metáfora! Lembremos que metáfora vem sendo definida como a sobreposição de um domínio a outro, formulando uma ordem não existente nas partes tomadas isoladamente. Nesse perspectiva, a criação de um conceito seria sempre metafórica.

Nesse caso a situação é menos problemática do que para a criança, porque um adulto, embora sem dominar uma determinada língua, já empreendeu a batalha da aquisição de sua língua materna, já construiu um "edifício abstrato", na feliz expressão de Albano. Seu ponto de partida é diferente daquele da criança que está se esforçando para construir esse arcabouço, a linguagem. No fundo, a questão que se coloca é que as palavras são usadas nas mais diferentes situações. Nada nos impede, por exemplo, de chamarmos uma toalha estendida no chão de um piquenique de "mesa". De fato, o que nós aprendemos é um **conceito abstrato**. E todas as palavras da língua funcionam dessa maneira.

Qual o processo presente na aquisição desses "conceitos abstratos"? Há, no fundo, uma discussão epistemológica: houve um ganho de conhecimento que não estava presente antes da junção das partes. Como era previsível, aliás, desde o início desse ensaio, já que a metáfora vem sendo apresentada como uma operação mental que permite a aquisição de conhecimento.

O problema que aqui se coloca pode ser apresentado especulando sobre como se generaliza e se chega a um conceito. Como se alcança, por exemplo, o conceito de "vermelhidão"? Há duas respostas já clássicas: a racionalista e a empirista, em seus diferentes matizes. Os empiristas postulam que todo conhecimento, inclusive o lingüístico, é adquirido vivendo-se experiências de contato com o mundo. Haveria uma "lógica" no mundo, a "vermelhidão", que poderia, via empiria, mobiliar a mente humana. O homem seria a famosa "tábula rasa". Na solução racionalista, o homem já nasceria com certas pré-disposições. A imagem do homem "de mármo-

re". Piaget³ delimita bem a questão: "Se nos limitarmos às posições clássicas do problema, nada poderemos fazer, senão indagar se toda informação cognitiva emana dos objetos, informando de fora o sujeito, conforme o supunha o empirismo tradicional, ou se, pelo contrário, o sujeito está desde o início munido de estruturas endógenas que imporá aos objetos, segundo as diversas variedades de apriorismo ou de inatismo." (p.7)

Não basta, no entanto, dizer que o processo metafórico é um modo de construirmos abstrações. É preciso descrever esse processo e isso envolve uma opção epistemológica. A linha teórica aqui adotada pressupõe o afastamento da dicotomia empirismo/racionalismo. Nem a experiência é dada de antemão, nem nascemos com estruturas inatas acabadas. Com bem lembra Albano, se houvesse uma linguagem e lógica inatas, então uma vez descobertas certas regularidades na língua não haveria razões para se voltar atrás, não haveria desvios. Não é isso o que se nota quando se investiga a aquisição em crianças. Por outro lado, se apenas a experiência fosse responsável pela linguagem, não haveria possibilidade de inovações, de criações pessoais.

Polanyi⁴ exemplifica uma situação parecida com as que tentamos descrever. Imaginemos que estivéssemos na Trafalgar Square, um guia turístico apontasse para a coluna de Nelson com o dedo indicador e dissesse: "Coluna de Nelson". Teríamos aí uma definição ostensiva muito próxima do nosso exemplo da "mesa" e mesmo das tentativas das crianças aprenderem os usos das palavras. Segundo o autor, esse seria um exemplo do que chama *integração tácita*. Polanyi se afasta da corrente associacionista que toma a

relação entre os objetos e os nomes como uma relação de igualdade, já que ambos teriam o mesmo estatuto. Ao contrário acredita que uma integração tácita é formada pelo foco e subsidiários. Sem nos preocuparmos com a definição desses conceitos, damos um exemplo: considere o ato de ver um par de figuras estereoscópicas. As suas imagens, subsidiários, conjuntas formam um todo, o foco. No caso da "coluna de Nelson", o segmento sonoro /ko'luna de 'nel-sõ/ assim como o dedo indicador, são os subsidiários; o foco é o "sentido" que se forma dessa integração. A idéia subjacente é de que o todo, o "foco", é maior do que as partes, os subsidiários. Uma idéia da Gestalt.

Retomenos o exemplo do estrangeiro: os muitos e diferentes segmentos sonoros ditos frente a objetos e situações também distintas funcionam como subsidiários na instauração de um "foco", o sentido "mesa". Realizou-se aí uma operação mental de abstração, que, uma vez sedimentada, perde seu caráter de novidade e deixa de ser "atrativa", incorporando-se ao próprio indivíduo.

Polanyi estabelece uma hierarquia de "integrações focais". No caso relatado, o autor está descrevendo a aprendizagem de palavras "indicadores", com as quais são designados os objetos. Acima delas, há o símbolo. E por último a metáfora. O processo de "integração focal" está presente nos três níveis. A única diferença diz respeito à relação, ao envolvimento, do "eu". Na metáfora o "eu" estaria emocionalmente envolvido; o sentido se tornaria emocionalmente carregado. A dificuldade é aceitar que ao aprendermos, quando crianças (ou adultos) um conceito qualquer não estejamos sempre emocionalmente envolvidos. O novo sempre nos

arrebata.

Na minha interpretação, Polanyi descreve o processo mental da metáfora, entendida agora não mais como uma oposição ao literal (ver capítulo anterior), mas como um processo de construção de realidades no qual se aglutinam experiências distintas num todo único. Voltemos às crianças. Ao usar as palavras indiscriminadamente estão à procura da forma "convencional", adulta, de amalgamar experiências. /papá/ vai sendo usado para várias experiências, até que a criança forma um todo, isto é, essas várias experiências distintas se aglutinam numa experiência maior. Acredito que no momento mesmo em que se consegue essa consistência temos um "salto qualitativo", momento de grande euforia por parte da criança. Essa consistência, no entanto, não se dá num instante. É preciso muita prática, muita brincadeira e mesmo uma boa dose de memória.

Para que essa "consistência" seja encontrada são precisos muitos erros, muitas idas e vindas, muitas experiências. Quando a criança diz /papá/ apontando o pai, recebe "elogios", "sorrisos" e mais que tudo sente a satisfação do pai em ser reconhecido como tal, inaugura a interação com o outro. Não basta uma situação de vida para chegarmos a adentrar no mundo do simbólico. Se assim fosse, estaríamos incorrendo no mesmo engano de Kuhn ao acreditar que as revoluções científicas se dão historicamente num "insight". Há necessidade de acúmulo de vivências para penetrarmos na "lógica" da linguagem. Se a aquisição fosse instantânea, estaríamos corroborando a hipótese inatista chomskiniana, uma vez achada a solução para o problema, não haveria mais desvios, re-

tornos, dúvidas.

A prática, o uso, a vivência dessa e nessa "consistência", amálgama de várias experiências distintas de vida, faz com que ela perca seu caráter de "novidade". Nesse momento, ela se sedimenta em literal. Eu diria que temos aí um primeiro nível de abstração, uma primeira metáfora, no sentido de que a operação realizada foi de formação de uma totalidade a partir de experiências distintas. É claro que aprendemos a fazer outros tipos de metáforas, construímos abstrações de abstrações, símbolos de símbolos, e assim vamos fabricando esse "edifício abstrato", o simbólico. Essa habilidade de lidar com o vago, com o impreciso, que sempre nos acompanha, permite existirmos em vários literais.

A criança, parece-me evidente, não vive a aprendizagem da linguagem de forma lógica, não percorre um currículo de situações que vão do mais simples ao mais complexo, começando, por exemplo, pela definição ostensiva. Ao contrário, se vê envolvida, imersa, num mundo lingüístico bastante diferenciado. Curiosa por desvendar esse mundo adulto, brinca de achar uma lógica que parece existir ou que ela crê existir. Aprende, através do jogo, da brincadeira, a lidar com o vago, o impreciso, e o arbitrário; buscando uma lógica de uso que se insinua pela auto-referencialidade do sistema. Ela vai edificando a linguagem pela solidificação de integrações tácitas, que deixam de ser encantadas, tornam-se vazias de sentimento. Quanto mais brinca, mais fácil torna-se realizar integrações tácitas. De modo que os conceitos vão sendo formados progressivamente, balizados, como bem lembra Albano, e não condicionados, pelo assentimento ou reprovação do adulto.

A tese aqui defendida é que através do processo metafórico, a criança vai construindo conceitos com os quais baliza uma "literalidade". Porque esse processo metafórico está na origem da construção de uma linguagem, muitos autores enclinaram-se na direção da metáfora, abandonando a idéia de literal. Como vimos, não há necessidade de se chegar a tanto. Nietzsche⁵ defende que a linguagem funda-se sobre a metáfora, no sentido de que não há uma essência a ser apreendida no mundo ou na linguagem. A linguagem é construção humana. *"(...)Quando falamos de árvores, cores, neve e flores, acreditamos saber algo a respeito das coisas em si, mas somente possuímos metáforas dessas coisas, e essas metáforas não correspondem de maneira alguma à essência do original".* A linguagem, no entanto, é uma construção forte o suficiente para que nos esqueçamos de que os conceitos são constructos e passemos a procurar essências.

Parece-me muito claro que a metáfora é um processo cognitivo através do qual tornamos inteligível aquilo que é do sensível, organizamos o mundo em "realidades". Nesse sentido, ela se torna essencial à construção de todo tipo de saber, de qualquer linguagem. É esse o pressuposto dos capítulos III e IV. No entanto, é bom não esquecer que há a sedimentação desses conceitos abstratos que, digamos, por serem a metáfora assumida por um grupo metamorfoseia-se em literal. Há sucessivas sedimentações, conceitos de conceitos, que permitem a existência de vários "literais" imbricados.

Uma noção de esquema

Mark Johnson⁶, em *The Body in the Mind*, desenvolve uma tese que se aproxima das colocações acima expostas. Ele descarta uma compreensão do significado como as correntes que se filiam ao Círculo de Viena têm adotado. Seu conceito de significado é mais amplo, já que não se restringe ao lingüístico. Na sua perspectiva, o grande problema das análises semânticas clássicas foi terem partido de uma concepção de homem como um ser fendido: de um lado, o conceitual, o formal, o racional; e, de outro, o lado corpóreo, perceptual e emocional. A principal consequência dessa fenda foi colocar o sentido, as conexões lógicas, a conceitualização e a razão como mecanismos distintos daqueles pertencentes ao lado "emocional". A percepção, a imaginação, a emoção, foram relegadas a segundo plano. Ora, essa é a distinção clássica entre literal, isto é, o sentido "real" que estabelece uma relação entre a realidade objetiva e a representação simbólica; e, o metafórico, como uma manifestação das emoções. Como a semântica dita objetivista está preocupada apenas com o "racional", o metafórico, o sentido emocional, subjetivo, ficou sendo considerado "perfumaria", coisa de "literatura" e, portanto, excluído da semântica.

As teorias "racionalistas" teriam, assim, reduzido o fenómeno da linguagem, tornando-a um sistema formal - algébrico, na maioria dos casos -, não deixando espaço para reflexões como as que aqui se colocam. Johnson vai tentar uma terceira via, que não

cia nem no puramente racional, nem no totalmente subjetivo, através da recuperação das reflexões de Kant. O mesmo percurso teórico aparece em Albano ao propor um "racionalismo crítico". A racionalidade humana é "imaginativa", não no sentido romântico do termo, mas no sentido de ser a capacidade de organizar todos unificados.

Nas palavras do próprio autor: "(...) imagination is a capacity for ordering mental representations into unified, coherent, meaningful wholes that we can understand and reason about" (pg. 194). Comparando-se essa definição de "imaginação" com o processo de "integração tácita" descrito por Polanyi, percebe-se sua compatibilidade: a imaginação é o instrumento que viabiliza a integração dos subsidiários numa totalidade. A criança brincando de achar a lógica da linguagem adulta, através da imaginação, constrói conceitos. Nesse sentido, a imaginação é indispensável para a construção do simbólico e da própria racionalidade.

Segundo Johnson, nós aprendemos a simbolizar (termo meu) através da aprendizagem de esquemas muito amplos, vagos, não delimitados que subsidiam nossas compreensões diárias. Estes esquemas, como o próprio título de seu livro indica - *The Body in the Mind* -, têm suas raízes no corpo. Nós, enquanto seres "físicos, interagimos com o meio em que vivemos. Na ação sobre o mundo físico é que construímos nosso próprio espaço, o corpo. É uma idéia também presente em Polanyi com relação a integração tácita. Isto é, a base de nossos conhecimentos da língua seria o corpo, nossas experiências físico-corpóreas, que, por sua vez, se constroem também enquanto "representação" na medida em que há intera-

ção com o "mundo".

Na minha leitura desses autores, não se está propondo o retorno ao empirismo. Os empiristas assentavam a prioridade da percepção, porque o mundo "físico" comportava a ordem a ser apreendida. Embora Johnson não descreva minuciosamente o processo de formação dos esquemas imagéticos, porque seu interesse é demonstrar a existência mental desses esquemas, infere-se, de sua posição, que esses esquemas são apreendidos na vivência. O autor rejeita explicitamente uma posição empirista, já que para ele não há dados empíricos, objetivos, independentes de teoria. Sua postura parece-me muito interessante: não há contato com o mundo (na minha terminologia, "real") que não seja mediado. Daí, no entanto, não se segue um "relativismo" acentuado, isto é, não podemos esculpir um mundo a nosso bel prazer.

Do meu ponto de vista, por vivência entende-se um complexo de inter-ações: interação com o meio físico, interação com o Outro, interação com o próprio corpo, com a linguagem,... Em resumo, nas múltiplas experiências em que as crianças se envolvem na tentativa de se construírem como adultos, na sedução pela linguagem. O Outro baliza um "literal", uma "forma de ver o mundo", que já está presente para a criança, tanto na linguagem, quanto na "realidade" em que ela se vê imersa. Vejam-se dois exemplos retirados de Ferroni⁷:

Situação 1)

Mãe: A Cláudia vai embora, viajar longe, longe.

Ela volta só daqui um tempão.

Criança: Porque? A! (decepcionado)

Mãe: Ela vai trabalhar lá loooonge.

Criança: No caminho da floresta?

Mãe: A?

Criança: Aonde o lobo mau mora, ela vai?

Mãe: Não, não é onde o lobo mau mora, não.

Situação 2)

Mãe: Mas porque você está mole?

Criança: Eu não sei porque

Mãe: Dormiu muito?

Criança: Porque, porque 'sa batata aqui, deu mole na minha cama.

Mãe: Essa batata o que?

Criança: Essa batata aqui, daí, tá lá na minha cama, fazem...tu...daqui...e depois...

Mãe: Ce tá inventando (grifo meu)

Embora essas situações não ilustrem diretamente a aquisição de conceitos, mostram o poder coercitivo do Outro. Na situação 1 pode-se dizer que está em jogo a elaboração do conceito de "longe": "longe é onde o lobo mau mora". A negação da mãe impõe à criança a necessidade de reformular esse conceito.

De qualquer modo, Johnson tem razão ao apontar que aprendemos através de esquemas, definidos como "the embodied patterns of meaningful organized experience"; isto é, estruturas de imaginação não-proposicionais, no sentido que a corrente objetivista entende "proposição", que organizam nossas experiências. E nesse sentido que, para mim, a aquisição de esquemas imagéticos, "conceitos", se dá através do processo semântico da metáfora. Esquemas que se incorporam, tornam-se "corpo", literalizam-se.

Johnson se esforça por assumir uma posição que supere as velhas dicotomias razão versus emoção, por isso por "esquema imagético" entende um mecanismo de representação muito fluido, não-propocisional, que, para se constituir, necessita da imaginação. Os esquemas imagéticos (image schema) são estruturas vagas, imprecisas, não claramente delimitadas. Vejamos um exemplo de es-

quema imagético. O esquema "de - para" ou "caminho", representado, de forma simplificada, pela figura abaixo:

(a) A _____ B

Um esquema é, como já dissemos, mais abstrato, menos delimitado, mais nebuloso e impreciso do que representamos acima. Uma estrutura recorrente, esse esquema se manifesta numa série de eventos mais ou menos parecidos: (a) ir de um lugar a outro; (b) jogar uma bola - um objeto - para alguém; (c) empurrar algo ou alguém; (d) dar um presente - um objeto - a alguém, ... Basta pensarmos em enunciados como:

(1) Vem para o colo do pai.

(2) Me passa o arroz.

(3) Pega a bola.

(4) Me traz a carta.

(5) Fui para São Paulo.

Subsidiando esses diferentes eventos estaria o mesmo esquema imagético (a). Ao passo que enunciados como (6), (7) e (8) ficariam na esfera da "metáfora":

(6) Amanhã é depois de hoje.

(7) O gelo se transforma em água (o derreter do gelo em água)

(8) Falaremos, a seguir, da ascensão do Nazismo.

A metáfora, para Johnson, refere-se ao processo através do qual estruturamos um domínio da experiência por sobreposição de um domínio mais conhecido. " (Metaphor is) a process by which we

understand and structure one domain of experience in terms of another domain of a different kind" (pg.15). Os enunciados acima referem-se ao mesmo esquema "de ~ para" agora utilizado para domínios distintos. Em (6) o domínio do "tempo" é visto pelo prisma do "espaço"; em (7), o domínio das "mudanças físicas" é organizado segundo o domínio do "deslocamento espacial"; e, em (8), a "língua", escrita ou falada, é vista como uma reta direcionada. E nesse sentido que a metáfora tem papel essencial, constitutivo da própria racionalidade. Não falamos por meio de metáforas, nosso pensamento se estrutura através delas.

O problema dessa distinção "esquema imagético" e "metáfora" é que o autor não expõe claramente quais critérios está utilizando para agrupar alguns eventos, como os descritos de (1) a (5) e quais critérios para tratar (6), (7) e (8) como "metáforas". Em várias passagens do texto em questão, tem-se a impressão de que a diferença situa-se entre "concreto", no sentido de que "pode ser experienciado no mundo", e "abstrato". Os esquemas emergiriam de nossas experiências "corpóreas", de nossa percepção e movimento, isto é, teriam uma base "experiencial".

Há dois problemas nessa hipótese. O primeiro é que não sei se dá para separar uma base "físico-experiencial" de uma "abstrata". Como já disse o mundo da criança se compõe de um complexo de interações: com o ambiente, que carrega já uma história; com o Outro; com a língua; ... A questão é por que os eventos descritos pelos enunciados de (1) a (5) compartilham algo? Por que eles estão mais ligados à experiência no mundo do que os enunciados de (6) a (8)? Na minha opinião "jogar uma bola para alguém" não é

necessariamente a mesma experiência física que "se deslocar em direção a algo ou alguém". Se entendemos que as duas experiências compartilham semelhanças é porque aprendemos a vivê-las dessa forma; pensamos segundo esse esquema. No entanto, nada nos garante que uma outra "cultura" não represente mentalmente essas ações como diferentes. Além disso, resta a Johnson dizer se num enunciado como "lançei uma hipótese" haveria "metáfora".

Tanto quanto nos enunciados de (6) a (8), os enunciados de (1) a (5) explicitam que houve o processo de subsumir experiências diferentes sob um mesmo esquema. Continuo insistindo que aí aparece o processo metafórico. Se o processo metafórico subsidia a aquisição de "conceitos", não há porque distinguir "esquemas mentais" e "metáforas" como faz o autor. Embora me pareça essencial atentar ao fato de que há dois conceitos de metáfora, o pragmático e o semântico. Esse processo metafórico está na base das metáforas pragmáticas.

Uma outra crítica que se poderia fazer as propostas de Johnson se refere ao fato de que ele considera que os bebês não discernem formas, cores, sons, posições espaciais,... Através da aprendizagem iríamos nos dando conta de que possuímos um corpo e a partir dele organizando o caos que nos rodeia. Pesquisas mais recentes, no entanto, têm mostrado que os bebês vivem num mundo tão diferenciado quanto o dos adultos e discriminam quase tudo que nós distinguimos⁸. Conseguem por exemplo, acompanhar o deslocamento de um corpo. São inclinados a se dirigirem para o lugar de onde vem um som. De modo que não aprendemos tudo. Parece que os inatistas têm razão ao creditar algumas de nossas capacidades

à hereditariedade. Não estou aqui, de forma alguma, defendendo um inatismo à la Chomsky. No entanto, parece que não nascemos totalmente despreparados.

A Metáfora na Semântica

De forma muito exploratória, acredito que através da noção de processo metafórico podemos recuperar uma tradição muito antiga que diz ser a origem de qualquer linguagem uma metáfora. Parece-me que sim, pois sem o processo de subsumir entidades distintas em totalidades razoavelmente autônomas, um "significado", que por sua vez vai ser o substrato de outros "significados", não é possível pensar em linguagem. No entanto, essas primeiras metáforas, bastante vagas, quando "incorporadas" perdem seu caráter lúdico, tornam-se "transparentes", como se a relação entre elas e o mundo fosse direta. Esquecemos que o mundo é, em parte, construção humana. Não me parece complicado chamar a esse primeiro degrau de conceptualização, a "generalização". Gostaria de deixar claro que o processo metafórico, embora extremamente importante para a construção da linguagem, não a esgota. Isto é, há, certamente, outros processos que permitem a elaboração da linguagem.

Se há uma capacidade humana de "imaginação" responsável pela possibilidade de formarmos "conceitos" ou "esquemas imagéticos", ela permite que adentremos e vivenciemos "literais", "sistemas simbólicos". Os conceitos não são dados de antemão, são construí-

dos no "vivido" por um "sujeito", através de uma faculdade imaginativa presente no processo metafórico. Um "sujeito" que não pode mais ser "cartesiano". Também não gostaria de vê-lo "assujeitado", porque nessa alternativa privilegia-se um dos "módulos": assujeitado pela linguagem, pelo social,... Um indivíduo capaz de formular atos "criativos". Albano, novamente, dá uma definição muito bonita. Não há um "centro" da subjetividade: "a subjetividade - redefinida como o espaço da curiosidade, do jogo - não é, pois, o centro de todo o conhecimento, mas o seu motor" (grifo meu, p.22)

A formação de conceitos, isto é, metáforas no sentido semântico, tem um caráter cognitivo de descoberta, de criação de uma organicidade. Esse processo pode ser vislumbrado, acredito, tanto na historização de um "conceito", como é o caso da "sífilis" em Fleck, quanto na aquisição da linguagem. Porque aprendemos os conceitos no "vivido", reeditamos um trabalho coletivo a partir das pistas contidas nos "objetos" da linguagem e do mundo; esse trabalho, no entanto, tem origem subjetiva, porque cada um de nós, no limite, formula um "vivido". Não é necessário, exatamente por ser a linguagem auto-referencializada e conter um excedente de matéria, que nossa subjetividade se formule por "objetos" idênticos. As miúdas diferenças que marcam nossa história enquanto indivíduos não afetam.

Os primeiros conceitos, formados através desse processo não-"racional", se cristalizam em literais. Vivemos vários literais, de acordo com os vários sistemas-de-referência em que nos vemos imersos. A metáfora, agora no sentido pragmático, em cuja cons-

trução está presente o processo metafórico, é a possibilidade criativa de "re-formar" o mundo, o literal de um sistema-de-referência.

NOTAS

1. Luria, A.R. "O desenvolvimento dos conceitos e os métodos para a sua investigação" in: *Pensamento e Linguagem*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1986.
2. Albano, E.C. *Da Fala à Linguagem: Tocando de Duvido*, São Paulo, Martins Fontes, 1990.
3. Piaget, J. *Epistemologia Genética*, São Paulo, Martins Fontes, 1990.
4. Polanyi, M. & Prosch, H. *Meaning*, Chicago, The University of Chicago Press, 1975.
5. Nietzsche, F. apud Arrojo, R. & Kanavillil, R. "A noção de Literalidade: Metáfora Primordial" in: *D.E.L.T.A.*, vol. 5 n 1, 1989, pp. 37-49.
6. Johnson, M. *The Body in the Mind*, Chicago, The University of Chicago Press, 1987.
7. Perroni, M.C. *Desenvolvimento do Discurso Narrativo*, tese de doutoramento, inédita, UNICAMP, 1983.
8. ver Albano, E.C. citado acima.

A PROXIMA ALDEIA

Meu avô costumava dizer: "A vida é espantosamente curta. Para mim ela agora se contrai tanto na lembrança que eu por exemplo quase não compreendo como um jovem pode resolver ir a cavalo à próxima aldeia sem temer que - totalmente descontados os incidentes desditosos - até o tempo de uma vida comum que transcorre feliz não seja nem de longe suficiente para uma cavalgada como essa".

Franz Kafka

CONCLUSÃO

Momentos em que o autor busca apresentar, de forma clara e precisa, os resultados de sua pesquisa, as conclusões prestam-se também à abertura de indagações suscitadas pelo próprio andamento do projeto. Esta conclusão pretende traçar o percurso desenvolvido na Dissertação de Mestrado e levantar algumas questões que merecem ser ainda estudadas.

Propõe-se, neste trabalho, antes de mais nada, a legitimidade do uso da metáfora em qualquer discurso - o científico, o poético, o cotidiano, o filosófico. Muitos autores, ao longo da história da ciência, postularam a necessidade de uma linguagem lógico-matemática para que a ciência pudesse alcançar a "Verdade". Essa postura guarda a obrigatoriedade de um literal cuja construção independa da metáfora. Nesse caso, a metáfora seria apenas um "desvio" ornamental. No entanto, fica difícil dizer que haja um literal, quer porque historicamente ele se alterou, quer por existir, num mesmo momento, diferentes maneiras de "recortar" o mundo. E mesmo que houvesse um único "literal", imutável, sua fundação residiria no processo metafórico.

Adotando-se o paradigma cognitivista, a metáfora torna-se o processo que permite a elaboração de "conceitos"; daí a impossi-

bilidade de traduzi-la para o "literal" sem que se perca seu conteúdo cognitivo. Ver na metáfora esse mecanismo de produção de novas "realidades", que se dá através da sobreposição de um domínio-alvo a um domínio fonte, acarreta problemas filosóficos bastante complexos, dentre eles a tradução. A postura aqui defendida procura escapar a qualquer radicalismo, isto é, a tradução é um problema para qualquer trabalho em lingüística, mas é sempre possível vivenciarmos outros "literais" e perceber as nuances de cada "mundo". Significa que a tradução implica sempre numa alteração do original, como já disse Quine. Nessa direção, a interpretação da metáfora não se resume a uma paráfrase, mas deve-se à capacidade de "saltarmos" para outro sistema-de-referência. Esse pulo interpretativo é holístico.

No nível pragmático, a metáfora só pode ser entendida em contraposição ao literal de um sistema-de-referência. Quer dizer que não há o literal, mas o literal para um determinado grupo. Sistema-de-referência é um conceito mais amplo que engloba a relação contraditória literal/metáfora. Esse literal, formulado por um grupo no processo de se constituir enquanto tal, é alcançado através do processo metafórico, a metáfora no sentido semântico. A sedimentação e perpetuação de um literal demanda o trabalho de muitas gerações, num processo constante de construção-reconstrução da linguagem. As modificações estão, portanto, sempre presentes, mas metáforas tão revolucionárias a ponto de alterar o "literal" de uma comunidade são raras e dependem de uma certa disponibilidade histórica e cultural.

Assumir a metáfora como um processo cognitivo é defender que sem a metáfora não há conhecimento nem linguagem. A metáfora serve de instrumento para "dar forma" a uma "realidade", antes não existente. Sua relevância não seria apenas comunicativa, no sentido de, por exemplo, facilitar a aprendizagem (função pedagógica) ou transmitir um conhecimento; muito além disso, ela se caracteriza por permitir a existência, mental inclusive, de vários "literais" que recobrem "mundos" distintos. Procurei deixar claro que tal postura não deve ser lida como uma adesão ao determinismo lingüístico. Interessa-me chamar atenção para o caráter holístico da construção do conhecimento. Isto é, o salto cognitivo não acontece independentemente da linguagem, não é isento de "emoção", e sua descrição carrega sempre um "gap". Nesse linha de pensamento, a racionalidade, além de ser, em parte, constituída pela linguagem, deve muito a uma capacidade de imaginação. As metáforas, sedimentadas ou não em conceitos, têm um uso mental no sentido de funcionarem como "fundo" para o pensar. E nesse sentido que queremos entender a função "constitutiva" da metáfora.

Falamos, então, de um homem que não é o "homem" cartesiano, dicotomizado entre um lado mecânico, automático (ligado à emoção) e outro racional, o cogito. No modelo racionalista "standard", o significado, as conexões lógicas, a conceptualização e a própria razão formulam-se por princípios lógico-matemáticos contrapondo-se ao lado emocional, perceptual, corpóreo. Por isso a semântica de cunho objetivista nega-se a estudar fenômenos como a metáfora. Não se trata, tampouco, de cair no pólo oposto ao do sujeito detentor de seu saber: o sujeito assujeitado pelas instituições,

dentre elas a linguagem, que o antecede. O problema desse modelo é não deixar espaço para a "criatividade". Também não é o caso de adotarmos o "homem subjetivo", criativo por excelência. Busquei, nesta Dissertação de Mestrado, pensar um sujeito que, embora extremamente balizado pelas instituições, mantém um lugar de "criatividade"; um espaço que possibilita a interação com o novo, a construção de "mundos".

O segundo grande objetivo dessa Tese, e talvez o mais importante, foi mostrar a viabilidade de uma definição de "literal" que não fosse a adotada pela semântica objetivista, que separa a linguagem lógica da poética, como se nelas houvesse processos lingüísticos distintos. Somente na linguagem poética poderiam aparecer metáforas. Redefinir "literal" evita ainda cairmos na corrente chamada por Dascal de "contextualismo" que abandona esse conceito, legando a interpretação exclusivamente ao "contexto".

A solução proposta nesta Dissertação de Mestrado implica em duas noções de metáfora: uma referente à pragmática, outra, à semântica. A bem da verdade, há um "encavalamento" desses conceitos de metáfora no momento em que há a criação de uma "metáfora viva".

Na perspectiva aqui desenvolvida, o processo metafórico, a metáfora no sentido semântico, define-se por ser a capacidade bastante genérica e difusa de, a partir da diversidade, construir todos unificados. Um processo que requer imaginação. Esse primeiro degrau de conceptualização, que pode ser chamado de generalização, subsidia a aprendizagem de outros conceitos. A prática da linguagem no mundo impõe a sedimentação de muitas dessas totalidades, que formam "nós", "clusters", vivenciados por uma comuni-

dade como literal. As metáforas compartilhadas perdem seu valor cognitivo na medida em que se tornam "normais", "convencionais". Passam a ser "conceitos" sobre os quais podem ser construídas novas formulações. O ato criativo está na novidade, no momento em que se apreende uma ordem, no insight. Essa aquisição de uma "informação" antes não existente nas partes que compõem a metáfora dá-se inicialmente de modo vago, impreciso, mais uma sensação de uma "ordem". A prática, a experiência da metáfora, vivenciá-la, permitem que ela ganhe contornos mais precisos. A organização de uma "realidade" não acontece imediatamente.

Esse primeiro instante, em que se vivencia uma "ordem" sem dela se dar conta, deixa de ser interessante quando se cristaliza. Metamorfoseia-se em conceitos que passam a ser usados "automaticamente". No entanto, como já foi salientado, há sempre presente a possibilidade da contravenção, das brechas, que permitem "re-formar", "dar forma" distinta, a uma "literalidade" já consolidada. Falamos agora de metáfora no sentido pragmático. Claro que aí também está presente o processo metafórico. Como dissemos as grandes alterações, a passagem do mundo medieval para o renascentista, por exemplo, são raras e não creio que elas envolvam um processo "contínuo" de transformação. Parece-me, antes, que, em paralelo com a aquisição de uma informação antes não-existente, salta-se de um "paradigma" a outro. Ainda que esse "pulo" seja historicamente lento, ele marca rupturas, descontinuidades.

Procuramos salientar que existem vários literais, mesmo para um único indivíduo. A linguagem permite que haja níveis de abstração que se imbricam. Por isso, podemos dizer que paradigmas

científicos distintos instauram "literais" diferentes, embora possam ser formulados numa mesma "língua". O "literal" de um seringueiro pode não ser o mesmo que o meu e ainda assim podemos compartilhar um "literal". A necessidade de um único literal fortemente vinculado à idéia de "verificabilidade" está ligada ao pressuposto de que os significados devem ser claramente delimitáveis. Assumi, neste trabalho, um conceito de significado como um conglomerado de usos potenciais que mantêm uma relação de semelhança entre si. A imprecisão, a indeterminação da linguagem possibilitam que um mesmo termo participe constitutivamente de vários sistemas-de-referência. Aprendemos, através do processo metafórico, novos usos, que podem ou não se cristalizar em literal.

Os vários jogos de linguagem em que os homens se vêem envolvidos permitem a construção de inúmeras metáforas. Algumas serão abandonadas, outras perseguidas, já outras mais felizes se tornarão "verdade", "literal", para um determinado grupo. Por que certas "metáforas" se cristalizam, se sedimentam tão profundamente a ponto de várias gerações vivenciá-las como "literal"? Por que em determinado momento histórico a sociedade ocidental assumiu o lema "tempo é uma reta para o futuro"? Acredito que essas perguntas só são respondidas se se recorrem a fatores extra-lingüísticos: a história, a cultura. Interessa-nos, enquanto lingüistas, a existência de "pressupostos" lingüísticos compartilhados, vivenciados como "literal" por um grupo.

A linguagem, por sua auto-referencialidade, deixa entrever esse trabalho anterior de construção de "representação", no qual estiveram envolvidas várias gerações. A esse uso mais convencio-

nal, mais cristalizados, chamamos de **literal** de um sistema-de-referência. Porque participamos de vários sistemas-de-referência vivenciamos várias literalidades entrecruzadas, imbricadas. Embora os indivíduos estejam imersos nesse jogo do fazer-refazer da linguagem, a sedimentação de literais permite que os homens se utilizem da linguagem automaticamente, sem pensar sobre ela. Porque existissemos em múltiplos literais, porque a linguagem não determina o pensamento e a percepção, é que podemos falar na possibilidade de mudança através da metáfora. Em outros termos: porque o sujeito não é nem assujeitado pelas instituições, dentre elas a linguagem, que o antecede, nem senhor de sua própria racionalidade, existe a viabilidade do "novo". As metáforas ocorrem a todo momento. Nas brincadeiras, nas piadas, nos encantos. Sua sedimentação, entretanto, depende de uma série de fatores externos à linguagem.

Novos Horizontes

Há ainda muita pesquisa a ser feita para que a tese aqui defendida possa ser considerada acabada. Em primeiro lugar, há a um problema que me incomodou durante a elaboração dessa Tese. Trata-se do conceito de "novo", noção fundamental para a definição de metáfora, tanto no sentido pragmático quanto no semântico. Várias vezes me indaguei sobre o seu significado, sem, contudo, conseguir responder a questão. Acredito que a partir de um estudo so-

bre o tema poderia refletir, com mais clareza e profundidade, sobre o processo de produção e interpretação da metáfora. Sem contar o fato de que talvez tenha havido uma supervalorização desse conceito.

Outra noção que me parece ainda complicada, embora tenha dedicado a ela um bom tempo de estudo, é o conceito de "sistema-de-referência". Acredito que essa noção seja fundamental para entendermos "literal" e não cairmos no erro de considerar a existência de apenas o literal. No entanto, sobram arestas que precisariam ser aparadas. Como dar conta da relação entre sistema-de-referência e língua? A língua seria um dos sistemas-de-referência que o indivíduo domina? Qual a natureza do sistema-de-referência? Trata-se de uma instância lingüística, psicológica, cultural?

O professor Rodolfo Ilari chamou-me a atenção para o papel do etimologista que redescobre velhas metáforas fossilizadas no fundo de palavras banais. O estudo etimológico seria então um método eficaz de conhecimento. Trata-se de um trabalho semelhante ao realizado por Fleck com relação ao termo "sífilis". Não tenho dúvidas de que a "arqueologia" de um "conceito" pode ser extremamente esclarecedora. Não tive oportunidade, no entanto, de me dedicar ao tema. Gostaria de alertar para o fato de que um trabalho arqueológico não pode ser confundido com tentativas vãs de se chegar a um "significado próprio" ou "primitivo" do conceito. Seu interesse reside na possibilidade de vermos o dinamismo da linguagem, sua "historicidade", isto é, novas possibilidades de significação que se abrem apoiadas em significações já adquiridas. Descrever esse processo seria muito frutífero.

Como já disse anteriormente, a discussão sobre a aquisição de "conceitos", metáforas no sentido semântico, tem caráter exploratório. Há pontos fundamentais que são apenas esboçados. Cito alguns a título de curiosidade: a relação entre linguagem e pensamento parece-me ser um ponto nevrálgico. Como se dá essa relação? De que maneira a linguagem constitui o pensamento? Os "conceitos", segundo a linha de pensamento aqui adotada, seriam entidades mentais autônomas, nem puramente lingüísticas nem totalmente psicológicas. A idéia de "esquemas imagéticos" de Johnson vai nessa direção, afinal eles são entidades mentais, não inteiramente proposicionais, fluidas, vagas, em cuja construção atua a imaginação. Sinto necessidade, entretanto, de destrinchar essa problemática e refletir com mais intensidade sobre a origem dessa teoria e suas conseqüências. Parece-me que neste caso deverei enfrentar a árdua tarefa de ler Kant.

Questiono-me, desde o curso sobre afasias ministrado pelos professores Marcelo Dascal e Edson Françoso, a respeito do papel da linguagem na construção de "conceitos". Em outros termos, se como afirmo nesta Tese, a linguagem é essencial ao processo de conceptualização como justificar o fato de que surdo-mudos aprendem "conceitos"? Há ainda outros problemas difíceis na área da afasia. O que significa "perder a capacidade de conceptualizar"? Como se relacionam os afásicos com as "metáforas" no sentido pragmático? Em que medida perder a capacidade de expressar lingüisticamente um "conceito" significa perder a entidade "psíquica"? Sem contar inúmeras questões relativas à neurofisiologia.

Essas são algumas das questões que ficam no ar. Há outras

que, creio, me acompanharão durante a vida e para as quais a melhor resposta talvez seja o silêncio.

INDICE REMISSIVO

Indice Remissivo dos principais Autores citados e dos Conceitos mais importantes:

ALBANO, E.C.: 142, 144, 145, 148, 150, 158.

ARISTOTELES: 8, 9, 25, 41, 43, 74, 75, 101, 102, 117, 119, 120, 129, 135.

AUTO-REFERENCIA: 42, 99, 102, 104, 108, 112, 143, 148, 158.

BLACK, M.: 21-24, 45-47, 57, 66-69, 71, 76, 77, 100, 110, 117, 133.

COMPARATISTA: 14

CONCEPTUALIZAÇÃO: 25-28, 63, 69-72, 141-156.

CONVENCIONAL: 40, 55, 105, 124, 126, 127, 130, 133, 146.

DASCAL, M.: 69, 123, 124.

DAVIDSON, D.: 133, 134.

ESQUEMA IMAGETICO: 150-156.

FEYERABEND, F.: 50-52, 101.

FILTRO: 22, 44, 45, 66-68, 70, 76, 99, 121, 130.

FINGIMENTO: 131, 132, 134.

FISH, J.: 105-108.

FLECK, L.: 62, 68, 70-72, 75, 130.

FRANCHI, C.: 26, 110, 111.

GESTALT: 22, 24, 26, 45, 46, 146.

GRICE, H.P.: 77-81.

IMAGINAÇÃO: 134, 148, 150, 151, 157.

INCOMENSURABILIDADE: 50, 67, 103, 105.

INTEGRAÇÃO FOCAL: 144, 145, 146, 151.

INTERACIONISTA: 17, 21, 43, 45.

JOHNSON, M.: 150-156.

KUHN, T.S.: 73-77, 110, 119, 146.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M.: 25-28, 45, 132.

LITERAL: 9, 10, 17, 21, 35, 37, 38, 41, 42, 45-47, 52, 54, 61, 63, 72, 74, 76, 79, 80, 82, 125-128, 130-133, 135, 139, 140, 146-149, 151, 152, 158.

MENTIRA: 62, 76-84.

PRAGMATICA: 40, 122, 123, 131, 134, 139, 155.

POLANYI, M.: 145, 146, 151.

PROCESSO METAFORICO: 24, 73, 114, 145, 149, 156-158.

SALTO COGNITIVO: 44, 46, 55, 57, 147.

SEARLE: 17, 21.

SEMANTICA: 35, 36, 45, 54, 84, 82, 66, 103, 114, 123, 134, 153, 157.

SISTEMA DE REFERENCIA: 22, 41, 42, 43, 56, 96, 100, 110, 111, 122-126, 128, 130-134.

SUBSTITUTIVA: 11

TRADUÇÃO: 9, 11, 23, 37, 38, 41, 43, 47-54, 65, 102, 103, 105.

VERDADE: 66, 72, 76-83, 91, 99, 123, 124, 128, 131, 140.

WEINRICH, H.: 27, 81-84, 133.

BIBLIOGRAFIA DE REFERENCIA

Albano, E.C. (1990) *Da fala A Linguagem; Tocando de ouvido*, São Paulo, Martins Fontes.

Aristóteles *Arte Poética e Arte Retórica*, Rio de Janeiro, Tecnoprint.

Arrojo, R. & Rajagopalan, K. (1989) "A Noção de Literalidade: Metáfora Primordial" in: D.E.L.T.A., vol.5, n 1, pp. 37-49.

Bally, F.C. "La Langage Figuré" in: *Traité de Stylistique*, Paris, Klincksieck, vol. 1 pp. 184-202.

Berlin, B. & Kay, P. (1969) *Basic Color Terms: Their Universality and Evaluation*, Berkeley, University of California Press.

Black, M. (1966) *Modelos y Metáforas*, Madrid, Editorial Tecnos.

(1981) "Metaphor" in: *Philosophical Perspectives on Metaphor*, Johnson, M. (ed), Minneapolis, University of Minnesota Press.

(1981) "More about Metaphor" in: *Metaphor and Thought*, Ortony, A. (org.), Cambridge, Cambridge University Press.

Binkley, T. (1981) "On Truth and Probity of Metaphor" in: Johnson, M (org) *Philosophical Perspectives on Metaphor*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

Cohen, J. (1974) *Estrutura da Linguagem Poética*, São Paulo, Cultrix e Edusp.

Dascal, M. (1983) *Pragmatics and the Philosophy of Mind 1 - Thought in Language*, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.

(1986) "Una Crítica Reciente a la Noción de Significado Literal", in: *Crítica*, vol XVIII, n 53, México.

Davidson, D. (1981) "What Metaphors Mean" in: Johnson, M. (org) *Philosophical Perspectives on Metaphor*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

Dubois, J. e outros (1974) *Retórica Geral*, São Paulo, Cultrix e Edusp.

Evans-Pritchard, E.E. (1987) *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*, Rio de Janeiro, Zahar.

Feyerabend, P. (1989) *Contra o Método*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

Fish, S. (1980) "How Ordinary is Ordinary Language?", "Normal Circumstances, Literal Language, Direct Speech Acts, the Ordinary, the Everyday, the Obvious, What goes without saying, and other special cases", "How to Recognize a Poem when you see one" in: *Is There a Text in this Class? The Authority of Interpretative Communities*, Cambridge, Harvard University Press.

Fleck, L. (1979) *Genesis and Development of a Scientific Fact*, Chicago, The University of Chicago Press.

Franchi, C. (1975) "Linguagem: Atividade Constitutiva" in: *Almanaque*, São Paulo, Brasiliense.

Granger, G.G. (1974) *Filosofia do Estilo*, São Paulo, Perspectiva.

Grice, H.P. (1982) "Lógica e Conversação" in: Dascal, M. (org) *Fundamentos Metodológicos da Linguística*, vol. IV - Pragmática, Campinas, UNICAMP.

Hacking, I. (1981) *Why does Language matters to Philosophy?*, Cambridge, Cambridge University Press.

Hodgen, M.T. (1971) *Early Anthropology in the 16th and 17th Centuries*, Philadelphia, University of Philadelphia Press.

Ilari, R. & Rébora, M.V. (1987) "Referentes e Semi-referentes ou da Relação entre o Hábito e o Monge" in: *Cadernos de Linguística e Teoria Literária - ENSAIOS LINGUISTICOS* -, Belo Horizonte, UFMG, 7(13).

Ionescu, L. (1970) "Sur l'Analyse Sémantique du Texte Poétique", in: *Lingua e Stile*, ano V, dezembro. pp. 357-365.

Jakobson, R. (1970) *Linguagem e Comunicação*, São Paulo, Cultrix.

Johnson, M. (1981) "Introduction: Metaphor in the Philosophical Tradition" in: Johnson, M. (org) *Philosophical Perspectives on Metaphor*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

(1987) *The Body in the Mind*, Chicago, University of Chicago Press.

Kuhn, T.S. (1981) "Metaphor in Science" in: Ortony, A. (ed) *Metaphor and thought*, Cambridge, Cambridge University Press.

(1987) *Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo, Perspectiva.

Lakoff, G.L (1982) *"Creative and Decorative uses of Metaphor"* Berkeley.

Lakoff, G. & Johnson, M. (1980) *Metaphors We Live By*, Chicago, University of Chicago Press.

(1981) "Conceptual Metaphor in Everyday Language" in: Johnson, M. (org) *Philosophical Perspectives on Metaphor*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

Le Guern, M. (1973) *Sémantique de la Métaphor et de la Métonymie*, Paris, Larousse.

Malinowski, B. (1976) "O Problema do Significado em Linguagens Primitivas" in: Ogden, C.K. & Richards, I.A. *O Significado de Significado*, Rio de Janeiro, Zahar.

Mattoso-Câmara, J.J. (1989) *Dicionário de Lingüística e Gramática*, Petrópolis, Vozes.

Moreno, A.R. (1986) *Wittgenstein: Ensaio Introdutório*, Rio de Janeiro, Taurus ed.

Ortony, A. (1981) "A Multidimensional Problema" in: Ortony, A. (ed) *Metaphor and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press.

Parrett, H. (1985) "Regularidades, Regras e Estratégias" in: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n 8, pp. 5-29.

Perroni, M.C. (1983) *Desenvolvimento do Discurso Narrativo*, tese de doutoramento, inédita, Campinas, UNICAMP.

Piaget, J. (1990) *Epistemologia Genética*, São Paulo, Martins Fontes.

Polanyi, M. & Prosch, H. (1975) *Meaning*, Chicago, The University of Chicago Press.

Quine, W.V.O. (1960) "Translation and Meaning" in: *Word & Object*, Cambridge, MIT Press.

(1978) "A Postscript on Metaphor" in: *Critical Inquiry: Special Issue on Metaphor*, 5(1).

Reddy, M.J. (1981) "The Conduit Metaphor - A Case of Frame Conflict in our Language about Language" in: Ortony, A. (ed) *Metaphor and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press.

Ricoeur, P. (1976) *Teoria da Interpretação*, Lisboa, Edições 70.

(1981) "The Metaphorical Process as Cognition, Imagination and Feeling" in: Johnson, M. (org) *Philosophical Perspectives on Metaphor*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

(1983) *A Metáfora Viva*, Porto, RES.

Sapir, D.J. (1977) "The Anatomy of Metaphor" in: Sapir, D. J. (ed) *Essays in the Anthropology of Rhetoric* Philadelphia, Pennsylvania.

Schön, D.A. (1981) "Generative Metaphor: a Perspective on Problem Setting in Social Policy" in: Ortony, A. (ed) *Metaphor and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press.

Searle, J. (1981) "Metaphor" in: Ortony, A. (ed) *Metaphor and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press.

Trevor-Roper, H.R. (1967) *The European Witch-Craze of the 16th and 17th Centuries and other Essays*, New York, Harper Torch books.

Vico, G. (1974) *Princípios de (uma) Ciência Nova*, São Paulo, Abril Cultural.

Weinrich, H. (1974) *Der Linguistik der Lüge*, Heidelberg, Verlag Lambert Schneider.

(1981) "Moneda y Palabra", "Metaphora Memoriae", "Semántica de la Metáfora Atrevida" e "Semántica General de la Metáfora" in: *Lenguaje en Textos*, Madrid, Editorial Gredos, pp 350-435.

Whorf, B.L. (1956) *Language, Thought and Reality*, Cambridge, MIT.

Wittgenstein, L. (1975) *Investigações Filosóficas*, São Paulo, Abril Cultural.

Whitherspoon, G. (1980) "Language in Culture and Culture in Language" in: *International Journal of American Linguistics*, vol. 46, janeiro, n 1.

OBRA CONSULTADA

Arbib, M.A. & Hesse, M.B. (1986) "Language, Metaphor and a new Epistemology", in: *The Construction of Reality*, Cambridge, Cambridge University Press.

Arnheim, R. (1969) *Visual Thinking*, Berkeley, University of California Press.

Bickerton, D. (1969) "Prolegomena do a Linguistic Theory of Metaphor" in: *Foundations of Language*, 5, pp. 34-52.

Blickstein, I. (1983) *Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade*, São Paulo, Cultrix.

Brandão, R.O. (1990) *Figuras de Linguagem*, São Paulo, Atica.

Broad, W. & Wade, N. (1982) *Betrayers of the Truth*, New York, Simon and Schuster.

Lahud, M. (1977) "Alguns Mistérios da Linguística", in: Almanaque, n. 5, São Paulo, Brasiliense.

Lopes, E. (1986) *Metáfora - da Retórica à Semiótica*, São Paulo, Atual.

Ludi, G. (1984) "Aspects Énonciatifs et Fonctionnels de la Néologie Lexicale" in: *Recherches en Pragma-Semantique*, Centre d'Analyse Syntatique, Université de Metz.

Marti, R. (1986) "First Metaphors in Children: a New Hypothesis" in: *Communication and Cognition*, vol. 19, n. 3 e 4 pp. 337-346.

Matheus, R. J. (1971) "Concerning a 'Linguistic Theory' of Metaphor" in: *Foundation of Language*, 7, pp. 413-425.

Oliveira, R.P., Godoi, E. & Ilari, R. (1989) "Falando Numas" in: *Estudos Linguísticos XVIII. Anais de Seminários do GEL*, Lorena.

Paprotte, W. (1985) "Metaphor and the First Words" in: Paprotte, W. & Dirven, R. (ed) *the Ubiquity of Metaphor*, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.

Possenti, S. (1988) *Discurso, Estilo e Subjetividade*, São Paulo, Martins Fontes.

Quinn, Naomi "Marriage is a Do-it-yourself Project: the Organization of Marital Goals" Duke University.

Readence, J.E., Baldwin, S.R. & Head, M.H. (1986) "Direct Instruction in Processing Metaphors", in: *Journal of Reading Behaviour*, vol. XVIII, n. 4.

Rumelhart, D. E. (1981) "Some Problems with the Notion of Literal Meaning" in: Ortony, A. (org) *Metaphor and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press.

Sadock, J.M. (1981) "Figurative Speech and Language" in: Ortony, A. (org) *Metaphor and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press.

Santag, S. (1984) *A Doença como Metáfora*, Rio de Janeiro, Edições Graal.

(1989) *Aids e suas Metáforas*, São Paulo, CIA das Letras.

Stachowiak, F.J. (1985) "Metaphor Production and Comprehension in Aphasia", in: Paprotte, W. & Dirven, R. (ed) *The Ubiquity of Metaphor*, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.

Burbules, N.C., Schraw, G. & Trathen, W. (1989) "Metaphor, Idiom and Figuration" in: *Metaphor and Symbolic Activity*, 4(2), Lawrence Erlbaum Associates, pp. 93-110.

Burke, K. "Semantic and Poetic Meaning" (1973) in: Berkeley, University of California Press.

Coudry, M.I. (1988) *Diário de Narciso: Discurso e Afasia*, São Paulo, Martins Fontes.

Dascal, M. (1985) "Kaspar Hauser ou a Fabricação da Teoria" in: *D.E.L.T.A.*, vol.1, n. 1 e 2, pp. 37-49.

Dascal, M. & Borges, J.N. (1990) "Do que trata a Linguística, afinal?" in: *IX Congresso Interacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina*, Campinas.

Eco, U. (1988) *Lector in Fabula, A Cooperação Interpretativa nos Textos Narrativos*, São Paulo, Perspectiva.

Fontes, J.B. (1985) "As Metáforas Obrigatórias" in: *Leitura: Teoria e Prática*, ano 4, junho, n. 5.

Friedrich, P. (1979) *Language, Context and the Imagination*, Stanford, Stanford University Press.

Granger, G.G. (1985) *A Razão*, Lisboa, Edições 70.

Guiraud, P. (1975) *La Estilística*, Buenos Aires, Editorial Nova.

Hoffman, R.R. (1985) "Some Implications of Metaphor for Philosophy and Psychology of Science" in: Paprotte, W. & Dirven, R. (ed) *The Ubiquity of Metaphor*, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.

Keith, T. (1988) *O Homem e o Mundo Natural; mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, São Paulo, CIA das Letras.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1986) "Le Trope: pour une Théorie Standard Etendue" in: *L'Implicite*, Paris, Armand Colin Editeur.

Kleiber, G. (1984) "Pour une Pragmatique de la Métaphore: La Métaphore, un Acte de Dénotation Indirecte" in: *Recherches en Pragma-Semantique*, Centre d'Analyse Syntatique, Université de Metz.

Kogan, N., Chadrow, M. & Harbour, H. (1989) "Developmental Trends in Metaphoric Asymetry" in: *Metaphor and Symbolic Activity*, 4(2), Lawrence Erlbaum Associates, pp. 71-91.